

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA POLITÉCNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA EM SAÚDE**

VICTORIA GRASSI BONAMIGO

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ESTRUTURA DE MODELO EM REDE

**CURITIBA
2020**

VICTORIA GRASSI BONAMIGO

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ESTRUTURA DE MODELO EM REDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia em Saúde, da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Tecnologia em Saúde.

Linha de pesquisa: Informática em Saúde

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Regina Cubas

Coorientadora: Profa. Dra. Deborah Ribeiro Carvalho

CURITIBA

2020

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Pamela Travassos de Freitas – CRB 9/1960

Bonamigo, Victoria Grassi
B697v Violência de gênero : estrutura de modelo em rede / Victoria Grassi
2020 Bonamigo ; orientadora: Marcia Regina Cubas ; coorientadora: Deborah
Ribeiro Carvalho. – 2020
183 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2020
Bibliografias: 95-101

1. Engenharia biomédica. 2. Conceitos. 3. Inteligência artificial. 4. Semântica.
5. Violência. 6. Violência contra as mulheres. I. Cubas, Marcia Regina.
II. Carvalho, Deborah Ribeiro. III. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Pós-Graduação em Tecnologia em Saúde. IV. Título.

CDD 20. ed. – 610.28



Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Escola Politécnica

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia em Saúde

TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 281

A Dissertação de Mestrado intitulada **“VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ESTRUTURA DE MODELO EM REDE”**, defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) **Victoria Grassi Bonamigo**, no dia **27 de maio de 2020**, foi julgada para a obtenção do grau de Mestre em Tecnologia em Saúde, e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia em Saúde.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcia Regina Cubas – Presidente – PUCPR

Prof. Dr. Mario Sanches - Examinador– PUCPR

Prof. Dr. Emiko Yoshikawa Egry - Examinador– USP

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.

Curitiba, 03 de junho de 2020.

Prof. Dr. Percy Nohama
**Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Tecnologia em Saúde
PUCPR**

À Adriana Grassi, minha mãe, pelo apoio
incondicional.

AGRADECIMENTOS

Cursar o mestrado concomitantemente com a graduação não seria possível ou sequer imaginável sem o suporte de algumas pessoas no trajeto.

Aos meus professores da graduação, em especial, à Profa. Ana Moser, não apenas por ser uma docente memorável, mas por ter me ensinado, neste processo, que eu podia alçar voos muito mais altos do que eu acreditava. Minha admiração e carinho pela senhora são imensos.

Ao Prof. Cloves Amorim pelo incentivo e à Profa. Carla Regina Françóia por ter me ensinado novas maneiras de pensar gênero.

À Profa. Marcia Regina Cubas, minha orientadora, por todas as descobertas que ser sua orientanda me proporciona. Obrigada por ter me ensinado tanto e, ao mesmo tempo, me encorajado a encontrar minhas próprias respostas. Espero aprender contigo por muito mais tempo.

À Profa. Deborah Ribeiro Carvalho, minha coorientadora, pelo aprendizado, paciência, disponibilidade e carinho. Obrigada por sanar todas as longas dúvidas que tive acerca de suas disciplinas, pelas conversas sobre pesquisa no Bloco Verde e, especialmente, por me instigar a sempre buscar aprender mais.

Às amigas e colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Terminologias em Enfermagem e Ontologias, pelo acolhimento e suporte recebido. Nossos cafés entre meus compromissos do mestrado e da graduação tornaram esse período mais feliz. Vocês sempre brincam que esquecem que eu sou psicóloga, e não enfermeira, mas, de todas as coisas que me ensinaram, compartilhar é a que guardo com mais carinho.

À Carlyne Lopata, pelo companheirismo virtual nas madrugadas de escrita, pela amizade desenvolvida e por todas as horas de áudios que trocamos neste último ano. Muito obrigada por todas as contribuições nesta dissertação, que, entre plantões dobrados, você leu antes de todos!

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia em Saúde (PPGTS) e à Ana Claudia Kampa, por cuidar de toda a burocracia.

À minha mãe, por, em meio a tantas mudanças, sempre estar presente. Não conheço palavras que sejam suficientes para agradecer o amor de uma vida inteira, mas, mãe, obrigada por tudo. Nunca esqueça o quanto eu amo você!

A Athon de Moura Leite, pelo suporte em relação à representação gráfica das redes semânticas e, principalmente, pelo carinho durante o processo de finalização da graduação e mestrado. Conviver contigo me faz mais feliz.

Por fim, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pela isenção de taxa do mestrado e subsídio financeiro para realização desta pesquisa.

A teoria pode ser compreendida como uma experimentação com o possível. E a ideia em expansão sobre o que é possível faz, por vezes, a vida mais vivível.

(BUTLER, 2016, p. 41)

RESUMO

Introdução: O conceito de violência de gênero usualmente é referido como um ato violento perpetrado em virtude do gênero da vítima; entretanto, não é uma representação cognitiva abstrata do fenômeno. Com a finalidade de contribuir com a conceituação de violência de gênero e o conhecimento acerca desse fenômeno complexo, propõe-se a elaboração de um modelo em rede para representar o fenômeno, seus elementos e as relações consequenciais e causais entre eles.

Objetivo: Estruturar um modelo em rede para representação e análise da retroalimentação da violência de gênero. **Métodos:** Pesquisa metodológica, que utilizou como base empírica artigos científicos sobre o tema, publicados no ano de 2018, nos idiomas português, inglês, espanhol e francês, limitados a cinco termos: violência de gênero, violência doméstica, violência física, violência psicológica e violência sexual. Os 195 conceitos identificados foram submetidos à análise conceitual evolucionista de Rodgers. A partir desse material, foi proposto um método misto organizado em três fases. A primeira consistiu no processo de *knowledge discovery in databases*, pelo qual os conjuntos de dados foram separados por termos, organizados em cinco planilhas eletrônicas e pré-processados. Para a etapa de mineração de dados, foi utilizado o algoritmo Apriori, a fim de identificar regras de associação. No pós-processamento, as regras de associação dos cinco conjuntos de dados foram organizadas em redes semânticas. Na segunda fase, os conceitos foram submetidos à análise de conteúdo, a partir do conceito de gênero de Joan Scott. As redes semânticas cujos vértices iniciais eram termos oriundos de definições generificadas foram incluídas na terceira fase. Nesta, os termos foram apresentados em redes individuais, a partir das regras de associação representadas nas redes semânticas, e posteriormente organizados em um único modelo em rede.

Resultados: Foi possível estruturar um modelo em rede para representação e análise da violência de gênero, o qual demonstrou que as diferentes tipologias de violência, como violência psicológica, sexual, econômica e física, estão diretamente relacionadas ao estabelecimento do medo como elemento importante nas relações sociais. Distintas formas de agressão física, como estapear e puxar cabelo, estão diretamente relacionadas ao ataque armado. A violência contra a mulher atinge vítimas com ao menos 16 anos, por questões de gênero, comportamento controlador, coercitivo, degradante e ameaçador. Ressalta-se que todas as redes de violência sexual foram incluídas no modelo, o que denota uma grande generificação nesse tipo de violência. **Conclusão:** O modelo proposto poderá ser útil para a representação da retroalimentação da violência de gênero e seu funcionamento, porém a interpretação por meio de redes semânticas deverá ser otimizada.

Palavras-chave: Violência de gênero. Violência. Formação de conceitos. Inteligência artificial. Rede semântica.

ABSTRACT

Introduction: The concept of gender based violence is usually referred as a violent act perpetuated by virtue of the victim's gender, however, this concept is not an abstract cognitive representation of the phenomenon. In order to contribute to the conceptualization of gender based violence and knowledge about this complex phenomenon, it is proposed the elaboration of a network model to represent the phenomenon, its elements and the consequential and causal relationships between them. **Objective:** To structure a network model for representation and analysis of feedback on gender based violence. **Methods:** Methodological research, which used as empirical basis scientific articles, published in 2018, in the languages Portuguese, English, Spanish and French, on the subject, limited to five terms: gender violence, domestic violence, physical violence, psychological violence and sexual violence. The 195 concepts identified were submitted to Rodgers' evolutionary conceptual analysis. From this material was proposed a mixed method organized in three phases. The first phase consisted of the Knowledge Discovery in Databases process, the datasets were separated by terms, organized into five spreadsheets and were pre-processed. For the data mining stage, the Apriori algorithm was used in order to identify association rules. In post-processing, the association rules of the five datasets were organized into semantic networks. In the second phase, the concepts were submitted to content analysis, based on the gender concept of Joan Scott. The semantic networks whose initial vertices were terms derived from gendered definitions were included in the third phase. In the last phase, the terms were represented in individual networks, from the rules of association represented in semantic networks and later organized into a single network model. **Results:** It was possible to structure a network model for representation and analysis of gender based violence. This network model of gender based violence demonstrated that the different types of violence such as psychological, sexual, economic and physical violence are directly related to the establishment of fear as an important element in social relations. Different forms of physical aggression such as staking and pulling hair are directly linked to the armed attack. Violence against women affects victims at the age of at least 16, due to gender, controlling, coercive, degrading and threatening behavior. It is noteworthy that all networks of sexual violence were included in the model, which denotes a great genderification in this type of violence. **Conclusion:** The proposed model may be useful for the representation of the feedback of gender violence and its functioning, however, the interpretation through semantic networks can be optimized on future researches.

Keywords: Gender based violence. Violence. Concept formation. Artificial intelligence. Semantic network.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipos de violência, segundo a OMS.....	30
Figura 2 – Regras de associação identificadas com uso do algoritmo Apriori a partir de dados de entrada ilustrativos. Curitiba, Paraná, 2019.....	39
Figura 3 – Exemplo de rede semântica. Curitiba, Paraná, 2019.	41
Figura 4 – Tela do <i>prompt</i> de comando executando o algoritmo Apriori, identificando regras de associação no conjunto de dados referentes ao conceito de interesse “violência doméstica”. Curitiba, Paraná, 2020.	51
Figura 5 – Hierarquia de classes criada para representar o termo “influência do patriarcado como estrutura social e ideologia”, estruturada no <i>software</i> Protégé. Curitiba, Paraná, 2020.....	53
Figura 6 – Descrição da relação entre objetos construída entre os termos “violência sexual” e “violência psicológica” para a construção da rede semântica referente ao termo “ideologia do patriarcado e sua influência social”. Curitiba, Paraná, 2020.	53
Figura 7 – Etapas da estratégia de otimização do banco de termos. Curitiba, Paraná, 2020.	57
Figura 8 – Rede semântica com o vértice inicial “violência contra mulher”. Curitiba, Paraná, 2020.....	62
Figura 9 – Rede semântica com o vértice inicial “problema de saúde pública”. Curitiba, Paraná, 2020.....	62
Figura 10 – Rede semântica com o vértice inicial “influência social da ideologia do patriarcado”. Curitiba, Paraná, 2020.	66
Figura 11 – Rede semântica com o vértice inicial “baseado na sexualidade”. Curitiba, Paraná, 2020.....	67
Figura 12 – Rede semântica com o vértice inicial “bater”. Curitiba, Paraná, 2020. ...	70
Figura 13 – Rede semântica com o vértice inicial “violência de parceiros íntimos”. Curitiba, Paraná, 2020.....	71
Figura 14 – Rede semântica com o vértice inicial “violência sexual”. Curitiba, Paraná, 2020.	75
Figura 15 – Rede semântica com o vértice inicial “estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais”. Curitiba, Paraná, 2020.	76

Figura 16 – Rede semântica com o vértice inicial “penetração vaginal/anal não consentida”. Curitiba, Paraná, 2020.	80
Figura 17 – Rede semântica com vértice inicial “comportamento sexual não desejado”. Curitiba, Paraná, 2020.....	80
Figura 18 – Modelo em rede do conceito de interesse “violência de gênero”. Curitiba, Paraná, 2020.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regras para formação de <i>corpus</i> de análise de conteúdo. Curitiba, Paraná, 2019.	43
Quadro 2 – Relação de tipos de categorização. Curitiba, Paraná, 2019.	44
Quadro 3 – Critérios de seleção, inclusão e exclusão de artigos adotados na IC. Curitiba, Paraná, 2020.	47
Quadro 4 – Correspondência de atributos, antecedentes e consequentes do conceito de interesse “violência de gênero”. Curitiba, Paraná, 2020.	49
Quadro 5 – Correspondência das redes semânticas que expressam fenômenos generificados e não generificados organizados por conjunto de dados. Curitiba, Paraná, 2020.	82
Quadro 6 – Correspondência entre termos originais e agrupados. Curitiba, Paraná, 2020.	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Artigos encontrados e inclusos para análise, por descritor estruturado e seus respectivos refinadores. Curitiba, Paraná, 2020.	48
Tabela 2 – Correspondência entre <i>corpus</i> de análise, termos categorizados, regras de associação e regras de associação com suporte superior a 10%. Curitiba, Paraná, 2020.	60
Tabela 3 – Regras de associação identificadas no conjunto de “violência de gênero”, por antecedente e consequente, segundo suporte e confiança. Curitiba, Paraná, 2020.	61
Tabela 4 – Regras de associação identificadas no conjunto de “violência doméstica”, por antecedente e consequente, segundo suporte e confiança. Curitiba, Paraná, 2020.	65
Tabela 5 – Regras de associação identificadas no conjunto de “violência física”, por antecedente e consequente, segundo suporte e confiança. Curitiba, Paraná, 2020.	69
Tabela 6 – Regras de associação identificadas no conjunto de “violência psicológica”, por antecedente e consequente, segundo suporte e confiança. Curitiba, Paraná, 2020.	74
Tabela 7 – Regras de associação identificadas no conjunto de “violência sexual”, por antecedente e consequente, segundo suporte e confiança. Curitiba, Paraná, 2020.	79
Tabela 8 – Frequência de ocorrência de cada código utilizado na exploração de material, gerado pelo <i>software</i> ATLAS.ti. Curitiba, Paraná, 2020.	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIPE®	Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem
CSV	<i>Comma-Separated Values</i>
IC	Iniciação Científica
KDD	<i>Knowledge Discovery in Databases</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIBIC Master	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Master
PPGEPS	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas
PPGTS	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia em Saúde
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	19
2	INTRODUÇÃO	20
2.1	OBJETIVOS.....	22
2.1.1	Geral	22
2.1.2	Específicos.....	22
3	REFERENCIAL TEÓRICO	23
3.1	ESTUDOS DE GÊNERO	23
3.1.1	Um breve histórico dos estudos de gênero	23
3.1.2	Contribuições do pós-estruturalismo para os estudos de gênero	24
3.1.3	O pós-estruturalismo de Joan Scott	25
3.2	VIOLÊNCIA: CONCEITOS E TIPOLOGIAS	28
3.2.1	A violência de gênero.....	31
3.2.2	A violência de gênero e a área da saúde	32
4	REFERENCIAL TEÓRICO PARA O PERCURSO METODOLÓGICO	35
4.1	ANÁLISE CONCEITUAL EVOLUCIONISTA DE RODGERS.....	35
4.1.1	Identificação de conceito de interesse e estratégia de coleta de dados	36
4.1.2	Atributos, antecedentes e consequentes	36
4.1.3	Confecção de casos-modelo	37
4.2	<i>KNOWLEDGE DISCOVERY IN DATABASES</i>	37
4.2.1	Descoberta de regras de associação.....	38
4.2.2	Pós-processamento	40
4.3	ANÁLISE DE CONTEÚDO	41
4.3.1	Técnicas de análise de conteúdo.....	42
4.3.2	Procedimentos da análise de conteúdo	43
5	PERCURSO METODOLÓGICO.....	46
5.1	NATUREZA DA PESQUISA	46
5.2	CONSTRUÇÃO DA BASE EMPÍRICA	46
5.2.1	Seleção dos conceitos de interesse e coleta de dados	47
5.2.2	Organização de dados e identificação de atributos, antecedentes e consequentes.....	48
5.3	MATERIAIS E MÉTODOS	49

5.3.1	Fase 1: identificação da relação consequencial e causal da prática de diferentes formas de violência na perpetração da violência de gênero	49
5.3.1.1	Pré-processamento	49
5.3.1.2	Mineração de dados	50
5.3.1.3	Pós-processamento	51
5.3.2	Fase 2: identificação dos elementos cruciais na perpetração da violência de gênero.....	54
5.3.2.1	Pré-análise.....	54
5.3.2.2	Exploração do material	55
5.3.2.3	Tratamento dos resultados	56
5.3.3	Fase 3: estruturação do modelo em rede para representação e análise da violência de gênero	56
5.3.3.1	Estruturação do modelo em rede semântica	58
5.4	PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	59
6	RESULTADOS	60
6.1	IDENTIFICAÇÃO DA RELAÇÃO CONSEQUENCIAL E CAUSAL DA PRÁTICA DE DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA NA PERPETRAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	60
6.1.1	Violência de gênero.....	60
6.1.2	Violência doméstica	62
6.1.3	Violência física.....	67
6.1.4	Violência psicológica	72
6.1.5	Violência sexual.....	76
6.1.6	Limitações da fase.....	81
6.2	IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS CRUCIAIS NA PERPETRAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	81
6.2.1	Limitações da fase.....	82
6.3	ESTRUTURAÇÃO DO MODELO EM REDE PARA REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	83
6.3.1	Construção do banco de termos.....	83
6.3.2	Construção da rede semântica.....	85
7	DISCUSSÃO	87

7.1	FASE 1: IDENTIFICAÇÃO DA RELAÇÃO CONSEQUENCIAL E CAUSAL DA PRÁTICA DE DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA NA PERPETRAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	87
7.2	FASE 2: IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS CRUCIAIS NA PERPETRAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	91
7.3	FASE 3: ESTRUTURAÇÃO DO MODELO EM REDE PARA REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	91
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
8.1	ESTUDOS FUTUROS	94
	REFERÊNCIAS.....	96
	APÊNDICE A – BANCO DE TERMOS PARA CATEGORIZAÇÃO – FASE 1.....	103
	APÊNDICE B – TERMOS ORIGINAIS E TERMOS PROTÉGÉ PARA “VIOLÊNCIA DE GÊNERO”	108
	APÊNDICE C – REDES SEMÂNTICAS DO CONJUNTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	109
	APÊNDICE D – TERMOS ORIGINAIS E TERMOS PROTÉGÉ PARA “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”	117
	APÊNDICE E – REDES SEMÂNTICAS DO CONJUNTO DE VIOLÊNCIA FÍSICA	118
	APÊNDICE F – TERMOS ORIGINAIS E TERMOS PROTÉGÉ PARA “VIOLÊNCIA FÍSICA”	132
	APÊNDICE G – REDES SEMÂNTICAS DO CONJUNTO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA.....	133
	APÊNDICE H – TERMOS ORIGINAIS E TERMOS PROTÉGÉ PARA “VIOLÊNCIA FÍSICA”	141
	APÊNDICE I – REDES SEMÂNTICAS RELACIONADAS AO CONJUNTO DE VIOLÊNCIA SEXUAL.....	142
	APÊNDICE J – TERMOS ORIGINAIS E TERMOS PROTÉGÉ PARA “VIOLÊNCIA SEXUAL”	149
	APÊNDICE K – RELAÇÃO DOS CONSEQUENTES DE TODOS OS TERMOS ANTECEDENTES UTILIZADOS NO MODELO EM REDE DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	150

ANEXO A – RELATÓRIO TÉCNICO DA PESQUISA <i>ANÁLISE CONCEITUAL DE</i>	
<i>TERMOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</i>	154

1 APRESENTAÇÃO

Ingressei na graduação em Psicologia em 2015 e me aproximei do objeto de estudo desta pesquisa em 2018, durante Iniciação Científica (IC) intitulada *Análise conceitual de termos relacionados à violência doméstica*, sob orientação da Profa. Dra. Marcia Regina Cubas. Durante essa pesquisa, interessei-me pelo fenômeno da violência de gênero e pela forma como essa tipologia de violência se relaciona com as demais a partir de uma visão em rede dos elementos identificados como atributos, antecedentes e consequentes da violência de gênero e termos substitutos.

A partir dessa inquietação, sob orientação da Profa. Marcia e da Profa. Dra. Deborah Ribeiro Carvalho, elaborei um projeto de pesquisa para submeter ao edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Master (PIBIC Master), que seleciona, anualmente, dez estudantes da graduação para ingressar em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Em maio de 2019, ingressei oficialmente no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia em Saúde (PPGTS) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Vinculada à linha de pesquisa de Informática em Saúde, esta pesquisa foi incorporada ao projeto matriz *Terminologia padronizada em enfermagem: construção e aprimoramento de subconjuntos da Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®)*, o qual é composto por quatro projetos, a saber: (i) Análise conceitual de termos relacionados à violência doméstica; (ii) Modelagem, em arquétipos OpenEHR, de diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem para o autocuidado da pessoa com estomia de eliminação intestinal; (ii) Elaboração de um subconjunto terminológico da CIPE® para pessoas com úlceras vasculogênicas e úlceras de pé diabético; (iv) **Violência de gênero: estrutura de modelo em rede.**

2 INTRODUÇÃO

A violência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é associada a relações de poder entre a vítima e o agressor (KRUG *et al.*, 2002). Esse pressuposto é descrito na literatura em diferentes tipologias de violência; por exemplo, a violência doméstica é definida como abuso de poder, meio de dominação e controle da mulher, manifestação do padrão sistemático de poder masculino (JONGE, 2018; TSIRIGOTIS; ŁUCZAK, 2018; VICTOR *et al.*, 2018; KIM; ATTERAYA; YOO, 2018; METZ; CALMET; THEVENOT, 2019). A violência sexual, para Armstrong, Gleckman-Krut e Johnson (2018), está relacionada com a dominação de gênero, raça (etnia), classe e outras dimensões de desigualdade. Nessa perspectiva, o atributo “poder” permeia as definições de diferentes tipologias de violência.

O termo “violência de gênero” é, geralmente, empregado para se referir à violência contra mulheres, baseando-se na maior propensão que mulheres apresentam a ser agredidas por um homem, do que o contrário (SHAFER; KOYIET, 2018). No cenário brasileiro, de acordo com dados publicados no *Atlas da violência* (IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019), em 2017, mais de 221 mil mulheres registraram boletim de ocorrência de violência física em ambiente doméstico. O documento sugere que o número registrado reflete a subnotificação de episódios de violência de gênero, devido à estigmatização das vítimas, que não relatam o caso à polícia, e critica a falha na terminologia utilizada pelo Ministério da Saúde – Classificação Internacional de Doenças (CID) –, que contempla apenas a natureza do ato violento, sem investigar o contexto social e a motivação do fenômeno.

Conceitualmente, a violência de gênero tem sido compreendida como qualquer ato violento que cause prejuízo psicológico, sexual ou físico e tenha sido cometido por motivos de gênero (BANNISTER; MOYI, 2019; IYANDA *et al.*, 2019; KOSTERINA; HORNE; LAMB, 2019; WERWIE *et al.*, 2019). Percebe-se a fragilidade conceitual do fenômeno, que se concentra nos prejuízos causados, em detrimento do contexto do ato violento, além de não explorar sua principal característica: o gênero. Scott (1995) define que gênero é um elemento construtivo de relações humanas baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primária de interpretação das relações de poder. Essas características não são citadas nas definições de violência de gênero, ignorando o valor analítico do termo.

Para responder, parcialmente, às limitações relacionadas à contextualização de conceitos, métodos de análises conceituais são utilizados, como o método de Rodgers (1989) e de Wilson (1969). Entretanto, a análise conceitual é feita usualmente quando o conceito atinge um grau de maturidade, sendo bem descrito na literatura (MORSE, 1995). É necessário considerar a dificuldade da conceituação linear de um fenômeno complexo, fruto da interação humana e permeado pela subjetividade dos indivíduos que convivem em sociedade. No caso específico da violência, a classificação de violência de gênero é resultado de um processo histórico gerador de desigualdade entre os gêneros no âmbito da interação humana, tornando-se criador de relações de poder, dominação e subordinação entre os gêneros (LOURO, 1995; FURTADO; SAKOWSKI; TÓVOLLI, 2015; BOYLE, 2019).

A rigor, um conceito é a representação cognitiva abstrata de um fenômeno perceptível que reúne experiências empíricas, composta por um conjunto de palavras (RODGERS, 1989; MORSE, 1995). Para a epistemologia, é preciso distinguir forma e conteúdo em um sistema de conceituação: a forma está relacionada com a maneira como se compreende, pensa e conhece um fenômeno por meio de símbolos, enquanto o conteúdo diz respeito ao fenômeno em si (PIAGET, 1973).

Considerando a importância de um termo estruturado ter maior capacidade de ser representado em terminologias da saúde, oportuniza-se a organização de um modelo capaz de analisá-lo. Diante dessa problemática, esta dissertação faz uso de ferramentas da inteligência artificial que permitem a descoberta de padrões nas definições de violência de gênero e termos substitutos, apresentando a finalidade de conhecer o funcionamento do fenômeno e as relações entre seus elementos. Logo, permite o planejamento de ações de prevenção e intervenção da violência de gênero em diversos cenários.

Quanto à forma de representação desses padrões, a utilização de redes semânticas traz a possibilidade de associação de conceitos ou entidades, identificando os elementos que se retroalimentam (PEREIRA *et al.*, 2016).

Considerando esse contexto, a pesquisa apresentou a seguinte questão norteadora: como representar o conceito de violência de gênero abrangendo seus atributos, antecedentes, consequentes e relações com outras tipologias de violência, em uma estrutura de rede semântica?

2.1 OBJETIVOS

2.1.1 Geral

Estruturar um modelo em rede para representação e análise da violência de gênero.

2.1.2 Específicos

- a) Identificar a relação consequencial e causal da prática de diferentes formas de violência na perpetração da violência de gênero.
- b) Identificar elementos cruciais na perpetração da violência de gênero.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão apresentados os conceitos e teorias que fundamentaram a dissertação, a saber:

- a) estudos de gênero, com ênfase na teórica Joan Scott;
- b) tipologias e conceitos de violência.

3.1 ESTUDOS DE GÊNERO

O termo “gênero” é usualmente utilizado como oposição ao termo “sexo”, referindo-se a comportamento e personalidade, enquanto sexo diz respeito à anatomia do corpo humano. A palavra “gênero” é empregada para se referir à esfera do masculino e do feminino, como conceitos socialmente construídos (NICHOLSON, 2000).

3.1.1 Um breve histórico dos estudos de gênero

Os estudos de gênero foram iniciados pelas integrantes do movimento feminista, que pode ser organizado historicamente em três ondas, considerando que atualmente se está na transição da terceira para quarta onda feminista.

A primeira contemplou os movimentos em defesa da igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres. As pautas das manifestações das feministas da primeira onda eram melhores condições de trabalho para as mulheres, reivindicação por direitos de cidadania e conquista de direitos políticos, como votar e ser votada em eleições (MARTINS, 2015).

Durante esse período, as mulheres conquistaram o direito ao voto na Inglaterra e no Brasil, em 1918 e 1932, respectivamente (MARTINS, 2015). Nesse primeiro momento, não houve uma proposta de conceituação do termo “gênero”, porém, ao reivindicar direitos iguais para homens e mulheres, o fator “gênero” foi colocado em pauta nas esferas política e social.

Após as conquistas de direitos políticos e sociais, ampliou-se a visibilidade da mulher na esfera pública, mas os homens permaneceram como categoria universal, sendo os detentores de poder e criadores de cultura. A segunda onda do feminismo surgiu com pautas culturais, questionando os padrões sociais que eram atribuídos aos

homens e às mulheres, considerando o papel engessado que eles apresentavam nas relações afetivas, vida política e laboral (MARTINS, 2015).

Em 1949, Simone de Beauvoir publicou *O segundo sexo*, organizando essa demanda a partir de sua tese de que a mulher se constituiu como “a outra” em relação ao homem, explicitando que este carrega o signo universal de ser humano, enquanto o conceito de mulher foi criado a partir das diferenças que apresenta quando comparada com esse signo universal (MARTINS, 2015; BEAUVOIR, 2016). A partir desse momento, a sexualidade deixou de ser meramente privada e passou a ser compreendida como uma relação de poder entre os sexos. Vista dessa forma, ela seria essencialmente política e construída a partir de uma ordem patriarcal. Nesse contexto, o patriarcalismo é caracterizado pela autoridade masculina, institucionalmente imposta sobre a mulher e os filhos no ambiente familiar (CASTELLS, 1999; MARTINS, 2015).

A segunda onda do feminismo foi responsável por localizar o sujeito no ambiente privado, observando as desigualdades que ocorriam na vida pessoal e que impediam que os direitos adquiridos na primeira onda fossem aplicados (MARTINS, 2015). Foi a fase em que a identidade de gênero feminina tornou-se o centro do movimento.

Enquanto as duas primeiras ondas do feminismo trataram do “sujeito do feminismo”, a terceira migrou para os “sujeitos do feminismo”, implicando que não existia “mulher” e, sim, “mulheres”, valorizando a pluralidade e diversidade. Essa mudança estava relacionada com a globalização, pois refinou as variáveis que afetam significativamente a identidade de gênero, como etnia e orientação sexual (MARTINS, 2015; GARCIA, 2018). Durante a terceira onda feminista, as pós-estruturalistas desconstruíram o conceito de mulher, alegando que essa categoria representava o sujeito feminino de forma centrada e unificada, construindo a identidade essencial da mulher (COSTA, 2002). Ainda, propôs-se a desconstrução do essencialismo da mulher, utilizando como suporte a teoria pós-estruturalista. Dessa forma, essa fase do feminismo defende que não há identidade de gênero totalitária (MARTINS, 2015).

3.1.2 Contribuições do pós-estruturalismo para os estudos de gênero

Ancorada na teoria pós-estruturalista, a desconstrução do essencialismo da mulher durante a terceira onda feminista desmontou a ordem de categorias internas e

explorou suas limitações, fazendo com que as maiores contribuições do pós-estruturalismo fossem provenientes de constantes debates entre as teóricas feministas. Tais debates possibilitaram pluralidade nos estudos de gênero, considerando o assunto uma temática fundamentalmente social (LOURO, 1995; MARIANO, 2005).

Scott (1995) refere que é necessário que os estudos de gênero estejam alicerçados em teorias que possibilitem pensar em pluralidades e diversidades, em vez de reforçar verdades universais e esquemas binários que servem de base para a construção de hierarquias. Dessa forma, refutando o sistema dicotômico, rejeita-se a ideia de um universo masculino que permite a existência do feminino, ponto central da crítica ao essencialismo, devido à inconsistência de sua teoria: repudia-se a ideia de que a mulher é construída como “outro” do homem, porém se fortalece o pensamento dicotômico e polarizado entre os gêneros, que funciona como alicerce para a manutenção da hierarquia (SCOTT, 1995; MARIANO, 2005; BEAUVOIR, 2016).

Em sua obra, Scott (1995) se propõe a estudar gênero como o saber a respeito das diferenças sexuais. Utiliza o conceito de saber estabelecido por Foucault (1981), sugerindo, dessa forma, o estudo dos gêneros a partir dos significados produzidos culturalmente para o termo. Trata-se, então, da análise de um saber relativo, produzido complexamente, com usos e significados provenientes de uma disputa política e dos meios de criação de relação e poder (SCOTT, 1994).

3.1.3 O pós-estruturalismo de Joan Scott

Joan Scott inaugurou a influência do pós-estruturalismo nos estudos de gênero ao publicar o ensaio *Gênero, uma categoria útil de análise histórica* (1995). Ela relata que o termo “gênero” teve seu uso inicial feito por teóricas feministas americanas para enfatizar a construção social das distinções baseadas no sexo. Na época, ele era usado para substituir o termo “mulheres” de forma neutra, com a finalidade de evitar remeter ao essencialismo empregado por feministas anteriormente. Essa neutralidade retirava a mulher do papel de sujeito histórico, mas, por não ser ameaçador para uma sociedade acadêmica masculina, o termo era aceito como uma busca feminina por legitimidade acadêmica.

Além do viés da neutralidade, seu emprego deixava implícito que qualquer conhecimento a respeito de mulheres era necessariamente um estudo sobre os homens, uma vez que o mundo delas faz parte do mundo destes e é construído pelo sistema masculino. Assim, o termo “gênero” rejeita a dualidade da esfera do mundo masculino separado do mundo feminino, rejeitando explicações de cunho biológico e explicitando que as relações sobre as funções do homem e da mulher em uma sociedade são um construto social, desvinculando as práticas sexuais dos papéis atribuídos a homens e mulheres (LOURO, 1995; SCOTT, 1995).

Scott (1995) cita três posições teóricas dominantes no uso do termo “gênero” por historiadores: (i) as feministas radicais; (ii) as feministas marxistas; (iii) as feministas psicanalistas, influenciadas pelo pós-estruturalismo francês e pela teoria de objetos anglo-saxônica.

Nessa estrutura, as teóricas feministas radicais possuem como objeto de estudo o patriarcado, dirigindo sua atenção para a subordinação feminina, debruçando-se sobre o desejo masculino de manter a mulher no papel de reprodutora. Apesar de tratar da desigualdade de gênero, esse grupo é bastante criticado por não vincular a desigualdade de gênero a outras desigualdades presentes na sociedade; além disso, ao reproduzir o discurso que coloca a mulher no papel de “reprodutora”, apoia-se demasiadamente na diferença física, negligenciando a historicidade do termo citado (SCOTT, 1995).

As teóricas feministas marxistas apresentam uma visão mais ampla da historicidade do termo, considerando que se baseiam em uma teoria da história. Suas discussões iniciais abordavam a exigência da reprodução biológica, as divisões de trabalho no capitalismo, porém a desigualdade de gênero é anterior ao capitalismo e opera também no socialismo. A grande inconsistência dessa teoria é tratar a desigualdade de gênero como um produto do capitalismo, alicerçando os problemas de gênero na teoria marxista. A partir dessa visão, o gênero perde seu valor analítico próprio (SCOTT, 1995).

O terceiro grupo, que envolve as feministas que utilizam a psicanálise como base teórica, precisa ser subdividido em dois grupos, devido à diferença de marco teórico. As psicanalistas anglo-americanas são influenciadas pela teoria relacional dos objetos, que estuda o desenvolvimento infantil e sua relação com as figuras parentais, enquanto as psicanalistas francesas, influenciadas por Jacques Lacan, possuem

como objeto de estudo a inserção do sujeito no campo simbólico por meio da linguagem (SCOTT, 1995).

A vertente anglo-saxônica, por se limitar a uma visão literal, utiliza referências discretas para a construção da identidade de gênero, como a presença dos pais nas etapas do desenvolvimento infantil do sujeito (SCOTT, 1995). A vertente francesa, munida da teoria psicanalítica de Lacan, explora a linguagem, mas acaba por cair na tendência de generificação¹ ao utilizar a metáfora do “falo” como significante da sexualidade e a metáfora do “nome do pai” para se referir a regras e a poder (SCOTT, 1995).

Partindo do princípio de que a base dos estudos feministas é a recusa da construção hierárquica entre o masculino e o feminino, Scott (1995) relata que seu conceito de gênero é um elemento socialmente construído sobre as diferenças sociais percebidas e uma forma primária de dar significado às relações de poder – esse será o conceito de gênero utilizado ao longo desta pesquisa. Apresenta quatro elementos relacionados: (i) os símbolos culturalmente disponíveis; (ii) os conceitos normativos que expressam a interpretação desses símbolos nos âmbitos cultural, político, religioso, educativo, científico ou jurídico; (iii) uma oposição ao binarismo de características masculinas/femininas; (iv) o gênero como uma identidade subjetiva (SCOTT, 1995).

A oposição ao binarismo é um dos pontos centrais do feminismo pós-estruturalista, visando a eliminar a ideia de que o universo é masculino e possui determinadas especificidades que possibilitam que o feminino o habite. Scott (2002) subverte esse paradoxo, defendendo que não há necessidade de que os estudos de gênero sejam exclusivamente sobre diferenças ou sobre igualdades.

A autora retoma que o feminismo era um projeto contra a exclusão política feminina, objetivando eliminar as diferenças sexuais desse campo; para isso, foi necessário montar um discurso em nome das “mulheres”, termo que é produto direto das diferenças sexuais, ou seja, com o objetivo de eliminar as diferenças sexuais, o feminismo precisou alimentá-las em seu discurso (SCOTT, 2005).

¹ Para Scott (1995), o termo “generificação” remete à associação direta do conceito ou classificação de gênero a um fenômeno, no caso, a teoria psicanalítica de Lacan. A autora se refere à imposição do masculino na nomeação dos significantes propostos pela psicanálise.

As inconsistências e incoerências do movimento feminista foram apontadas por suas estudiosas e, muitas vezes, corrigidas. Em outros momentos, os paradoxos foram mantidos sem solução, uma vez que a história do feminismo é a história das mulheres (SCOTT, 2002; MARIANO, 2005). Nesse ponto de vista, Scott (2002, p. 47) afirma que

a história do feminismo não é, porém, a história de opções disponíveis ou de escolha tranquila de um projeto vitorioso; é, antes disso, a história de mulheres (e de alguns homens) constantemente às voltas com a absoluta dificuldade de resolver os dilemas que enfrentam.

Ainda, Scott (2005) refere que o paradoxo da igualdade e diferença sempre existirá, pois faz parte da organização da sociedade como um todo. Mariano (2005), todavia, afirma que ele é, na verdade, um falso paradoxo, uma vez que o autor Boaventura de Souza Santos propõe que grupos sociais e pessoas possuem o direito de ser iguais nos momentos em que a diferença os inferioriza e direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza (SANTOS, 1997 *apud* MARIANO, 2005).

3.2 VIOLÊNCIA: CONCEITOS E TIPOLOGIAS

O fenômeno da violência é bastante complexo, dentre outros motivos, pela polissemia de seu conceito, pois sua conceituação depende do julgamento social, ou seja, o reconhecimento da violência ocorre na esfera social (EMERY; LAUMANN-BILLINGS, 1998 *apud* RISTUM; BASTOS, 2003; HAYECK, 2009). A OMS define violência como

o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al.*, 2002, p. 5).

Duas características são próprias desse conceito: a intencionalidade como antecedente do ato violento e a adição do poder como atributo da violência (KRUG *et al.*, 2002). A utilização do antecedente da intencionalidade do uso da força ou poder é justificada pela OMS como tentativa de incluir casos em que o perpetrador da violência não ponderou os riscos de lesões à vítima e excluir acidentes (KRUG *et al.*, 2002).

O uso do atributo “poder” permite abranger a importância do social no conceito geral de violência, estabelecendo que esta por si só retrate relações de poder entre a vítima e o agressor. Foucault (2009) afirma que poder não pode ser atribuído a um sujeito, grupo ou cultura, sendo algo que ultrapassa a capacidade do ser humano de possuir. Nas palavras do autor,

o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2009, p. 193).

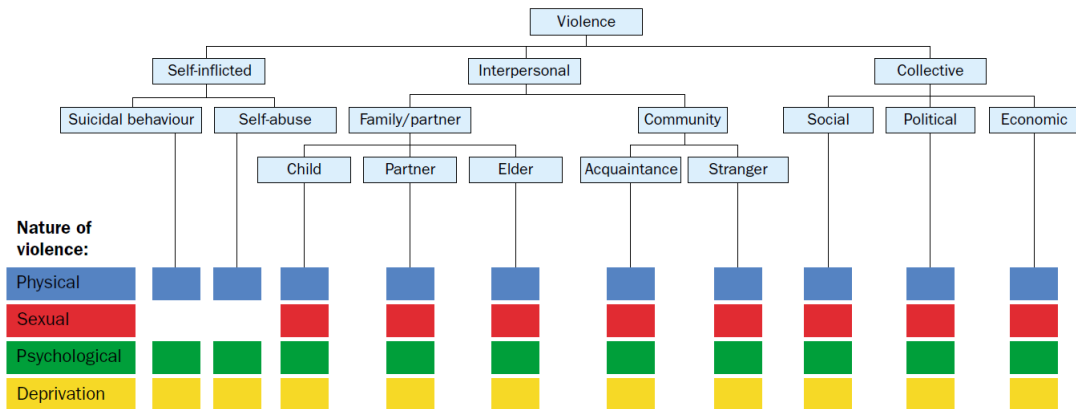
A tipologia vigente no conceito da OMS é a de Krug *et al.* (2002), a qual divide o fenômeno em três categorias principais: (i) violência autoinfligida; (ii) violência interpessoal; (iii) violência coletiva. Essa categorização serve para organizar o ato violento a partir de seu perpetrador.

A violência autoinfligida ocorre quando o ato violento é dirigido a si mesmo, englobando comportamentos suicidas, que podem ser exemplificados como autolesão deliberada, ideação e tentativa de suicídio, e autoabusos, como a automutilação (KRUG *et al.*, 2002). A violência interpessoal é dividida em duas subcategorias: a violência familiar ou de parceiros íntimos, quando o agressor e a vítima possuem laços estreitos, e a violência comunitária, quando não há laços íntimos entre o agressor e a vítima (KRUG *et al.*, 2002). A violência coletiva também apresenta subdivisões, a saber: social, política e econômica. A violência coletiva social inclui crimes de ódio cometidos por grupos organizados, ataques terroristas e violência em multidões; a política contempla guerras, violências perpetradas pelo Estado e conflitos permanentes; e a econômica é relacionada à perpetração da violência visando a ganhos econômicos, interromper a atividade econômica, impedir o acesso a serviços essenciais e criar fragmentação econômica (KRUG *et al.*, 2002).

A tipologia elaborada por Krug *et al.* (2002) e utilizada pela OMS apresenta, também, o conceito de natureza da violência, que é correspondente à maneira como o ato violento é realizado. Existem quatro naturezas de violência: violência física, violência psicológica, violência sexual e violência que envolve privação ou negligência. Essa categorização complementa a tipologia anteriormente citada, mas não atende à

violência autoinfligida (KRUG *et al.*, 2002). Na Figura 1, pode-se observar o fluxograma para categorização da violência segundo a teoria de Krug *et al.* (2002).

Figura 1 – Tipos de violência, segundo a OMS.



Fonte: Krug *et al.* (2002, p. 1084).

Utilizando essa tipologia, em uma situação na qual o marido agride a esposa com um tapa no rosto, pode-se caracterizar uma violência interpessoal de parceiros íntimos de natureza física. Logo, é possível empregar a tipologia de Krug *et al.* (2002) para definir um ato violento que pode ser identificado como violência de gênero; todavia, a classificação não abrange a violência de gênero como uma tipologia, apenas oferece suporte para a caracterização do ato violento em questão.

Em contraposição à tipologia classificatória utilizada pela OMS, Minayo (1994) propõe desconectar o fenômeno da violência da marginalidade e da delinquência, sugerindo uma tipologia que seja passível de uso como instrumento de análise para a perpetração da violência e não apenas para o estudo do ato violento em si. Categoriza, então, a violência em estrutural, de resistência e de delinquência.

A categoria “violência estrutural” aplica-se a estruturas organizadas, como família, sistemas econômicos, culturais e políticos, condutoras de opressão de classes, nações e indivíduos por meio da negação das conquistas da sociedade, tornando o grupo oprimido socialmente vulnerável. Por vulnerabilidade social, pode-se entender o resultado negativo e desvantajoso entre a disponibilidade e o aproveitamento de recursos materiais e simbólicos por diferentes grupos sociais (RODRÍGUEZ VIGNOLI, 2001). Dessa forma, a violência estrutural conduz o sujeito a aceitar o sofrimento causado pela violência, uma vez que esta se torna naturalizada pela sociedade (MINAYO, 1994).

Como resposta à violência estrutural, os diferentes grupos, nações e indivíduos produzem a violência de resistência, a qual não é naturalizada pela sociedade. Esse tipo de violência é reprimido e contestado por parte das figuras detentoras de poder (MINAYO, 1994). A violência de resistência é alimentada e alimenta a violência estrutural, caracterizando a retroalimentação de violência.

A terceira categoria descrita por Minayo (1994) é a violência da delinquência, que é a que ocorre em ações que não seguem as leis sociais. Para compreender esse tipo de violência, é necessário entender a relação entre violência estrutural e violência de resistência, que leva os indivíduos ao confronto e, conseqüentemente, ao delito.

As classificações propostas Krug *et al.* (2002) e Minayo (1994) seguem abordagens diferentes: a primeira localiza o agressor em relação à vítima e classifica o ato violento perpetrado, enquanto a segunda apresenta uma visão social da violência, sem focar na execução do ato violento.

Em estudo sobre violência escolar, Ristum e Bastos (2004) propuseram uma classificação de violência na qual consideram ambos os cenários: classificam o ato violento e, conforme a relação social entre o agressor e a vítima, a modalidade de violência. Utilizando o exemplo anterior, no qual o marido agrediu sua esposa com um tapa no rosto, ele perpetró uma violência de gênero e doméstica por meio de um ato violento classificado como físico. A crítica a essa classificação é o fato de uma mesma situação se encaixar em diferentes modalidades, como no exemplo apresentado.

3.2.1 A violência de gênero

Devido à sua alta prevalência, a violência de gênero passou a ser objeto de estudo de diversos pesquisadores (MONTAÑÉS MURO; MOYANO PACHECO, 2006; GUERRERO-MOLINA *et al.*, 2017). Boyle (2019) afirma que ela é a expressão da desigualdade de gênero; a partir desse conceito, pode-se classificar essa modalidade de violência como estrutural. Nesse sentido, Wirtz *et al.* (2020) refere que está diretamente ligada à violência estrutural devido à estigmatização, racismo e exclusão social.

Schafer e Koyiet (2018) relatam que não há um conceito exato para violência de gênero, devido à importância da cultura e do contexto no qual foi realizado o ato violento. Ao longo dos estudos do tema, alguns conceitos foram formulados para o fenômeno. As Nações Unidas (1989) apresentaram-na como todo e qualquer ato

realizado por um homem ou por meio de instituições de dominação masculina que desrespeite uma mulher física, sexual ou psicologicamente por causa de seu gênero. Esse conceito considera apenas a violência contra a mulher uma violência de gênero, não contemplando o conceito de gênero em si; no entanto, esse construto se dá devido à maior vulnerabilidade que as mulheres apresentam em relação aos homens (SCHAFFER; KOYIET, 2018).

Em 1993, as Nações Unidas alteraram o conceito de violência de gênero para uma definição guarda-chuva que engloba qualquer violência física, psicológica ou sexual perpetrada com base em atribuições sociais de identidade de gênero (ONU, 1993; WIRTZ *et al.*, 2020). A partir dessa mudança, tornou-se possível diferenciar violência de gênero de violência contra a mulher, ao passo que esta é uma das facetas daquela. O grupo dos transgêneros também foi incluído nesse novo conceito, pois a violência contra ele está relacionada exatamente às atribuições sociais de cada gênero com base em seu sexo biológico (WIRTZ *et al.*, 2020).

Outra diferença crucial entre o conceito de 1989 e 1993 é a abordagem de gênero. O primeiro apresenta abordagem essencialista, enquanto o segundo traz o entendimento de gênero como construção social, abordagem pós-estruturalista situada no feminismo de terceira onda, como visto anteriormente. Apesar da tendência da visão pós-estruturalista no conceito de violência de gênero, alguns países, como a Espanha, continuam a considerar violência de gênero qualquer ato violento contra a mulher de natureza física, psicológica ou sexual, incluindo ameaças, privação de liberdade e coerção, perpetrado por um parceiro atual ou ex-parceiro (ESPANHA, 2004). É importante destacar que, para a construção de um conceito de violência de gênero, é necessário alicerçar-se em uma teoria que explique o construto de gênero.

3.2.2 A violência de gênero e a área da saúde

A violência de gênero pode causar diversas implicações no bem-estar do indivíduo, prejudicando tanto a saúde física quanto a mental (AGER *et al.*, 2018). Em revisão sistemática feita pela OMS acerca da violência sexual contra a mulher, utilizando artigos revisados por pares de diferentes bancos de dados relacionados à saúde, publicados entre os anos de 2008 e 2011, foi revelado que diversas condições clínicas estão correlacionadas com esse modo de violência. Por meio do documento, a OMS relata que encontrou estudos referentes à violência sexual e hemorragia

intrauterina, deficiência nutricional, dores abdominais, problemas gastrointestinais, distúrbios neurológicos, dor crônica, transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade, depressão, ideação suicida, abuso de álcool e outras substâncias, infecções sexualmente transmissíveis, hipertensão arterial sistêmica e outras doenças cardiovasculares. No caso de gestantes, há, ainda, pesquisas relacionando a violência de gênero com aborto espontâneo, prematuridade e baixo peso do recém-nascido (GARCÍA-MORENO, 2013).

Em pesquisa qualitativa realizada com o método de análise de conteúdo de entrevistas abertas com mulheres vítimas de violência de gênero e usuárias de Unidades Básicas de Saúde do estado de São Paulo, foi revelado que as vítimas de violência de gênero se sentem acolhidas no ambiente da saúde, relatando que os profissionais da saúde se preocupam não apenas com seu quadro de saúde física, mas com o modo como vivem. Na amostra da pesquisa, estão mulheres que relatam apresentar dores, insônia, depressão, dor torácica, além de episódio de gravidez não desejada, relacionadas à violência sofrida (PIEROTTI; D'OLIVEIRA; TERRA, 2018).

No Brasil, a violência de gênero, tal qual a violência como um todo, é tratada como uma questão de cunho jurídico, cabendo ao Estado apenas tomar providências nesse âmbito; todavia, desde 1980, movimentos sociais solicitam por providências multidisciplinares em casos de violência de gênero, principalmente por profissionais da saúde (SANTOS, 2008).

A vitimização dos indivíduos pela violência de gênero culmina na diminuição de sua qualidade de vida, sendo necessário, no âmbito da saúde, que o profissional apresente uma visão sistêmica sobre o fenômeno, uma vez que a imprevisibilidade e o desconhecimento do ciclo da violência de gênero se tornam um obstáculo para ofertar tratamento digno para as vítimas dessa modalidade de violência (OLIVEIRA *et al.*, 2015). Os profissionais da saúde estão em ponto estratégico para o acolhimento das vítimas, devido ao seu contato precoce com elas; na maioria das vezes, são os primeiros profissionais que entram em contato com os pacientes (MAQUIBAR *et al.*, 2018).

Minayo (1994) descreve que a violência não é objeto de estudo apenas da saúde, mas afeta diretamente a saúde do indivíduo, gerando mortalidade ou morbidades. Por muito tempo, o papel dos profissionais da saúde foi tratar lesões, traumas e sequelas causados pela violência, mas agora há a consciência de que é papel do profissional da saúde o estudo e prevenção desse fenômeno. Em relação à

prevenção desse tipo de violência, Guerrero-Molina *et al.* (2017) afirmam que, devido à aceitação cultural da violência de gênero, atitudes sexistas, misoginia e estereótipos de gênero influenciam o aumento da violência, tornando-se necessário um maior entendimento do fenômeno como um todo.

Dahlberg e Krug (2006) enfatizam que a abordagem da saúde pública no enfrentamento da violência posiciona-se de forma mais preventiva, podendo essa prevenção ser realizada em três níveis: primária, secundária e terciária. A primária previne a violência antes que ela ocorra, enquanto a secundária aborda questões imediatas após a ocorrência da violência e a terciária trata dos cuidados em longo prazo com a vítima. As ações empreendidas nesse âmbito são organizadas em intervenções universais, intervenções selecionadas e intervenções indicadas. As universais são direcionadas à população em geral, as selecionadas, à população de risco e as indicadas, a pessoas que se comportam violentamente.

4 REFERENCIAL TEÓRICO PARA O PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção visa a abranger as diferentes metodologias que alicerçaram os encaminhamentos metodológicos, a saber:

- a) análise conceitual evolucionista de Rodgers;
- b) *Knowledge Discovery in Databases* (KDD);
- c) análise de conteúdo, com ênfase no método proposto por Laurence Bardin.

4.1 ANÁLISE CONCEITUAL EVOLUCIONISTA DE RODGERS

Um conceito pode ser descrito como uma representação cognitiva abstrata, formada por uma palavra ou por um conjunto delas, que resume a essência de determinado fenômeno a partir de experiências diretas ou indiretas (RODGERS, 1989; SOUSA *et al.*, 2018). Ele contribui para o desenvolvimento e manutenção do conhecimento, mesmo quando está descontextualizado de uma teoria específica (RODGERS, 1989).

Para Rodgers (1989), o conceito possui caráter cíclico, evidenciando que três aspectos influenciam seu ciclo, quais sejam: o significado, o uso e a aplicação. O significado está relacionado com a utilidade que o conceito possui em uma prática humana, variando de acordo com o contexto em que é utilizado. O uso, ao contrário do seu significado, refere-se às situações em que o conceito é empregado fora de sua área do conhecimento de origem. A partir do momento em que um conceito possui um significado em uma área do conhecimento e apresenta utilidade fora dela, passa a ser utilizado na interação social, podendo se tornar ambíguo ou vago. Sua aplicação está relacionada com o escopo em que o conceito é apropriado para uso. Assim, a análise conceitual objetiva elucidar a aplicação de um conceito.

Na abordagem da análise conceitual evolucionista de Rodgers, o estudo conceitual é processo dinâmico e amplo, que considera a importância contextual do conceito, abrangendo, além do seu significado, seu uso e, a partir desses aspectos, sua aplicação (RODGERS, 1989; MONTEIRO *et al.*, 2016).

O processo metodológico possui caráter indutivo e está organizado em cinco etapas (RODGERS, 1989; OLIVEIRA *et al.*, 2018), a saber:

- a) Identificar o conceito de interesse e expressões relacionadas.
- b) Selecionar a estratégia de coleta de dados.

- c) Coletar e organizar os dados.
- d) Identificar atributos, antecedentes e consequentes.
- e) Confeccionar caso-modelo do conceito.

4.1.1 Identificação de conceito de interesse e estratégia de coleta de dados

Rodgers (1989) descreve que a proposta de identificação do conceito de interesse se deve ao equilíbrio do seu significado e uso, possibilitando ao pesquisador a análise do conceito que almeja, diferenciando-se de encaminhamentos metodológicos que possuem critérios rígidos para o estudo. É considerada uma etapa da análise, uma vez que demanda estudo contextual para seleção do termo que melhor se aproxima daquele que se deseja estudar.

Após a definição do conceito de interesse, é necessário selecionar a estratégia de coleta de dados, visto que, na análise conceitual evolucionista de Rodgers, o processo de coleta de dados define a contextualização do conceito de interesse (BARRY *et al.*, 2018). O meio de coleta, que abrange o tipo de material que será incluído na análise, é de extrema importância para o alinhamento contextual do conceito ao objetivo da análise. A análise conceitual pode ser feita por meio de artigos científicos, material cinza, grupos focais e outros documentos, sendo possível mesclar os materiais de acordo com o objeto de estudo escolhido.

Realizada a escolha do meio de coleta de dados, finaliza-se o desenho da estratégia de coleta de dados escolhendo o procedimento para tal e os critérios de inclusão e exclusão, visando sempre à contextualização do objeto de análise, alinhada com a questão norteadora (BARRY *et al.*, 2018).

4.1.2 Atributos, antecedentes e consequentes

O objetivo da coleta de dados é a identificação de atributos, antecedentes e consequentes do conceito de interesse. Os atributos de um conceito são características que definem o termo de maneira real, por meio de expressões ou palavras utilizadas para a representação do fenômeno ilustrado pelo conceito de interesse (RODGERS, 1989; ALVES; SANTOS; DANTAS, 2015). Para exemplificar, pode-se usar o seguinte exemplo de definição para o conceito de interesse “violência institucional”: “Nossa definição de violência institucional é baseada em Foucault e se refere à violência perpetrada pelo Estado e outras instituições, como saúde e serviços

sociais” (FLYNN *et al.*, 2018, p. 95). O atributo do conceito de violência institucional, neste caso, é “violência perpetrada pelo Estado e outras instituições, como saúde e serviços sociais”, pois é nessa parte da definição que o fenômeno é representado de forma palpável.

Os atributos estão diretamente conectados aos antecedentes e aos consequentes de um conceito de interesse, uma vez que remetem a fenômenos que precederam ou sucederam o fenômeno representado pelo conceito de interesse (OLIVEIRA *et al.*, 2018). Adaptando a definição de Flynn *et al.* (2018) para “violência institucional é a violência perpetrada pelo Estado e outras instituições, lesando o cidadão”, o consequente seria “lesar o cidadão”. Caso a adaptação fosse “com o intuito de lesar o cidadão, a violência institucional é a violência perpetrada pelo Estado e outras instituições”, o “intuito de lesar o cidadão” seria um antecedente, pois está localizado temporalmente antes do fenômeno que o conceito está representando.

Para Rodgers (1989), um conceito também apresenta conceitos relacionados, que correspondem a outros conceitos que ajudam a compor o de interesse, e termos substitutos, que são utilizados para expressar a mesma ideia na literatura. A identificação de termos substitutos e conceitos relacionados contribui para a formação de um conceito (BEZERRIL *et al.*, 2018).

4.1.3 Confeção de casos-modelo

Nessa abordagem metodológica de análise de conceito, o caso-modelo deve ser confeccionado atendendo a todos os atributos, antecedentes e consequentes do conceito de interesse e, de preferência, ser uma situação recorrente no contexto em que o conceito foi estudado (RODGERS, 1989). Ele possui o objetivo de ilustrar a análise conceitual, tendo o caráter de produto final da análise. Ressalta-se que o caso-modelo pode ser de caráter fictício ou real, montado por meio de estudos de caso.

4.2 KNOWLEDGE DISCOVERY IN DATABASES

O KDD tem como objetivo descobrir novos padrões de relações em uma base de dados. A partir da análise dos padrões extraídos, objetiva-se que seja possível complementar o conhecimento sobre o objeto de estudo, com informações válidas, compreensíveis e potencialmente úteis. Esse processo é organizado em três etapas

básicas: pré-processamento, mineração de dados e pós-processamento (FAYYAD; PIATETSKY-SHAPIRO; SMYTH, 1996; CARVALHO *et al.*, 2012).

A etapa de pré-processamento é caracterizada pela seleção, organização, tratamento e preparação dos dados para a etapa de mineração. Durante o pré-processamento, ocorrem a seleção e a organização da base de dados a ser utilizada e a exclusão de dados inconsistentes, corrompidos ou duplicados (FAYYAD; PIATETSKY-SHAPIRO; SMYTH, 1996). Nesta etapa, são realizadas a codificação dos dados e a adequação da extensão dos arquivos para o *software* no qual será feita a mineração de dados (FAYYAD; PIATETSKY-SHAPIRO; SMYTH, 1996; GOLDSCHMIDT; BEZERRA; PASSOS, 2015; SERRO, 2018).

A etapa de mineração de dados consiste na aplicação de algoritmos que buscam por padrões entre os dados da base de dados; para tal, é necessário escolher o algoritmo mais adequado ao objetivo da experimentação. As três principais tarefas de mineração de dados são: classificação, descoberta de regras de associação e agrupamento (CARVALHO *et al.*, 2012).

4.2.1 Descoberta de regras de associação

A descoberta de regras de associação objetiva que o algoritmo identifique relações consequenciais sobre os dados dispostos no banco de dados. Pode ser representada por $A \rightarrow B$ (lê-se: se A, então B); nesse exemplo, tanto A quanto B representam o antecedente e o consequente da regra descoberta (CARVALHO *et al.*, 2012).

Diferentemente da tarefa de classificação, na associação não é necessário eleger variável de classe, podendo as regras descobertas associar os dados independentemente de qual assume o consequente, identificando em percentil o quanto a regra descoberta é representativa no conjunto de entrada (CARVALHO *et al.*, 2012). O algoritmo Apriori é citado com um dos mais utilizados para a tarefa (AGRAWAL *et al.*, 1994). A fim de facilitar a compreensão, a Figura 2 demonstra as regras de associação descobertas pelo referido Apriori.

Figura 2 – Regras de associação identificadas com uso do algoritmo Apriori a partir de dados de entrada ilustrativos. Curitiba, Paraná, 2019.

```
banana <- uva    (26.7%, 100.0%)
limão <- manga  (40.0%, 83.3%)
limão <- laranja (40.0%, 83.3%)
limão <- laranja abacaxi (20.0%, 100.0%)
```

Fonte: A autora (2019).

Considerando um cenário hipotético no qual o dono de uma frutaria deseja descobrir o padrão de compra de seus clientes, no conjunto de regras dado, foi descoberto que 26,7% deles compram uva e, destes, todos compram banana; 40,0% dos clientes do estabelecimento compram manga e, destes, 83,3% compram limão; 40,0% dos clientes compram laranja e, destes, 83,3% compram limão; 20,0% dos clientes da frutaria em questão compram laranja e abacaxi e, daqueles que compram essas duas frutas na mesma ocasião, todos compram limão.

Há diversas maneiras de avaliar se as regras de associação descobertas são interessantes ou não, normalmente com base na estrutura do padrão descoberto e em medidas estatísticas apropriadas. Ao utilizar o algoritmo, o usuário decide previamente duas parametrizações essenciais: o suporte mínimo e o limiar de confiança. Este expressa a probabilidade de ocorrência da associação descoberta; dessa forma, o algoritmo descarta as regras que possuem confiança menor do que a estipulado, uma vez que podem conter ruídos, exceções ou minorias (AMO, 2004; GOLDSCHMIDT; BEZERRA; PASSOS, 2015). A confiança é representada pela seguinte fórmula (BARACHO; BRANQUINHO; ALMEIDA, 2015):

$$\text{Confiança } (A \rightarrow B) = \frac{\text{Total de transações com ocorrências } (A \cup B)}{\text{Total de transações com ocorrências } A}$$

Nela, A representa o termo antecedente da regra de associação e B, o termo consequente.

Outra parametrização essencial para a tarefa de regras de associação é o suporte mínimo que se estabelece na experimentação, representado pela seguinte fórmula (BARACHO; BRANQUINHO; ALMEIDA, 2015):

$$\text{Suporte } (A \rightarrow B) = \frac{\text{Total de transações com ocorrências } (A \cup B)}{\text{Total de transações}}$$

Nela, A representa o termo antecedente da regra de associação e B, o termo consequente.

4.2.2 Pós-processamento

O pós-processamento é a etapa do KDD que envolve a interpretação e análise dos padrões descobertos, a fim de responder ao problema que motivou a experimentação (MILANI; CARVALHO, 2012).

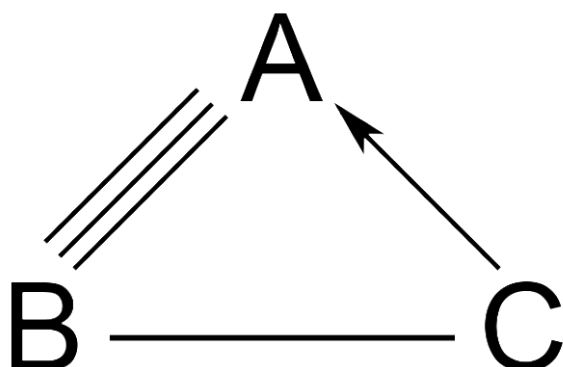
Sobre as regras de associação descobertas, é interessante a identificação das regras de senso comum e das respectivas regras de exceção, ou seja, aquelas que possuem maior potencial para adicionar novos conhecimentos sobre o objeto de estudo, dado que negam a regra de senso comum, em geral já conhecida pelos especialistas da área (MILANI; CARVALHO, 2012).

Também é possível pós-processar as regras de associação descobertas, a partir da transformação delas em redes semânticas. As redes são caracterizadas como um conjunto de vértices conectados por arestas, com cada vértice representando um objeto, um evento ou uma entidade conceitual e cada aresta, a interação entre os vértices.

Considerando que os vértices são conectados por aresta, tal conexão pode ser feita por mais de uma aresta, fenômeno que define o grau da conexão entre eles. As arestas possuem direções – quando na mesma direção ($A \rightarrow B$), a conexão é considerada direcional; no caso de existirem arestas em diferentes direções, a conexão é não direcional (FURTADO; SAKOWSKI; TÓVOLI, 2015). A Figura 3 exemplifica uma rede semântica, na qual os conceitos A, B e C resultam das seguintes regras de associação:

B <- A
 A <- B
 B <- A
 A <- C
 B <- C
 C <- B

Figura 3 – Exemplo de rede semântica. Curitiba, Paraná, 2019.



Fonte: A autora (2019).

Na Figura 3, observam-se três conexões: A–B (ou B–A), $C \rightarrow A$ e B–C (ou C–B). A conexão B–C é não direcional e a conexão A–B é não direcional e apresenta o maior grau dentre as conexões apresentadas na figura. A única conexão feita por uma aresta direcional é $C \rightarrow A$. A figura exemplifica uma rede semântica direcional, considerando A, B e C conceitos.

A representação gráfica em rede semântica é um modelo de representação de conhecimento inspirado no modelo psicológico da memória humana associativa, projetado para ilustrar o significado de palavras da língua inglesa (ROVER, 1999). A partir dessa perspectiva, a rede semântica pode estar associada a texto, sendo formada por palavras, conceitos ou entidades que se relacionam entre si (PEREIRA *et al.*, 2016). Devido a essa característica, elas são consideradas a forma de representação mais adequada em casos em que o problema envolve taxonomias, classificações e sistemas complexos (RUSSELL; NORVIG, 2004; FURTADO, SAKOWSKI, TÓVOLLI, 2015).

4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas para a análise da comunicação, que apresenta diversidade de métodos de análise, a fim de atender ao vasto campo de aplicação (BARDIN, 2016). Bardin (2016) afirma que há certa dificuldade de defini-la, complexidade proveniente de seu objeto de estudo, a comunicação, que engloba conteúdos de diversas áreas.

Inicialmente, a função primordial da análise de conteúdo era a investigação crítica, porém, no decorrer das discussões do método, a função heurística e a função de administração da prova se destacaram. A primeira atende a um objetivo exploratório e investigativo, enquanto, na função de administração da prova, se confirma o resultado de determinada análise. É importante destacar que ambas as funções podem coexistir em uma análise (BARDIN, 2016).

Em relação ao uso desse método empírico em pesquisas de diferentes naturezas, Bardin (2016) afirma que em pesquisas de natureza qualitativa a análise de conteúdo é feita por meio da identificação de presença ou ausência de determinadas características. Nas pesquisas de natureza quantitativa, a análise de conteúdo é realizada por meio da análise da frequência de determinadas características do conteúdo a ser analisado.

Bardin (2016) associa algumas técnicas da análise de conteúdo com a análise documental, mas explora suas diferenças. Disserta que, enquanto a análise documental objetiva classificar e indexar informações de documentos para consulta, a de conteúdo visa a manipular mensagens para confirmar indicadores que possibilitem inferência em um contexto que não seja aquele do qual a mensagem foi retirada.

4.3.1 Técnicas de análise de conteúdo

Bardin (2016) relata cinco técnicas principais de análise de conteúdo: análise categorial, de avaliação, de enunciação, de expressão e das relações.

A categorial é a mais antiga, funcionando por meio de desmembramento de texto em categorias por reagrupamentos analógicos. Fundamentada na concepção de linguagem representacional, a análise de avaliação visa a estudar as atitudes do locutor perante o objeto de que fala. Já a análise de enunciação diferencia-se das outras técnicas por sua concepção de comunicação: essa técnica enxerga a comunicação como um processo e não como um dado e normalmente é utilizada para analisar discursos não diretivos (BARDIN, 2016).

A análise de expressão utiliza indicadores de ordem formal, como significantes e suas organizações, enquanto as demais técnicas empregam indicadores semânticos, que são ligados ao significado direto. Por fim, baseada na teoria da

associação e no estruturalismo, a análise das relações dá maior ênfase à coocorrência das unidades de registro (BARDIN, 2016).

4.3.2 Procedimentos da análise de conteúdo

A análise de conteúdo é organizada em três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (BARDIN, 2016). Durante a pré-análise, elencam-se os documentos que apresentam potencial para integrar o *corpus* da análise, assim como as hipóteses são formuladas, tal qual o objetivo da análise.

Para montar o *corpus* para análise, Bardin (2016) sugere que o pesquisador estabeleça contato com os documentos que podem integrá-lo e, a partir do que chama leitura flutuante, elabore hipóteses. Após a elaboração de hipóteses e a elucidação do objetivo da análise, o *corpus* deve ser selecionado de acordo com regras, explanadas no Quadro 1. A aplicação das regras de seleção de documentos propostas por Bardin (2016) deve ser alinhada com o objetivo da análise, de forma que não é necessária a aplicação de todas elas para confeccionar o *corpus* da pesquisa.

Quadro 1 – Regras para formação de *corpus* de análise de conteúdo. Curitiba, Paraná, 2019.

Regra	Diretriz
Exaustividade	Esgotar todo o conteúdo relativo ao assunto, sem omissão.
Representatividade	Trabalhar com amostras que representem o universo em que estão inseridos.
Homogeneidade	Trabalhar com dados de um único assunto, coletados por meio de um método único, com indivíduos similares.
Pertinência	Utilizar dados adaptados para o objetivo da pesquisa.
Exclusividade	Trabalhar com dados que possam ser classificados em apenas uma categoria.

Fonte: Adaptado de Bardin (2016).

Após a delimitação das hipóteses, objetivo e *corpus* da análise, deve-se organizar o *corpus* de maneira sistemática. Em alguns casos, é necessário editar o material para análise; por exemplo, quando se utilizam entrevistas para compor o *corpus*, é necessário transcrevê-las (BARDIN, 2016).

Ao final da edição do material para análise, encerra-se a fase de pré-análise. A fase de exploração do material é resumida à aplicação das técnicas escolhidas para a análise do *corpus*. Bardin (2016) relata que explorar o material é codificá-lo. Em uma pesquisa quantitativa, a etapa de codificação corresponde a três tarefas: escolha das

unidades de registro, escolha de regras de contagem e escolha dos padrões que serão utilizados para classificar os dados.

O termo “unidade de registro” é a unidade correspondente do segmento do conteúdo que será codificada, podendo ser relacionada a um tema, uma palavra ou uma frase. Durante a exploração do material, é possível utilizar as regras de contagem: presença/ausência da unidade de registro, frequência da unidade de registro, frequência ponderada da unidade, intensidade, ordem em que as unidades de registro aparecem, direção e coocorrência das unidades de registro. A escolha da regra de contagem deve corresponder ao objetivo da análise. Segundo Bardin (2016), pesquisas de natureza quantitativa tendem a utilizar a frequência como regra de contagem, enquanto as pesquisas qualitativas incorporam em seu método as regras de presença/ausência.

Após a utilização das regras de contagem, categoriza-se o material. A categorização é a classificação das unidades, podendo as classes ser temáticas, sintáticas, léxicas e expressivas, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Relação de tipos de categorização. Curitiba, Paraná, 2019.

Classificação	Classes
Temática	Temas.
Sintática	Verbos, adjetivos e pronomes.
Léxica	Significados das palavras, sinônimos ou antônimos.
Expressiva	Variações na linguagem.

Fonte: Adaptado de Bardin (2016).

Bardin (2016) refere que, em uma boa categorização, o elemento não deve existir em mais de uma categoria, devendo elas ser montadas de acordo com a análise, sendo adaptadas a ela. A codificação deve ser homogênea e fornecer resultados férteis.

Na sequência, durante a análise de resultados, deve-se utilizar o mecanismo de inferência, que pode ser geral ou específico, dependendo do objetivo da análise de conteúdo. A inferência específica responde a uma questão pontual, enquanto a inferência geral responde, de forma abrangente, à relação entre o locutor, o receptor e a mensagem (BARDIN, 2016).

O processo de análise de conteúdo pode ser apoiado por *softwares* de pesquisa qualitativa, como o ATLAS.ti® e o webQDA. Vosgerau, Procrifka e Simonian (2016) propõem que o *software* ATLAS.ti® é capaz de suportar a pré-análise, especialmente as leituras flutuantes para confecção do *corpus* de análise e exploração

do material, mais precisamente na codificação. Essas ferramentas facilitam a organização do material e diminuem as possibilidades de viés durante o procedimento.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 NATUREZA DA PESQUISA

Trata-se de pesquisa metodológica, uma vez que visa à investigação de métodos científicos para coleta e análise de dados. Essa tipologia de pesquisa é predominantemente utilizada para resolver paradigmas atuais da ciência; logo, a classificação da pesquisa quanto a seus objetivos específicos é explicativa, pois objetiva gerar conhecimento para solução de paradigmas relacionados à violência de gênero (GIL, 2007; BAFFI, 2010). Sua abordagem é mista, devido à convergência necessária entre as abordagens quantitativa e qualitativa, por meio do KDD e análise de conteúdo.

5.2 CONSTRUÇÃO DA BASE EMPÍRICA

Esta pesquisa utilizou como base empírica inicial os resultados de uma investigação desenvolvida em IC, intitulada *Análise conceitual de termos relacionados à violência doméstica*, que faz parte do escopo do projeto matriz *Terminologia padronizada em enfermagem: construção e aprimoramento de subconjuntos da Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®) em diferentes contextos de cuidado*. O objetivo geral da IC foi analisar os conceitos de violência doméstica, física, de gênero, institucional, psicológica e sexual, com base na utilização desses conceitos na área da saúde, ciências exatas, sociais e humanas no modelo evolucionário de Rodgers. No Anexo A, está o relatório técnico completo referente ao desenvolvimento da IC.

A partir dos resultados obtidos no projeto, foi montado um banco de termos utilizados como instâncias categóricas nesta dissertação. Além disso, os dados coletados na IC foram utilizados nesta pesquisa, uma vez que se entende que os termos “violência sexual”, “violência psicológica”, “violência doméstica” e “violência física” são comumente empregados como substitutos do conceito de violência de gênero. Dessa forma, cabe o detalhamento do método aplicado na IC para construir a base empírica.

5.2.1 Seleção dos conceitos de interesse e coleta de dados

Os conceitos de interesse foram selecionados na confecção no projeto matriz visando a proporcionar uma visão sistêmica dos termos que nomeiam o eixo foco² do subconjunto para o cuidado para com crianças e adolescentes em situação vulnerável à violência, proposto por Albuquerque *et al.* (2015). Na proposta do projeto matriz, era prevista a análise conceitual dos termos “violência de gênero”, “violência sexual”, “violência psicológica”, “violência física”, “violência doméstica” e “violência institucional”, tendo sido a análise do último termo considerada uma limitação devido à escassez de material relacionado.

Após revisão de literatura, foi definido que a análise seria feita por meio de artigos, artigos de revista e entradas de referência, considerando que esse meio de análise atende à necessidade de contextualizar o conceito de interesse de acordo com o recorte da pesquisa, abrangendo o uso conceitual em diferentes campos do saber e localidades (BROWN, FRANKLIN, COAD, 2018; HENDERSON *et al.*, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2018). Para busca, o repositório escolhido foi a Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Durante a busca na plataforma, foram utilizados os seguintes descritores estruturados: “*gender violence*”, “*physical violence*”, “*psychological violence*”, “*sexual violence*” e “*institucional violence*”. Cada um deles foi buscado individualmente, respeitando os critérios de seleção, inclusão e exclusão descritos no Quadro 3.

Quadro 3 – Critérios de seleção, inclusão e exclusão de artigos adotados na IC. Curitiba, Paraná, 2020.

Critérios de seleção	Critério de inclusão	Critério de exclusão
• Material revisado por pares. • Escrito em inglês, português, espanhol ou francês. • Publicado no ano de 2018.	• Conter, no corpo do texto, uma definição clara do termo de interesse buscado.	• Material em que a definição do conceito de interesse está associada a outra tipologia de violência.

Fonte: A autora (2020).

² A Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIE®) é organizada em sete eixos, sendo eles: foco, julgamento, meios, ação, tempo, localização e cliente. O eixo foco é definido como a “área de atenção relevante para enfermagem” (CIE, 2017, p. 5).

O material que atendeu aos critérios de seleção foi lido na íntegra, sendo considerado *corpus* de análise. A Tabela 1 mostra a relação entre os artigos selecionados e os inclusos, além de informar os termos refinadores de busca.

Tabela 1 – Artigos encontrados e inclusos para análise, por descritor estruturado e seus respectivos refinadores. Curitiba, Paraná, 2020.

Descritor	Refinador	Artigos encontrados	Artigos inclusos
<i>Domestic violence</i>	<i>Domestic violence; family violence; intimate partner violence</i>	847	96
<i>Gender violence</i>	<i>Gender based violence; violence against woman</i>	31	08
<i>Physical violence</i>	<i>Agression; victimization</i>	207	18
<i>Psychological violence</i>	-	241	21
<i>Sexual violence</i>	<i>Sexual violence; sexual abuse</i>	278	52

Fonte: A autora (2020).

5.2.2 Organização de dados e identificação de atributos, antecedentes e consequentes

Dos artigos selecionados, foram extraídas definições dos termos de interesse, organizadas em cinco planilhas eletrônicas padronizadas, nas quais cada linha representava uma definição do conceito de interesse. Nas colunas, estavam representadas características e dados localizadores dos conceitos, a saber: indexador numérico, título e nome dos autores do artigo em que o conceito foi encontrado, definição e suas referências, página e endereço eletrônico de acesso ao artigo de origem.

A partir dessas cinco bases de dados, foi utilizada a teoria evolucionária de análise de conceito de Rodgers (1989). Qualitativamente, identificaram-se os antecedentes, atributos e consequentes, ressaltando que não necessariamente cada definição apresentou os três itens. Os atributos, antecedentes e consequentes de cada termo de interesse foram dispostos em um diagrama para melhor visualização, como representado no Quadro 4. Ressalta-se que, devido à quantidade de artigos em inglês, se manteve esse idioma para análise, evitando possíveis erros relacionados à tradução livre.

Quadro 4 – Correspondência de atributos, antecedentes e consequentes do conceito de interesse “Violência de gênero”. Curitiba, Paraná, 2020.

Antecedentes	Desigualdade de gênero; ser mulher; cultura patriarcal; cultura imutável e atrasada; abuso de idosos; linguagem; contexto, masculinidade hegemônica; necessidade de processo de civilização da modernidade.
Atributos	Comum; violência contra mulher; prejudicial; violência sexual; violência interpessoal; violência de parceiros íntimos.
Consequentes	Violação dos direitos humanos; culpa; estigmatização; problema de saúde pública global e persuasivo.

Fonte: A autora (2020).

Para cada conceito de interesse, foi adotada como forma de representação a construção de casos-modelo, nos quais foram desenvolvidas narrativas fictícias que continham todos os antecedentes, atributos e consequentes do conceito de interesse, a fim de facilitar o entendimento da análise de conteúdo por parte do leitor.

5.3 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa foi organizada em três fases, a saber:

- Fase 1: identificação da relação consequencial e causal da prática de diferentes formas de violência na perpetração da violência de gênero.
- Fase 2: identificação dos elementos cruciais na perpetração da violência de gênero.
- Fase 3: estruturação do modelo em rede para representação e análise da violência de gênero.

5.3.1 Fase 1: identificação da relação consequencial e causal da prática de diferentes formas de violência na perpetração da violência de gênero

A fase 1 respondeu ao objetivo de identificar relações consequenciais e causais na prática da violência de gênero. Para tal, utilizou as definições da base empírica apresentada na seção anterior deste documento.

A identificação usou o processo de KDD, descrito a seguir.

5.3.1.1 Pré-processamento

Para confecção da base de dados a ser processada, foram extraídas 223 definições dos 195 artigos, presentes nos cinco conjuntos de dados organizados da base empírica. Para facilitar o pré-processamento, foi mantida a divisão original em cinco planilhas eletrônicas, por conceito de interesse.

Visando a verificar a existência de padrões entre as definições dos conceitos encontradas na literatura, optou-se por trabalhar com sistema de categorização proveniente da construção de bancos de termos contendo os antecedentes, atributos e consequentes identificados na análise conceitual de cada conceito de interesse. Para cada definição de um conceito de interesse, foi identificada uma categoria de construção de conceito³, devendo, para cada definição, ser atribuída ao menos uma categoria.

Após a categorização, verificou-se, por meio da ferramenta de filtro do *software* Microsoft Excel®, a possibilidade de duplicação de categorias devido à diferença de ortografia; para minimizar essa possibilidade, utilizaram-se apenas caracteres maiúsculos na escrita das categorias. Foi verificado, também, se todas as definições haviam sido categorizadas corretamente, não sendo atribuída a mesma categoria mais de uma vez para cada definição.

Foi realizada cópia de segurança do conjunto de dados, para evitar possíveis perdas decorrentes da reorganização em outras planilhas para processamento dos dados. No material a ser processado, a coluna que mostrava as definições por extenso foi excluída, de modo que o algoritmo não precisasse processar dados desnecessários. Os cinco conjuntos de dados foram convertidos para extensão *Comma-Separated Values* (CSV) e verificados novamente. Os arquivos em CSV, devidamente rotulados, foram o produto do pré-processamento.

5.3.1.2 Mineração de dados

Na etapa de mineração de dados, foi elencada a tarefa de descoberta de regras de associação. O algoritmo escolhido foi o Apriori (AGRAWAL *et al.*, 1994), que identifica regras de associação de instâncias antecedentes com instâncias consequentes, no modelo <SE (A) ENTÃO (B)>, sendo que A representa o antecedente da regra e B, o consequente.

O Apriori possibilita a parametrização de limiar de suporte e confiança, além de ser possível determinar o número mínimo e máximo de instâncias a ser associadas por vez. Foi determinado limiar de suporte de 1%, a fim de possibilitar a identificação

³ As categorias de construção de conceito utilizadas estão disponibilizadas no Apêndice A, organizadas por conceito de interesse.

de regras de associação entre as instâncias menos frequentes no conjunto. A confiança foi delimitada em 50%, de modo que apenas as associações que aconteceram ao menos na metade das vezes que a instância antecedente apareceu no conjunto de dados foram identificadas. Foi parametrizado que o número mínimo e o número máximo de instâncias associadas seriam dois, tornando aplicável o princípio da transitividade entre as regras de associação.

O algoritmo foi utilizado diretamente no *prompt* de comando do computador, indicando o arquivo de entrada, as parametrizações citadas e o nome do arquivo de saída, como exemplificado na Figura 4.

Figura 4 – Tela do *prompt* de comando executando o algoritmo Apriori, identificando regras de associação no conjunto de dados referentes ao conceito de interesse “violência doméstica”. Curitiba, Paraná, 2020.

```
D:\>apriori domestico.csv -n2 -m2 -s1 -c50 domesticoregras
apriori - find association rules with the apriori algorithm
version 4.03 (2002.08.22)          (c) 1996-2002  Christian Borgelt
reading domestico.csv ... [92 item(s), 119 transaction(s)] done [0.00s].
sorting and recoding items ... [92 item(s)] done [0.00s].
creating transaction tree ... done [0.00s].
checking subsets of size 1 2 done [0.00s].
writing domesticoregras ... [81 rule(s)] done [0.01s].
```

Identificação:

- **domestico.csv**: arquivo de entrada
- **-n2**: número mínimo de instâncias associadas
- **-m2**: número máximo de instâncias associadas
- **-s1**: suporte 1%
- **-c50**: confiança 50%
- **domesticoregras**: nome do arquivo de saída

Fonte: A autora (2020).

Os cinco conjuntos de dados preparados na etapa de pré-processamento foram processados pelo algoritmo separadamente, originando cinco arquivos de regras de associação.

5.3.1.3 Pós-processamento

As regras descobertas pelo algoritmo Apriori foram analisadas conforme sua representatividade em seu conjunto de dados. Os termos componentes das regras de

associação que apresentaram suporte igual ou superior a 10% foram elencados como vértices iniciais para conversão em paradigmas de redes semânticas. Ressalta-se que as regras de associação com suporte inferior a 10% foram desconsideradas apenas como vértices iniciais, porém consideradas na construção das redes semânticas de outros termos.

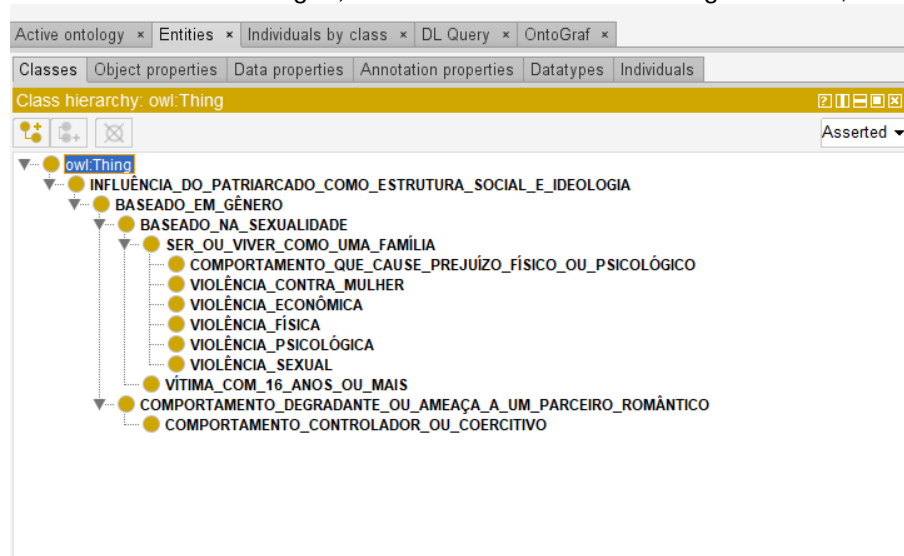
A organização das regras de associação que compuseram as redes semânticas foi feita por meio de planilhas eletrônicas. As regras com suporte igual ou superior a 10% foram consideradas vértices iniciais, sendo todas elas compostas por dois termos distintos, um antecedente e um conseqüente. Quando um conseqüente apareceu em uma regra, procurou-se o mesmo termo como antecedente até que se extinguissem as possibilidades de associação entre conseqüentes e antecedentes associados às instâncias que apareceram na rede, conforme exemplifica o esquema a seguir:

Regra referente ao vértice inicial A:

- <SE A ENTÃO B>
- <SE B ENTÃO C>
- <SE C ENTÃO A>

Após organizar todas as regras elencadas como nó inicial de rede, foi utilizada, com a finalidade de representação gráfica, a ferramenta Ontograf do *software* Protégé (MUSEN, 2015). De acordo com a organização das planilhas eletrônicas, para cada rede semântica foi criada uma hierarquia de classes, na qual cada termo antecedente foi relacionado com todos os seus consequentes (Figura 5).

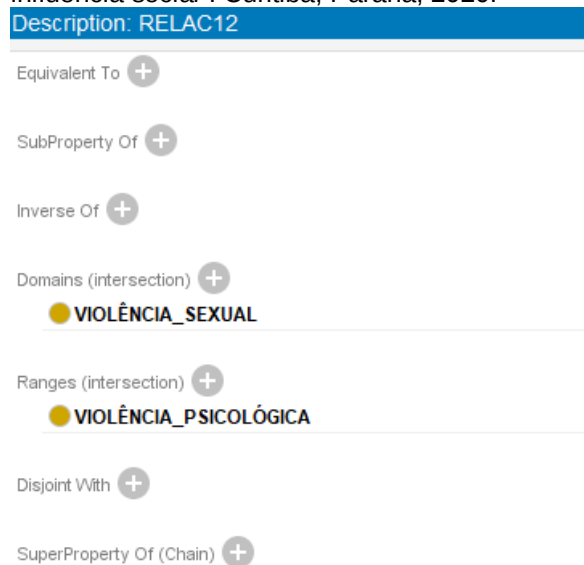
Figura 5 – Hierarquia de classes criada para representar o termo “influência do patriarcado como estrutura social e ideologia”, estruturada no *software* Protégé. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

Ressalta-se que o Protégé é uma ferramenta para representação de ontologias; uma vez que cada termo pode aparecer apenas uma vez na hierarquia, foi necessário utilizar a ferramenta de construção de relações entre objetos para relacionar termos que já haviam sido citados anteriormente. A Figura 6 representa um exemplo da construção desse tipo de relação.

Figura 6 – Descrição da relação entre objetos construída entre os termos “violência sexual” e “violência psicológica” para a construção da rede semântica referente ao termo “ideologia do patriarcado e sua influência social”. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

Com todas as associações da rede semântica incluídas na hierarquia de classes, a ferramenta Ontograf gera uma representação em rede semântica. Esse tipo de representação de conhecimento é composto por arestas e vértices. Como já discutido, uma aresta é considerada direcional quando representa uma relação unilateral entre termos, enquanto a relação não direcional é aquela em que a aresta que liga dois vértices apresenta ambos como antecedente e consequente. A partir de arestas não direcionais, é possível inferir a retroalimentação dos fenômenos representados pelos termos.

Na representação gráfica gerada pelo Protégé, as linhas contínuas representam arestas que ligam dois vértices citados pela primeira vez, enquanto as linhas pontilhadas ilustram a ligação de vértices que já foram apresentados ao modelo anteriormente. Para interpretação das redes, foram elaborados documentos indicando a correspondência entre o termo original e como foi representado no *software*, uma vez que ele apresenta a limitação de caracteres na representação gráfica dos vértices.

5.3.2 Fase 2: identificação dos elementos cruciais na perpetração da violência de gênero

Nesta etapa, foi elencada a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Considerando a limitação relacionada à identificação de fenômenos da violência generificada, definiu-se como questão norteadora da análise de conteúdo: quais definições do conceito de interesse e dos termos relacionados representam elementos cruciais da violência de gênero?

Para evitar viés de pesquisador e auxiliar na organização da análise de conteúdo, foi utilizado o *software* ATLAS.ti® em todo o processo. Nesta subseção, serão descritos os procedimentos realizados nesta fase da pesquisa.

5.3.2.1 Pré-análise

Algumas redes semânticas, identificadas na fase 1, não representavam regras de associação representativas do fenômeno de violência generificada, com base em Scott (1995). Para superar a limitação, foi estipulado que as redes seriam analisadas de acordo com seu vértice inicial, ou seja, com o termo que inicia a cascata de regras de associação representada pela rede. Com essa finalidade, definiu-se que os termos seriam analisados de acordo com o contexto no qual estavam inseridos no artigo de

origem, identificando, a partir disso, se eram referentes a um fenômeno de violência generificado.

Considerando o extenso caminho metodológico percorrido na coleta de dados realizada para análise conceitual descrita na base empírica para construção do banco de termos, foi estabelecida a utilização dos bancos de dados organizados a partir da coleta de dados empreendida no projeto de IC (Anexo A). Essa escolha deu-se em função da fidedignidade dos dados e diminuição de viés de pesquisador.

Para otimizar a análise de conteúdo, as cinco bases de dados foram agrupadas em uma só e rotuladas de acordo com sua base de origem. Foi definido, também, que apenas definições, suas referências e o título do artigo de origem seriam codificados na etapa de exploração do material. Então, apenas esses dados foram mantidos no *corpus* de análise.

Em relação ao *corpus* de análise, foram respeitadas as regras de pertinência e representatividade, pois os dados representam o universo no qual estão inseridos e são adaptados para os objetivos da pesquisa (BARDIN, 2016).

5.3.2.2 Exploração do material

De acordo com o objetivo da análise, estabeleceu-se que a categorização, operacionalizada por codificação, seria temática. O marco teórico escolhido para ancorar a codificação do material foi a autora pós-estruturalista Joan Scott, cujo conceito de gênero considera gênero um elemento constitutivo das relações sociais a partir das diferenças sexuais percebidas, sendo uma forma primária de dar significado às relações de poder. A autora divide a potencialidade do gênero como organizador de poder em quatro eixos: (i) os símbolos culturalmente disponíveis; (ii) os conceitos normativos concebidos na sociedade; (iii) a concepção de organização social por instituições; (iv) a identidade subjetiva (SCOTT, 1995).

A partir do desmembramento desse conceito, determinou-se que as definições e títulos de artigo seriam codificados em seis categorias, a saber: elemento construtivo das relações sociais; forma de dar significado às relações de poder; símbolos culturalmente disponíveis; conceitos normativos; organização social; e identidade subjetiva. Esses códigos foram adicionados ao gerenciador de códigos do ATLAS.ti® e, a cada conceito, foram atribuídos os códigos que lhes representavam. Definiu-se que a codificação não seria exclusiva, ou seja, cada intervalo de texto poderia receber

mais de um código, justificando essa escolha pelo fato de Scott (1995) considerar esses elementos complementares na composição do conceito de gênero utilizada como marco teórico.

O ATLAS.ti® também permite que sejam adicionados *memos*, notas, aos recortes de texto, o que facilitou a organização de ideias para possíveis inferências.

5.3.2.3 Tratamento dos resultados

O tratamento dos resultados da análise de conteúdo objetivou potencializar a análise das redes semânticas construídas na fase 1. Para tal, foi feito um levantamento das definições que apresentaram pelo menos um dos códigos relacionados à teoria de Scott (1995), que foram organizadas em uma planilha eletrônica contendo a definição e a base de dados de origem.

Considerando que o banco de termos foi criado a partir dos antecedentes, atributos e consequentes identificados na análise conceitual de Rodgers (1989), foi possível relacionar as definições aos termos de forma inversa. Assim, foram cruzadas as definições com os diagramas referentes à base de dados de origem, identificando quais termos foram originados para cada definição generificada. Esses termos foram organizados em uma tabela eletrônica para conferência.

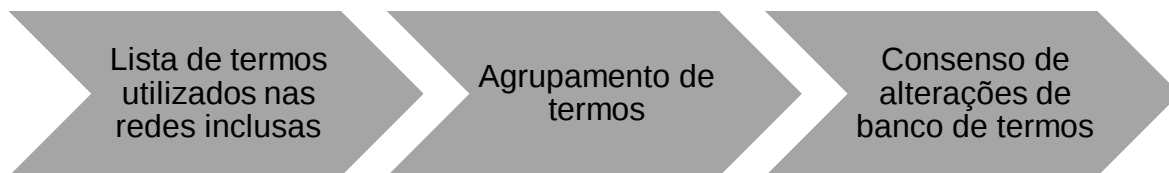
A etapa de análise qualitativa descrita por Bardin (2016) não foi executada. As primeiras fases da análise de conteúdo foram utilizadas como estratégia de pós-processamento do KDD.

5.3.3 Fase 3: estruturação do modelo em rede para representação e análise da violência de gênero

Apenas as redes semânticas que apresentaram como vértice inicial um termo proveniente de uma definição classificada com um dos seis códigos propostos pela teoria de Scott (1995) foram selecionadas para compor a estrutura do modelo em rede. Essa opção foi realizada com a finalidade de eleger apenas as redes semânticas que representassem fenômenos generificados para esta fase.

Considerando a extensão do banco de termos utilizado na fase 1, considerou-se necessário proceder à redução e adequação do banco de termos para otimização da representação do modelo final. Para tal, foi definida uma estratégia para a otimização do banco de termos, como representado na Figura 7.

Figura 7 – Etapas da estratégia de otimização do banco de termos. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

A primeira etapa para otimização do banco de termos foi a construção de uma lista dos 68 termos utilizados nas redes, com a identificação da rede de origem. Esse material foi organizado em uma planilha eletrônica.

O agrupamento de termos foi feito de acordo com o conjunto de dados do qual foi selecionado, ou seja, os termos só foram agrupados com outros se representativos da mesma tipologia de violência. Considerando o contexto, foi feita uma busca de termos em dicionário *on-line* de língua portuguesa (Dicio) e língua inglesa (Cambridge Dictionary), com exceção dos termos gerais “baseado em sexualidade ou gênero” e “formas de agressão física”, os quais foram agrupados qualitativamente.

Foi respeitada a divisão de antecedentes, atributos e consequentes, objetivando manter o caráter construtivo da análise conceitual utilizada como base empírica desta pesquisa. A partir dos significados encontrados, alguns termos foram agrupados e representados por um termo geral.

As alterações propostas no banco de termos foram apresentadas e contextualizadas para os membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Terminologias em Enfermagem e Ontologias do PPGTS da PUCPR, em busca de um consenso sobre os agrupamentos que geraram as alterações. Estavam presentes na reunião para consenso três doutorandas, três mestrandas, duas iniciantes científicas do PPGTS e três enfermeiras participantes do grupo de pesquisa. Os pontos de discussão levantados pelo grupo foram considerados na versão final do banco de termos utilizado na estrutura em rede.

5.3.3.1 Estruturação do modelo em rede semântica

Para a organização do modelo em rede semântica, foram utilizadas as planilhas eletrônicas organizadoras das redes semânticas estruturadas na fase 1, agrupadas em um arquivo único, com a finalidade de reunir todas as regras de associação que compuseram as redes semânticas incluídas nesta fase. No novo documento, foi utilizada a ferramenta de substituição para trocar os termos originais pelos agrupados propostos na readequação do banco de termos.

Esse novo conjunto de dados foi pré-processado manualmente, a fim de encontrar regras de associação repetidas ou que associassem os mesmos termos; essas regras foram eliminadas do conjunto. A partir do vértice inicial “violência de gênero”, foi organizada uma nova rede semântica por meio das regras de associação disponíveis no conjunto. Ressalta-se que todas as redes semânticas foram iniciadas com regras de associação com suporte superior ou igual a 10%, mas regras com suporte inferior e identificadas como consequentes foram incluídas nas redes semânticas como vértices consequenciais.

A organização do modelo em rede semântica seguiu a organização descrita e realizada na fase 1. A partir dessa organização, foi possível identificar dois termos que foram associados qualitativamente, com subsídio da análise de conteúdo para viabilizar a construção do modelo em rede.

Utilizando como base a planilha eletrônica, o modelo em rede foi estruturado manualmente no Microsoft PowerPoint®, com auxílio de pós-graduando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPGEPS) da PUCPR. Todos os vértices e arestas foram posicionados individualmente, respeitando códigos de cores para distinção de arestas direcionais e não direcionais, sendo as primeiras representadas em azul e as segundas, em vermelho – lembrando que as arestas não direcionais representam vértices que, mutuamente, são antecedentes e consequentes um do outro, caracterizando retroalimentação da violência.

Após estruturação, o modelo em rede foi conferido pela pesquisadora principal e pelo aluno do PPGEPS separadamente. Para tal, foi verificado se todas as regras de associação expressas na planilha eletrônica utilizada como base estavam contempladas no modelo; esse processo marcou a finalização da construção do modelo.

Para discussão das três fases da pesquisa, foram utilizados como suporte teórico estudos de gênero pós-estruturalistas, tendo como marco teórico Scott (1995). Para as possíveis aplicações dentro da perspectiva da saúde pública, incluindo os três níveis de prevenção e intervenção, empregou-se o estudo de Dahlberg e Krug (2006) como marco teórico.

5.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Esta pesquisa dispensou parecer de aprovação do Comitê de Ética, por não envolver diretamente seres humanos, se limitando à utilização de base de dados de acesso público.

6 RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos de acordo com as fases do projeto apresentadas na seção de percurso metodológico.

6.1 IDENTIFICAÇÃO DA RELAÇÃO CONSEQUENCIAL E CAUSAL DA PRÁTICA DE DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA NA PERPETRAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Nesta subseção, serão apresentados os resultados referentes à fase 1 do projeto, conforme os cinco conjuntos de dados e etapas apresentados na seção de encaminhamentos metodológicos. Inicialmente, serão descritas as regras de associação descobertas e, na sequência, as redes semânticas construídas a partir das regras de associação.

As regras de associação descobertas, segundo termos categorizados e *corpus* de análise para cada conceito de interesse, estão demonstradas na Tabela 2.

Tabela 2 – Correspondência entre *corpus* de análise, termos categorizados, regras de associação e regras de associação com suporte superior a 10%. Curitiba, Paraná, 2020.

Conceito	<i>Corpus</i> de análise	Termos categorizados	Regras de associação	Regras com suporte maior que 10%
Violência de gênero	11 definições, oriundas de oito artigos	20	30	5
Violência doméstica	125 definições, oriundas de 95 artigos	44	81	12
Violência física	18 definições, oriundas de 18 artigos	28	127	19
Violência psicológica	21 definições, oriundas de 21 artigos	43	144	14
Violência sexual	54 definições, oriundas de 52 artigos	43	95	11

Fonte: A autora (2020).

6.1.1 Violência de gênero

Das 30 regras descobertas a partir dos termos categorizados na violência de gênero, foi possível identificar que 18 termos eram, concomitantemente, antecedentes e consequentes, a saber:

- a) abuso de idosos;
- b) culpa;
- c) cultura;

- d) cultura imutável;
- e) estigmatização;
- f) fenômeno complexo;
- g) linguagem;
- h) prática comum;
- i) prejudicial;
- j) problema de saúde pública;
- k) quebra de direitos humanos;
- l) ser mulher;
- m) síndrome da imunodeficiência adquirida;
- n) violência contra mulher;
- o) violência de parceiros íntimos;
- p) violência interpessoal;
- q) violência masculina contra mulher;
- r) violência sexual.

Cinco regras, relacionadas ao conceito de violência de gênero, que apresentaram confiança maior que 10% estão descritas na Tabela 3.

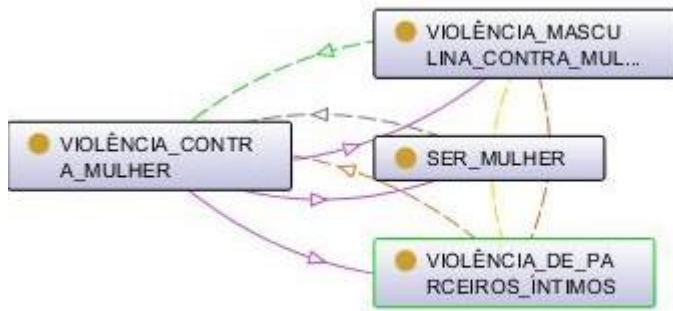
Tabela 3 – Regras de associação identificadas no conjunto de “violência de gênero”, por antecedente e consequente, segundo suporte e confiança. Curitiba, Paraná, 2020.

Antecedente	Consequente	Suporte	Confiança
Violência contra mulher	Violência masculina contra mulher	18,2%	50,0%
Violência contra mulher	Violência de parceiros íntimos	18,2%	50,0%
Violência contra mulher	Ser mulher	18,2%	50,0%
Problema de saúde pública	Quebra de direitos humanos	18,2%	50,0%
Problema de saúde pública	Fenômeno complexo	18,2%	50,0%

Fonte: A autora (2020).

As regras de associação elencadas para representação em redes semânticas apresentam apenas dois antecedentes: “violência contra mulher” e “problema de saúde pública” (Tabela 3). Dessa forma, as redes semânticas confeccionadas tiveram esses termos como vértices iniciais (Figuras 8 e 9). Para interpretação delas, está disponível no Apêndice B o termo original e como foi representado no Protégé.

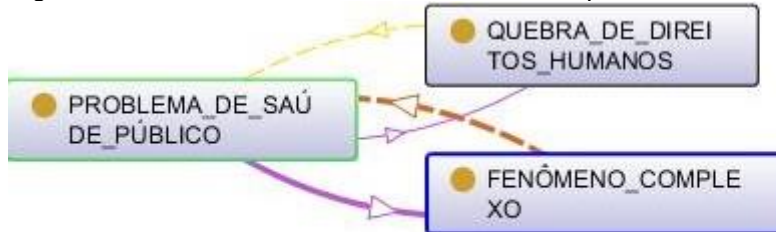
Figura 8 – Rede semântica com o vértice inicial “violência contra mulher”. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

Na Figura 8, é possível perceber que o termo “violência contra mulher” está relacionado com os termos “violência masculina contra mulher”, “ser mulher” e “violência de parceiros íntimos” de forma não direcional, ou seja, é antecedente e consequente deles em regras de associação. Os termos “violência masculina contra mulher” e “violência de parceiros íntimos” também apresentam esse padrão de relacionamento.

Figura 9 – Rede semântica com o vértice inicial “problema de saúde pública”. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

A Figura 9 demonstra uma rede semântica que possui como vértice inicial o termo “problema de saúde pública”, que se relaciona não direcionalmente com os termos “quebra de direitos humanos” e “fenômeno complexo”.

6.1.2 Violência doméstica

A etapa de mineração de dados identificou 81 regras de associação, tendo sido identificados 25 termos como antecedentes, a saber:

- a) abuso de crianças e idosos;
- b) abuso de poder ou autoridade;

- c) afeta pessoas de todas as raças, gêneros, idades, classes socioeconômicas, níveis de educação, religiões, orientação sexual e identidade de gênero;
- d) ambiente doméstico;
- e) assunto privado;
- f) baseado em gênero;
- g) baseado em sexualidade;
- h) comportamento controlador ou coercitivo;
- i) comportamento de perseguição;
- j) comportamento degradante ou ameaçador;
- k) crime que necessita de julgamento e punição independente;
- l) estabelecimento do medo e do controle como um padrão de comportamentos coercitivos físicos e emocionais;
- m) impacto social, psicológico e econômico;
- n) influência social da ideologia do patriarcado;
- o) meios para homens controlarem mulheres;
- p) normalizado socialmente;
- q) ofensa a parceiro romântico;
- r) privação de liberdade;
- s) relação adulta íntima;
- t) ser ou viver como uma família;
- u) violência econômica;
- v) violência física;
- w) violência psicológica;
- x) violência sexual;
- y) vítima com ao menos 16 anos.

Como termos consequentes, foram identificados 26, sendo eles:

- a) associado com morte, injúria, sofrimento emocional e adoecimento psiquiátrico;
- b) ato intencional de um membro da família que limite os direitos legais e de liberdade de outro membro da família;
- c) baseado em gênero;
- d) baseado na sexualidade;
- e) comportamento controlador e coercitivo;

- f) comportamento que cause danos físicos ou psicológicos;
- g) consequências para a relação dos empregados empregadores;
- h) crime;
- i) crime que necessita de julgamento e punição independente;
- j) dano sexual;
- k) influência social da ideologia do patriarcado;
- l) necessidade de proteção das vítimas de outro abuso;
- m) padrão sistemático de poder e controle em um relacionamento íntimo;
- n) problema de saúde pública;
- o) problema social;
- p) relação adulta íntima;
- q) ser ou viver como uma família;
- r) socialmente normalizado;
- s) violência contra mulher;
- t) violência de parceiros íntimos;
- u) violência econômica;
- v) violência física;
- w) violência masculina contra mulher;
- x) violência psicológica;
- y) violência sexual;
- z) vítima com ao menos 16 anos.

As 13 regras que apresentaram suporte superior a 10% e foram representadas em redes semânticas, identificadas na Tabela 4.

Tabela 4 – Regras de associação identificadas no conjunto de “violência doméstica”, por antecedente e consequente, segundo suporte e confiança. Curitiba, Paraná, 2020.

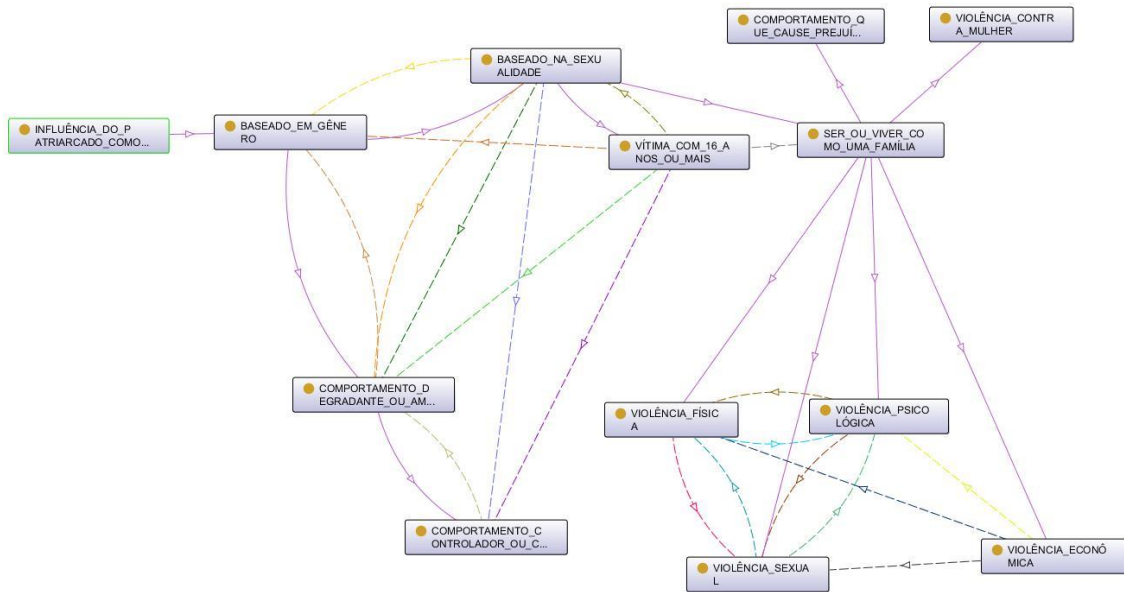
Antecedente	Consequente	Suporte	Confiança
Abuso de crianças ou idosos	Violência sexual	10,1%	50,0%
Abuso de crianças ou idosos	Violência entre parceiros íntimos	12,6%	75,0%
Abuso de crianças ou idosos	Violência física	12,6%	50,0%
Abuso de poder ou autoridade	Comportamento degradante ou ameaçador	13,4%	50,0%
Influência social da ideologia do patriarcado	Baseado em gênero	10,1%	66,7%
Meios para homens dominarem mulheres	Padrão sistemático de poder e controle em um relacionamento íntimo	10,1%	66,7%
Ofensa a par romântico	Violência de parceiros íntimos	13,4%	60,0%
Comportamento de perseguição	Relação adulta íntima	16,0%	50,0%
Comportamento de perseguição	Violência econômica	17,6%	50,0%
Comportamento de perseguição	Violência sexual	17,6%	83,3%
Comportamento de perseguição	Violência psicológica	19,3%	83,3%
Comportamento de perseguição	Violência entre parceiros íntimos	19,3%	50,0%
Baseado na sexualidade	Vítima com ao menos 16 anos	25,2%	62,5%

Fonte: A autora (2020).

Na Tabela 4, é possível notar que, apesar de 13 regras de associação apresentarem mais de 10% de suporte, apenas nove termos são identificados como antecedentes. Considerando que os antecedentes dão origem aos vértices iniciais das redes semânticas, a partir do conjunto de dados relacionados à violência psicológica foram organizadas oito redes semânticas, cujos vértices iniciais são: “violência sexual”, “abuso de poder ou autoridade”, “abuso de crianças ou idosos”, “influência do patriarcado e sua ideologia como estrutura social”, “meios para homens controlarem mulheres”, “ofensa a par romântico”, “baseado na sexualidade”, “comportamento de perseguição” e “vítima com mais de 16 anos”. Essas redes semânticas estão disponíveis no Apêndice C, enquanto a correspondência entre termos originais e nomenclatura representada no Protégé está no Apêndice D.

Nas Figuras 10 e 11, estão representadas a rede semântica relativa ao termo “influência social da ideologia do patriarcado” e a rede semântica confeccionada a partir das regras de associação do termo “baseado na sexualidade”, respectivamente.

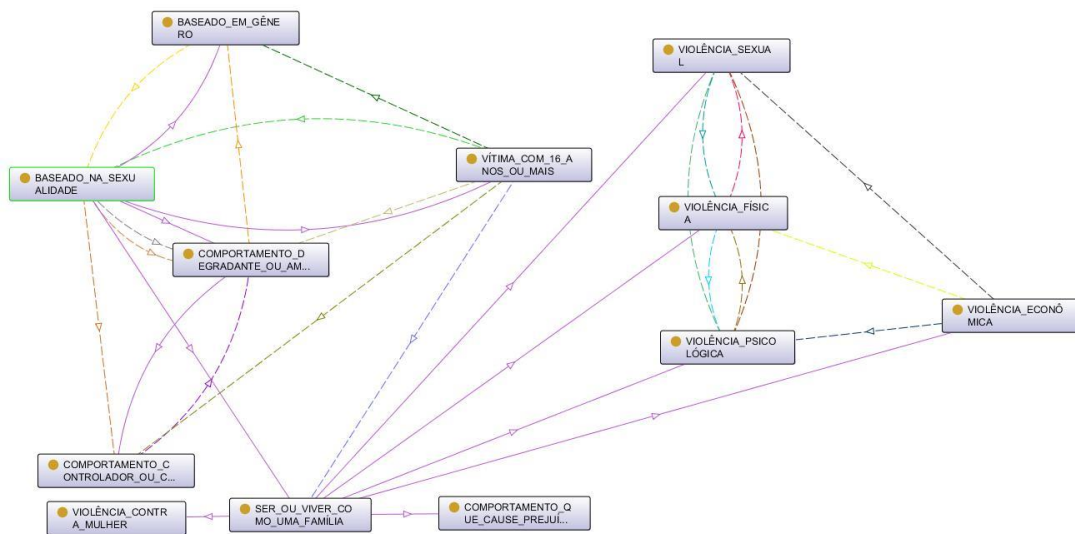
Figura 10 – Rede semântica com o vértice inicial “influência social da ideologia do patriarcado”. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

Na Figura 10, o vértice inicial apresenta uma relação direcional com o termo “baseado em gênero”, que tem relação não direcional com os termos “baseado em sexualidade” e “comportamento degradante ou ameaçador”. Esses três termos são consequentes de “vítima com ao menos 16 anos”, relacionado direcionalmente com “ser ou viver como uma família”, que é conectado por uma aresta direcional a “violência contra mulher” e aos termos “violência física”, “violência psicológica”, “violência sexual” e “violência econômica”. Todos os termos que representam tipologias de violência se relacionam entre si, seja direcionalmente, seja não direcionalmente.

Figura 11 – Rede semântica com o vértice inicial “baseado na sexualidade”. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

Na Figura 11, o vértice inicial se relaciona com os termos “ser ou viver como uma família”, “baseado em gênero”, “comportamento degradante ou ameaçador”, “comportamento controlador ou coercitivo” e “vítima com ao menos 16 anos”, sendo que os últimos quatro termos citados apresentam relações entre si, direcionais ou não. Os termos “violência contra mulher” e “comportamento que cause prejuízo físico ou psicológico” se relacionam exclusivamente com “ser ou viver como uma família”, que apresenta ligação com “vítima com ao menos 16 anos”, “baseado na sexualidade”, “violência física”, “violência psicológica”, “violência sexual” e “violência econômica”.

6.1.3 Violência física

Nas 128 regras de associação, 26 termos do banco foram identificados como antecedentes, a saber:

- a) ameaçar ou atacar com arma;
- b) bater;
- c) bater contra algo;
- d) chutar;
- e) comportamentos agressivos;
- f) cortar;
- g) dificuldade de desenvolvimento;
- h) empurrar;

- i) enforcar;
- j) estapear;
- k) formas de agressão física;
- l) incapacidade;
- m)injúria;
- n) intenção de machucar;
- o) locomover empurrando;
- p) morte;
- q) prejuízo;
- r) prejuízo psicológico;
- s) privação;
- t) puxar cabelo;
- u) socar;
- v) usar força como meio de ameaçar, suprimir, intimidar ou punir alguém;
- w) uso intencional de força física ou poder ameaçando a si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade;
- x) violência contra mulher;
- y) violência de parceiros íntimos;
- z) violência masculina contra mulher.

Como consequentes, foram identificados 23 termos, sendo eles:

- a) bater;
- b) bater contra algo;
- c) estapear;
- d) empurrar;
- e) morte;
- f) esganar
- g) dificuldade de desenvolvimento;
- h) locomover empurrando;
- i) violência contra mulher;
- j) ameaçar ou atacar com armas;
- k) comportamentos agressivos;
- l) injúria;
- m) prejuízo;

- n) uso intencional de força física ou poder ameaçando a si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade;
- o) formas de agressão física;
- p) violência masculina contra mulher;
- q) cortar;
- r) privação;
- s) chutar;
- t) puxar cabelo;
- u) prejuízo psicológico;
- v) socar;
- w) intenção de machucar.

Dentre as 129 regras de associação identificadas pelo algoritmo, 18 apresentaram suporte superior a 10%. Na Tabela 5, está a relação dessas regras, assim como seu índice de suporte e confiança.

Tabela 5 – Regras de associação identificadas no conjunto de “violência física”, por antecedente e consequente, segundo suporte e confiança. Curitiba, Paraná, 2020.

Antecedente	Consequente	Suporte	Confiança
Bater	Intenção de machucar	11,8%	50,0%
Socar	Estapear	52,9%	55,6%
Violência masculina contra mulher	Violência contra mulher	11,8%	100,0%
Enforçar	Violência contra mulher	11,8%	100,0%
Bater	Violência contra mulher	11,8%	50,0%
Bater	Estapear	11,8%	100,0%
Bater contra algo	Violência contra mulher	11,8%	100,0%
Violência de parceiros íntimos	Estapear	11,8%	100,0%
Puxar cabelo	Violência contra mulher	11,8%	50,0%
Puxar cabelo	Estapear	11,8%	50,0%
Formas de agressão física	Estapear	17,6%	66,7%
Empurrar	Estapear	17,6%	66,7%
Locomover empurrando	Estapear	23,5%	75,0%
Ameaçar ou atacar com uma arma	Violência contra mulher	23,5%	75,0%
Ameaçar ou atacar com uma arma	Estapear	23,5%	50,0%
Estapear	Violência contra mulher	29,4%	60,0%
Chutar	Violência contra mulher	47,1%	50,0%
Chutar	Estapear	47,1%	75,0%

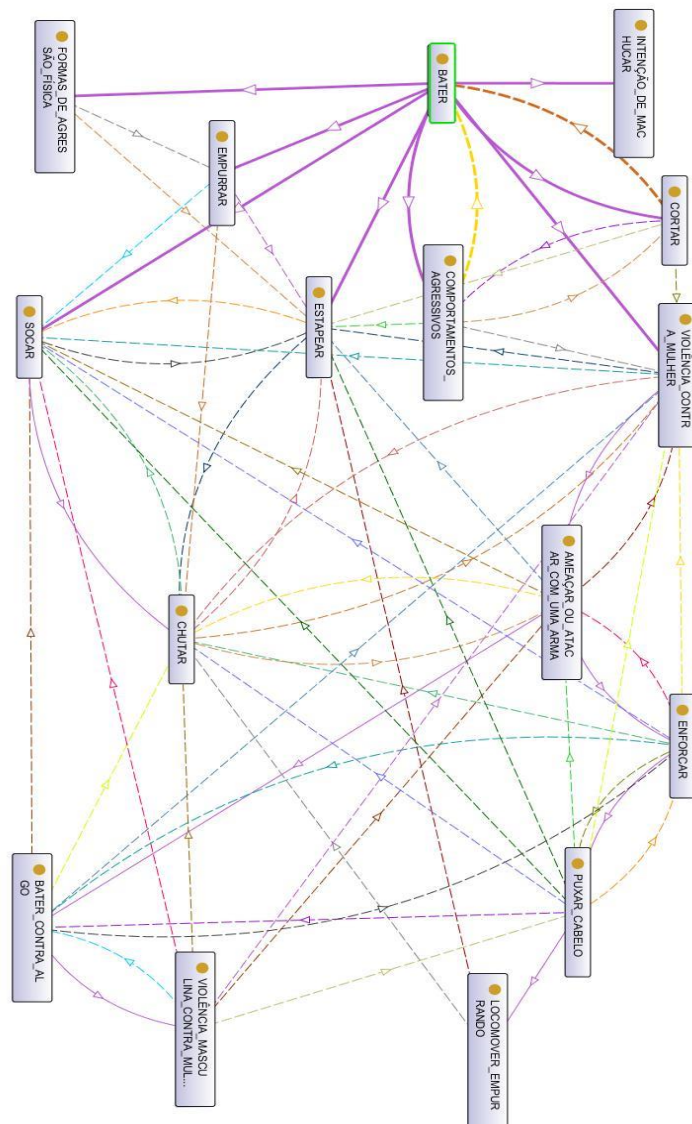
Fonte: A autora (2020).

Foram identificados 13 termos distintos como antecedentes das regras de associação com suporte igual ou maior do que 10%; dessa forma, foram confeccionadas 13 redes semânticas a fim de demonstrá-los. Todas as redes semânticas oriundas deste conjunto de dados estão no Apêndice E; a relação de

termos originais, termos traduzidos e termos utilizados na representação das redes semânticas consta no Apêndice F.

A título de exemplificação, as Figuras 12 e 13 representam as redes semânticas dos termos “bater” e “violência de parceiros íntimos”, respectivamente.

Figura 12 – Rede semântica com o vértice inicial “bater”. Curitiba, Paraná, 2020.

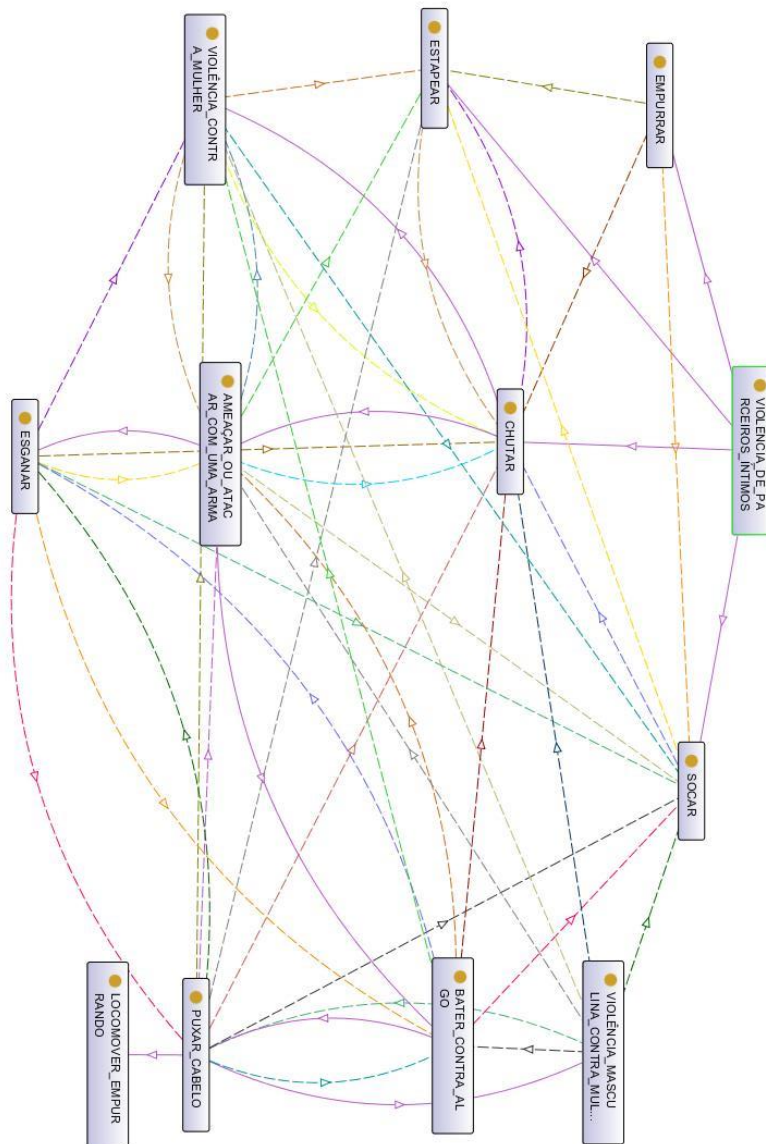


Fonte: A autora (2020).

Na Figura 12, o vértice inicial “bater” se relaciona com os termos “intenção de machucar”, “cortar”, “violência contra mulher”, “comportamentos agressivos”, “estapear”, “socar”, “empurrar” e “formas de agressão física”. É possível perceber que os vértices “socar” e “violência contra mulher” estão conectados a muitos outros, como “chutar”, “ameaçar ou matar com uma arma”, “puxar cabelo” e “violência masculina

contra mulher”. Nesse cenário, a representação em rede ficou demasiadamente poluída.

Figura 13 – Rede semântica com o vértice inicial “violência de parceiros íntimos”. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

Na Figura 13, o vértice inicial “violência de parceiros íntimos” está conectado direcionalmente com os termos “socar”, “empurrar”, “estapear” e “chutar”. Esta rede

semântica é caracterizada pelo seu caráter não direcional, observado pela presença de arestas duplas entre os termos, além de termos que apresentam um grande volume de conexões, como “violência masculina contra mulher”, “socar”, “chutar”, “puxar cabelo”, “violência contra mulher” e “bater contra algo”.

6.1.4 Violência psicológica

Nas 144 regras de associação deste conjunto de dados, 31 termos foram identificados como antecedentes, a saber:

- a) abuso;
- b) abuso de poder ou autoridade;
- c) abuso na comunicação;
- d) abuso verbal;
- e) ameaçar;
- f) assustar ou intimidar;
- g) comportamento controlador ou coercitivo;
- h) denegrecer;
- i) destruição de propriedade;
- j) desvalorização;
- k) dificuldade de capturar e provar esse tipo de violência;
- l) envergonhar;
- m) estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais;
- n) estresse;
- o) exclusão do grupo;
- p) falta de reconhecimento;
- q) fazer se sentir inadequado;
- r) fofocar sobre;
- s) gritar;
- t) humilhar;
- u) insultar;
- v) machucar mulheres ou quem elas amam;
- w) prejuízo físico, mental, espiritual, moral e social;
- x) qualquer forma de violência em uma relação romântica;
- y) restringir emprego;

- z) vergonha;
- aa) violência contra mulher;
- bb) violência de parceiros íntimos;
- cc) violência sexual;
- dd) xingar nomes;
- ee) zombar.

Como consequentes, foram identificados 35 termos, sendo eles:

- a) abuso;
- b) abuso de poder ou autoridade;
- c) abuso emocional;
- d) abuso na comunicação;
- e) abuso verbal;
- f) ameaçar;
- g) assustar ou intimidar;
- h) comportamento controlador ou coercitivo;
- i) comportamento que afete o bem-estar e a integridade da criança;
- j) denegrecer;
- k) desvalorização;
- l) dificuldade de capturar e provar esse tipo de violência;
- m) envergonhar;
- n) estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais;
- o) estresse;
- p) exclusão do grupo;
- q) falta de reconhecimento;
- r) fazer se sentir inadequado;
- s) fofocar sobre;
- t) gritar;
- u) humilhar;
- v) insultar;
- w) machucar mulheres ou quem elas amam;
- x) maus-tratos psicológicos;
- y) prejuízo físico, mental, espiritual, moral e social;
- z) prejuízo psicológico ou emocional;
- aa) qualquer forma de violência em uma relação romântica;

- bb) restringir emprego;
- cc) ridicularizar;
- dd) vergonha;
- ee) violência contra mulher;
- ff) violência de parceiros íntimos;
- gg) violência sexual;
- hh) xingar nomes;
- ii) zombar.

Dentre as 144 regras de associação identificadas pelo algoritmo, 16 apresentaram critério de suporte maior ou igual a 10% (Tabela 6).

Tabela 6 – Regras de associação identificadas no conjunto de “violência psicológica”, por antecedente e consequente, segundo suporte e confiança. Curitiba, Paraná, 2020.

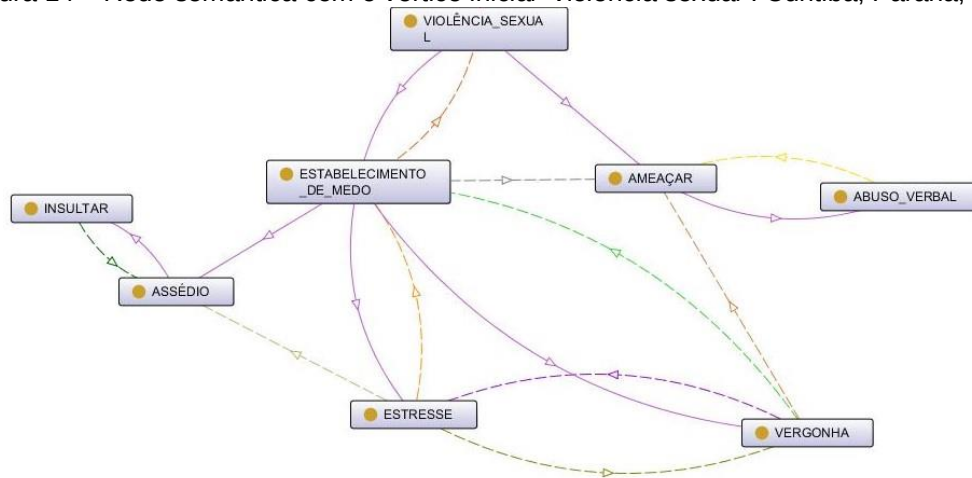
Antecedente	Consequente	Suporte	Confiança
Violência sexual	Estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais	14,3%	100,0%
Estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais	Violência sexual	14,3%	50,0%
Violência sexual	Ameaçar	14,3%	100,0%
Falta de reconhecimento	Desvalorização	14,3%	100,0%
Desvalorização	Falta de reconhecimento	14,3%	100,0%
Falta de reconhecimento	Denegrir	14,3%	100,0%
Denegrir	Falta de reconhecimento	14,3%	100,0%
Falta de reconhecimento	Xingar nomes	14,3%	100,0%
Xingar nomes	Falta de reconhecimento	14,3%	50,0%
Desvalorização	Denegrir	14,3%	50,0%
Denegrir	Desvalorização	19,0%	100,0%
Desvalorização	Xingar nomes	19,0%	100,0%
Desvalorização	Xingar nomes	19,0%	50,0%
Machucar mulheres ou quem elas amam	Envergonhar	19,0%	100,0%
Envergonhar	Machucar mulheres ou quem elas amam	23,8%	100,0%
Machucar mulheres ou quem elas amam	Violência contra mulher	23,8%	100,0%

Fonte: A autora (2020).

Como é possível observar na Tabela 6, as 16 regras de associação com suporte superior a 10% apresentaram oito termos antecedentes distintos, de modo que foram confeccionadas oito redes semânticas para representá-los. Essas redes semânticas estão disponíveis no Apêndice G, assim como a relação de termos originais e o modo como os termos estão representados nas redes semânticas constam no Apêndice H.

As redes semânticas referentes aos termos “violência sexual” e “estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais” estão representadas nas Figuras 14 e 15, respectivamente.

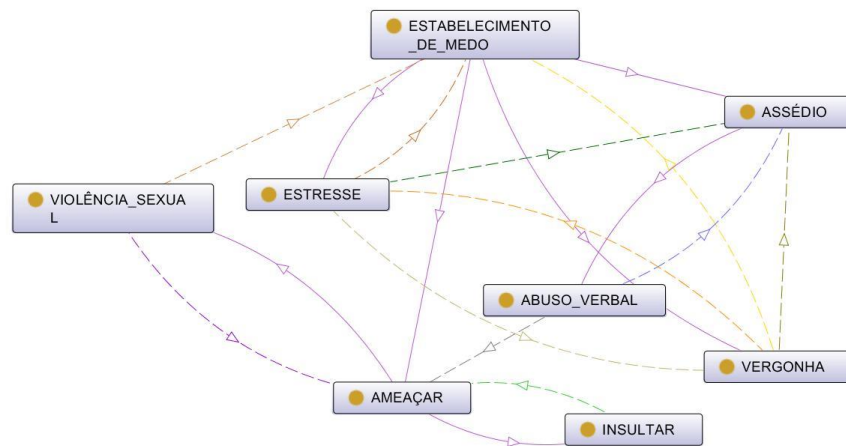
Figura 14 – Rede semântica com o vértice inicial “violência sexual”. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

Na Figura 14, o vértice inicial “violência sexual” está relacionado direcionalmente com “ameaçar” e não direcionalmente com “estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais”, este ligado não direcionalmente com “estresse” e “vergonha” e direcionalmente com os termos “assédio” e “ameaçar”. O termo “ameaçar” está relacionado não direcionalmente com “abuso verbal”. O termo “assédio” está relacionado com “insultar”, enquanto “estresse” está não direcionalmente relacionado com o termo “vergonha” e direcionalmente com “assédio”.

Figura 15 – Rede semântica com o vértice inicial “estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais”. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

Na Figura 15, o vértice inicial “estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais” está relacionado direcionalmente com os termos “assédio”, “ameaçar” e “vergonha” e não direcionalmente com “estresse”. O termo “violência sexual” está direcionalmente relacionado com o vértice inicial e apresenta relação não direcional com “ameaçar”, que também apresenta relação não direcional com “insultar”. O termo “vergonha” está não direcionalmente relacionado com “estresse” e direcionalmente com “assédio”, com o qual “estresse” também está direcionalmente relacionado.

6.1.5 Violência sexual

Nas 95 regras de associação deste conjunto, 34 termos foram identificados como antecedentes, a saber:

- abuso sexual;
- ações para vender qualquer tipo de sexualidade em qualquer lugar;
- ameaçar, pressionar e pedir por sexo;
- associado com depressão e estresse pós-traumático;
- assunto privado;
- atividade sexual para agradecer ou agradar a outra pessoa;
- coerção sexual;
- comportamento de perseguição;

- i) comportamento de toque relacionado a assédio sexual;
- j) comportamento sexual não desejado;
- k) conflito;
- l) consequências sérias para a saúde e desempenho acadêmico;
- m) envolver uma criança em ato sexual que ela não é capaz de compreender ou de consentir;
- n) esterilização forçada;
- o) exposição a atividades sexuais não desejadas;
- p) gravidez forçada;
- q) gravidez indesejada, doença cardiovascular, diabetes e doenças sexualmente transmissíveis;
- r) humilhação sexual;
- s) incentivar atividade sexual não desejada;
- t) insinuação sexual não desejada;
- u) meios de conseguir contato sexual de um indivíduo distante;
- v) normal em nossa cultura;
- w) obrigar uma pessoa a performar atos sexuais que ela considera humilhantes;
- x) penetração vaginal/anal não consentida;
- y) problema de saúde pública;
- z) problemas de saúde psicológicos e físicos, como ansiedade, depressão e abuso de álcool;
- aa) prostituição forçada;
- bb) quebra de direitos humanos;
- cc) sexismo, racismo, homofobia, xenofobia, classicismo e ableísmo;
- dd) traficar pessoas;
- ee) trauma psicológico;
- ff) uso indevido de poder ou drogas para conseguir contato sexual;
- gg) violência contra mulher;
- hh) violência masculina contra mulher.

Como consequentes de regras de associação, foram identificados 34 termos, sendo eles:

- a) abuso sexual;
- b) ações para vender qualquer tipo de sexualidade em qualquer lugar;

- c) associado com depressão e estresse pós-traumático;
- d) assunto privado;
- e) atividade sexual para agradecer ou agradar a outra pessoa;
- f) coerção sexual;
- g) comportamento de toque relacionado a assédio sexual;
- h) comportamento sexual não desejado;
- i) comportamentos sexuais verbais e não verbais que são atitudes hostis;
- j) conflito;
- k) consequências sérias para a saúde e desempenho acadêmico;
- l) contato sexual indesejado;
- m) envolver uma criança em ato sexual que ela não é capaz de compreender ou de consentir;
- n) esterilização forçada;
- o) estuprar e molestar;
- p) exposição a atividades sexuais não desejadas;
- q) gravidez forçada;
- r) gravidez indesejada, doença cardiovascular, diabetes e doenças sexualmente transmissíveis;
- s) insinuação sexual não desejada;
- t) meios de conseguir contato sexual de um indivíduo distante;
- u) normal em nossa cultura;
- v) penetração vaginal/anal não consentida;
- w) preocupação mundial;
- x) problema de saúde pública;
- y) problemas de saúde psicológicos e físicos, como ansiedade, depressão e abuso de álcool;
- z) prostituição forçada;
- aa) quebra de direitos humanos;
- bb) sexismo, racismo, homofobia, xenofobia, classicismo e ableísmo;
- cc) tentativa ou ato sexual cometido sem livre consentimento da vítima;
- dd) traficar pessoas;
- ee) trauma psicológico;
- ff) uso indevido de poder ou drogas para conseguir contato sexual;
- gg) violência contra mulher;

hh) violência masculina contra mulher.

Entre as 95 regras de associação identificadas pelo algoritmo, 11 atenderam ao critério estipulado para representação em redes semânticas. Essas regras estão dispostas na Tabela 7, com respectivo percentil de suporte e de confiança.

Tabela 7 – Regras de associação identificadas no conjunto de “violência sexual”, por antecedente e consequente, segundo suporte e confiança. Curitiba, Paraná, 2020.

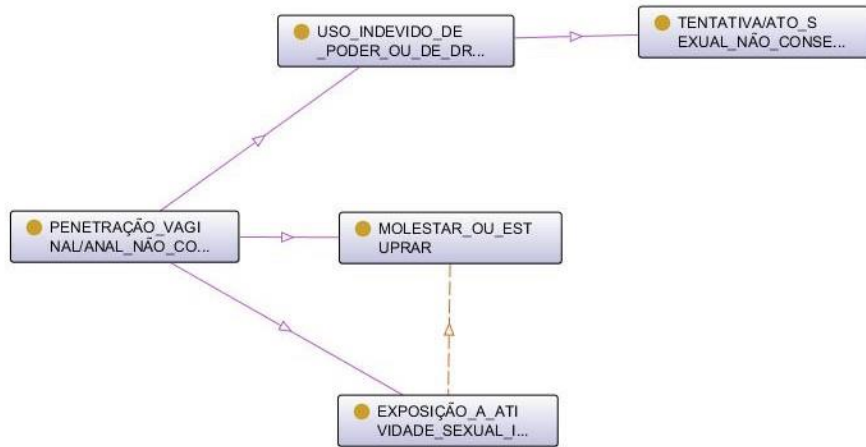
Antecedente	Consequente	Suporte	Confiança
Penetração vaginal/anal não consentida	Exposição a atividades sexuais não desejadas	11,1%	50,0%
Penetração vaginal/anal não consentida	Uso indevido de poder ou drogas para conseguir contato sexual	11,1%	50,0%
Penetração vaginal/anal não consentida	Estuprar e molestar	11,1%	50,0%
Comportamento sexual não desejado	Contato sexual não desejado	11,1%	50,0%
Comportamento sexual não desejado	Coerção sexual	11,1%	66,7%
Abuso sexual	Estuprar e molestar	13,0%	57,1%
Exposição a atividades sexuais não desejadas	Estuprar e molestar	13,0%	57,1%
Uso indevido de poder ou drogas para conseguir contato sexual	Penetração vaginal/anal não consentida	18,5%	50,0%
Meios físicos para conseguir contato sexual	Contato sexual não desejado	24,1%	53,8%
Meios físicos para conseguir contato sexual	Coerção sexual	24,1%	61,5%
Coerção sexual	Meios físicos para conseguir contato sexual	29,6%	50,0%

Fonte: A autora (2020).

As regras descritas na Tabela 7 apresentaram sete antecedentes; logo, as 11 regras de associação elencadas geraram sete redes semânticas, disponíveis no Apêndice I; a relação de termos originais e termos utilizados na representação das redes semânticas consta no Apêndice J.

Com a finalidade de apresentar o produto final do processo de representação de regras de associação em redes semânticas, as Figuras 16 e 17 representam as regras de associação dos termos “penetração vaginal/anal não consentida” e “comportamento sexual não desejado”, respectivamente.

Figura 16 – Rede semântica com o vértice inicial “penetração vaginal/anal não consentida”. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

Na Figura 16, o vértice inicial “penetração vaginal/anal não consentida” está relacionado direcionalmente com os termos “molestar ou estuprar”, “exposição a atividades sexuais não desejadas” e “uso indevido de poder ou drogas para conseguir contato sexual”. Esse último termo está relacionado direcionalmente com “tentativa ou ato sexual não consentido”, enquanto “exposição a atividades sexuais não desejadas” está direcionalmente relacionada com o termo “molestar ou estuprar”.

Figura 17 – Rede semântica com vértice inicial “comportamento sexual não desejado”. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

Na Figura 17, o vértice inicial “comportamento sexual não desejado” está direcionalmente relacionado com os termos “contato sexual não desejado”, “meios físicos diretos e conseguir consentimento” e “coerção sexual”.

físicos de conseguir contato sexual” e “coerção sexual”. Esse último termo está relacionado direcionalmente com “meios físicos de conseguir contato sexual”.

6.1.6 Limitações da fase

Nesta fase, não foi possível identificar quais regras de associação estavam relacionadas com a generificação da violência, limitação que foi minimizada pela operacionalização da fase 2.

Em relação à representação em redes semânticas, a ferramenta utilizada limita o número de caracteres em cada vértice, sendo necessário usar material de apoio para interpretação das redes. Em redes semânticas com muitas arestas, ou seja, muitas relações entre termos, a imagem gerada ficou poluída.

6.2 IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS CRUCIAIS NA PERPETRAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A partir da codificação, foi possível mapear as definições que apresentaram questões de gênero. A Tabela 8 demonstra a frequência dos códigos propostos, ressaltando-se que a codificação não foi exclusiva, ou seja, mais de um código foi atribuído a uma mesma definição.

Tabela 8 – Frequência de ocorrência de cada código utilizado na exploração de material, gerado pelo *software* ATLAS.ti. Curitiba, Paraná, 2020.

Código	Frequência
Elemento construtivo nas relações sociais	137
Forma de dar sentido às relações de poder	110
Identidade subjetiva	110
Referência a instituições	73
Conceitos normativos	64
Símbolos culturalmente disponíveis	0

Fonte: A autora (2020).

A correspondência das redes semânticas que, a partir do processo de análise de conteúdo, foram consideradas generificadas está no Quadro 5.

Quadro 5 – Correspondência das redes semânticas que expressam fenômenos generificados e não generificados organizados por conjunto de dados. Curitiba, Paraná, 2020.

Conjunto de dados correspondente	Vértices iniciais das redes semânticas	Fenômeno generificado	Fenômeno não generificado
Violência doméstica	Abuso de crianças ou idosos		x
	Abuso de poder ou autoridade	x	
	Ato violento baseado na sexualidade	x	
	Comportamento de perseguição	x	
	Influência do patriarcado e sua ideologia como estrutura social	x	
	Ofensa a par romântico		x
	Vítima com 16 anos ou mais	x	
Violência física	Empurrar	x	
	Estapear	x	
	Socar	x	
	Chutar	x	
	Bater	x	
	Violência contra mulher	x	
	Atacar com uma arma	x	
	Qualquer forma de agressão		x
	Locomover empurrando	x	
	Violência entre parceiros íntimos	x	
	Violência masculina contra mulher	x	
	Puxar cabelo	x	
	Enforçar	x	
	Bater contra algo	x	
Violência de gênero	Violência contra mulher	x	
	Problema de saúde pública	x	
Violência psicológica	Violência sexual	x	
	Estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais		x
	Falta de reconhecimento		x
	Denegrir		x
	Desvalorização		x
	Xingar		x
	Machucar mulheres ou quem elas amam	x	
	Envergonhar	x	
Violência sexual	Penetração vaginal/anal não consentida	x	
	Comportamento sexual não desejado	x	
	Abuso sexual	x	
	Exposição a atividades sexuais não desejadas	x	
	Uso indevido de poder ou drogas para conseguir contato sexual	x	
	Meios físicos de conseguir contato sexual	x	
	Coerção sexual	x	

Fonte: A autora (2020).

6.2.1 Limitações da fase

A metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) propõe uma análise posterior à organização, o que não ocorreu, em face do tempo acadêmico

destinado à elaboração da dissertação. Assim, o método foi uma estratégia para potencializar o pós-processamento do KDD.

6.3 ESTRUTURAÇÃO DO MODELO EM REDE PARA REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

6.3.1 Construção do banco de termos

O banco de termos construído para o modelo final apresentou 34 termos, a saber:

- a) abuso de autoridade;
- b) ameaçar ou atacar com armas;
- c) assédio psicológico;
- d) assustar ou intimidar;
- e) coerção sexual;
- f) comportamento controlador ou coercitivo;
- g) comportamento degradante ou ameaçador;
- h) comportamento agressivos;
- i) cortar;
- j) enforcar;
- k) estabelecimento do medo como forte elemento em relações sociais;
- l) estresse;
- m) exposição a atividades sexuais não desejadas;
- n) fenômeno complexo;
- o) formas de agressão física;
- p) insultar;
- q) intenção de machucar;
- r) machucar mulheres ou quem elas amam;
- s) meios para homens controlarem mulheres;
- t) padrão sistemático de controle em relações interpessoais;
- u) problema de saúde pública;
- v) quebra de direitos humanos;
- w) ser mulher;
- x) ser ou viver como uma família;

- y) tentativa ou ato sexual não consentido;
- z) vergonha;
- aa) violência contra mulher;
- bb) violência de gênero;
- cc) violência econômica;
- dd) violência entre parceiros íntimos;
- ee) violência física;
- ff) violência psicológica;
- gg) violência sexual;
- hh) vítima com ao menos 16 anos.

Dentre esses termos, “violência contra mulher”, “exposição a atividades sexuais não desejadas”, “coerção sexual”, “violência econômica”, “tentativa ou ato sexual não consentido”, “assédio psicológico”, “comportamento degradante ou ameaçador”, “comportamento controlador ou coercitivo” e “formas de agressão física” são provenientes de agrupamentos de termos, destacados no Quadro 6.

Quadro 6 – Correspondência entre termos originais e agrupados. Curitiba, Paraná, 2020.

Termo agrupado	Termos originais
Violência contra mulher	Violência contra mulher; violência masculina contra mulher
Exposição a atividades sexuais não desejadas	Comportamento sexual não desejado; exposição a atividades sexuais não desejadas; abuso sexual; contato sexual não desejado
Coerção sexual	Coerção sexual; meios físicos de conseguir contato sexual
Violência econômica	Violência econômica; restringir emprego
Tentativa ou ato sexual não consentido	Tentativa ou ato sexual não consentido; molestar ou estuprar; penetração vaginal/anal não consensual; tentativa ou ato sexual cometido sem consentimento; uso indevido de poder ou drogas para conseguir contato sexual
Assédio psicológico	Assédio; abuso verbal; maus-tratos psicológicos; abuso emocional
Comportamento degradante e ameaçador	Comportamento degradante ou ameaçador; ameaçar; humilhar; envergonhar
Baseado no gênero ou sexualidade	Baseado no gênero; baseado na sexualidade
Comportamento controlador ou coercitivo	Comportamento controlador ou coercitivo; comportamento de perseguir
Formas de agressão física	Formas de agressão física; socar; chutar; estapear; puxar cabelo; bater; bater contra algo; empurrar; locomover empurrando

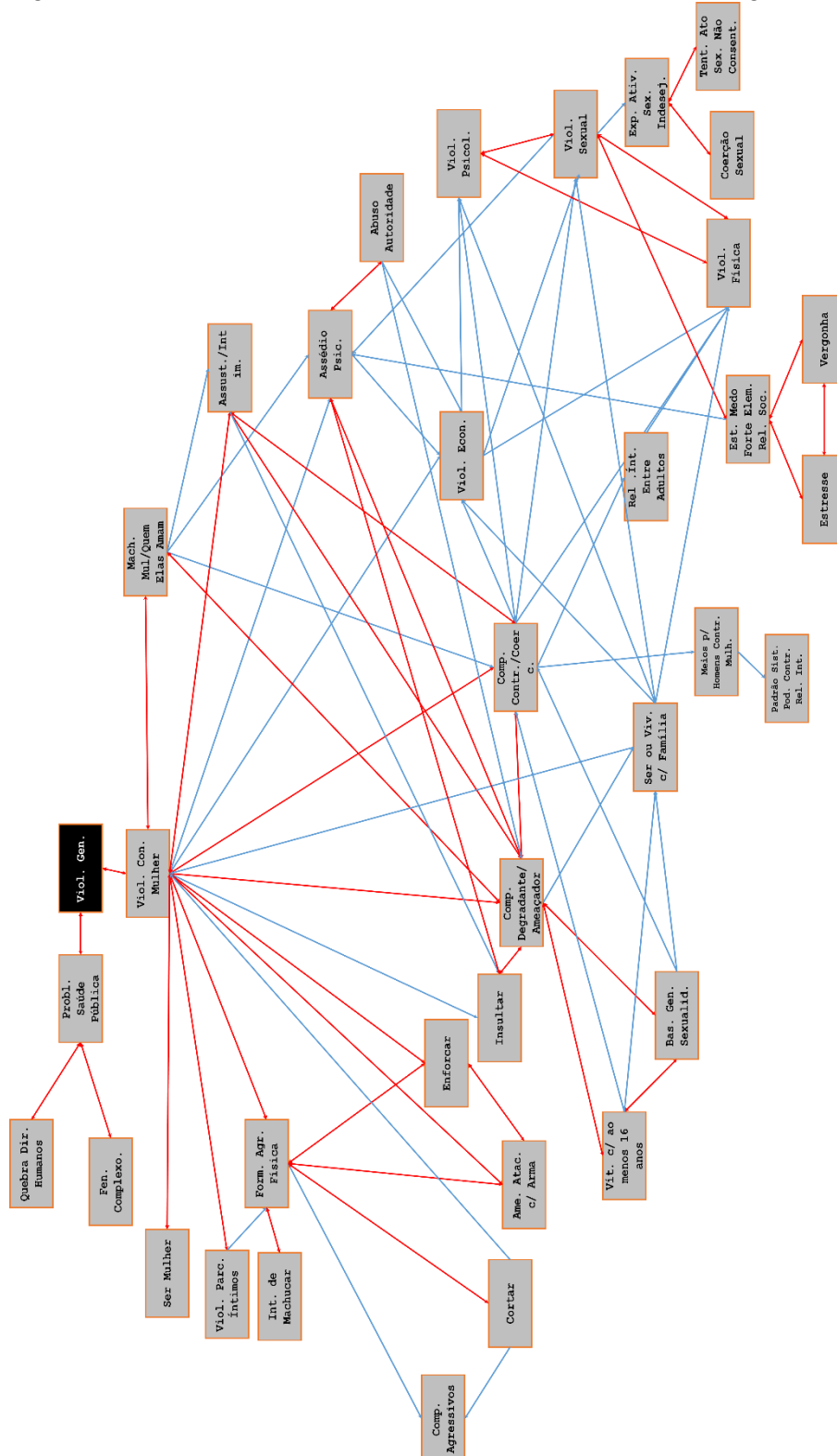
Fonte: A autora (2020).

6.3.2 Construção da rede semântica

Após adaptações oriundas do novo banco de termos e do pré-processamento, o conjunto de dados final do modelo em rede foi formado por 132 regras de associação. Houve a necessidade de realocar qualitativamente dois termos, a saber: “exposição a atividades sexuais não desejadas”, que foi relacionado com o termo “violência sexual”, e “meios para homens controlarem mulheres”, associado a “comportamento controlador ou coercitivo”.

Na Figura 18, pode-se observar o modelo em rede do conceito de interesse “violência de gênero” e termos substitutos. Para facilitar a interpretação, consta no Apêndice K um quadro que relaciona cada vértice antecedente com seus consequentes.

Figura 18 – Modelo em rede do conceito de interesse “violência de gênero”. Curitiba, Paraná, 2020.



Fonte: A autora (2020).

7 DISCUSSÃO

Esta seção está organizada de acordo com as fases metodológicas desta pesquisa, objetivando discutir os resultados encontrados.

7.1 FASE 1: IDENTIFICAÇÃO DA RELAÇÃO CONSEQUENCIAL E CAUSAL DA PRÁTICA DE DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA NA PERPETRAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A identificação das relações consequenciais e causais entre diferentes formas de violência na perpetração da violência de gênero oportunizou o trabalho com a interpretação de redes semânticas, mesmo que oriundas de cinco conjuntos de dados distintos.

Embora seja o objeto principal desta pesquisa, o conjunto de dados de violência de gênero apresentou o menor *corpus* de análise e, conseqüentemente, o menor número de redes semânticas representando as regras de associação entre os conceitos. Esse fato corrobora a hipótese de que o conceito de violência de gênero ainda está em construção, explorando seus relacionamentos com a violência física, psicológica e sexual (BEYDOUN; BEYDOUN, 2014).

Há a atribuição de características amplas da violência ao conceito de violência de gênero, apresentando poucas especificidades. Um exemplo disso é a relação do termo “violência de gênero” com “quebra de direitos humanos”. A rigor, toda e qualquer violência desrespeita os arts. III e V da Declaração dos Direitos Humanos, que determinam, respectivamente, que todo ser humano tem direito à vida, liberdade e segurança pessoal e que nenhum indivíduo será submetido a castigo cruel, degradante ou desumano (ONU, 1948).

Ainda no que tange ao uso de termos relacionados à violência no geral para a caracterização da violência de gênero, o conceito de interesse foi relacionado com “problema de saúde pública”. Ao passo que a abordagem da saúde pública é capaz de intervir em qualquer problema de caráter interdisciplinar que afete a saúde da população por meio de ações coletivas, toda violência é questão de saúde pública (DAHLBERG; KRUG, 2006). Entretanto, a violência de gênero deve ser analisada buscando referenciais em outras áreas do conhecimento, pois utilizam como base os

estudos de gênero, que são compostos por discursos científicos multidisciplinares (HOPPEN; VANZ, 2019).

Para superar a generalização de conceitos, foi usada a estratégia do uso de termos substitutos, a fim de clarificar o conceito de violência de gênero por meio de um modelo em rede semântica.

Outro ponto que merece destaque na identificação de conceitos é o fato de que o conceito de violência de gênero é relacionado com o termo “violência contra mulher”, sendo que, em muitos momentos, esses dois tipos de violência aparecem como sinônimos. Scott (1995) afirma que a palavra “gênero” é trazida como um sinônimo de mulher em uma tentativa feminista de eliminar o essencialismo de Beauvoir (2016), que constrói um conceito de mulher singular. É possível que a relação de igualdade conceitual entre violência de gênero e violência contra mulher siga essa lógica, o que corrobora Jakobsen (2014), ao relatar que atos considerados violência contra mulher estão sendo renomeados para atos de violência de gênero. A violência contra mulher está no escopo da violência de gênero, mas a preocupação ao colocar esses dois termos como sinônimos é a utilização do sistema binário, no qual só existem duas opções: homem e mulher, excluindo quem não atende a esse padrão, como pessoas transgênero, de gênero fluido ou sem gênero definido (BUTLER, 2018).

Nessa rede de violência de gênero, o termo “violência contra mulher” também aparece relacionado com “ser mulher” e “violência de parceiros íntimos”, padrão que se repete no conjunto de violência física. No contexto de violência física, “violência de parceiros íntimos” está relacionado a diversas formas de agressão, incluindo as classificadas como mais severas que podem levar a ferimentos, necessidade de tratamento médico ou sintomas de estresse pós-traumático (MILLER; MCCAW, 2019).

A rede semântica torna possível observar a interação de termos como “violência contra mulher” e “violência masculina contra mulher” com termos relacionados a atos violentos, como “estapear”, “puxar cabelo”, “ameaçar ou atacar com uma arma” e “enforçar”, explicitando o ciclo de violência física em que muitas mulheres vivem. As informações sintetizadas na rede semântica podem ser úteis, por exemplo, para subsidiar uma intervenção de caráter selecionado, para mulheres que já sofreram algum tipo de agressão física do companheiro. Nesse caso, a rede semântica agregaria, pois mostraria a relação estreita que um tapa possui com uma tentativa de ataque armado.

Ainda no contexto de violência física, o termo “bater” apresenta relações muito similares ao termo “violência de parceiros íntimos” no que tange às conexões com diversos tipos de ato de violência física, incluindo “ameaçar ou atacar com armas”. Novamente, a violência física é extremamente generificada, sendo direcionada à mulher pelos termos “violência contra mulher” e “violência masculina contra mulher”. Nessa perspectiva, o gênero se mostra um campo primário de articulação de poder, no qual o masculino bate e o feminino apanha (SCOTT, 1995). Não se pode dizer, como Beauvoir (2016) propõe em sua teoria, que a mulher se constitui como a outra perante o mundo violento do homem, mas a violência estrutural escancara-se a partir do momento em que, com medo de ser violentada, a mulher se subordina ao homem como meio de defesa em um contexto que necessita de intervenção do Estado (SCOTT, 1995; LAGARDE, 2013; BEAUVOIR, 2016; BUTLER, 2016).

Em relação ao fenômeno do medo, o termo “estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais” revela relações com “estresse”, “assédio”, “vergonha”, “ameaçar” e “violência sexual”. No mesmo conjunto de dados, “violência sexual” é identificado como antecedente de “estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais”. Essa relação não direcional entre medo e violência sexual indica que ele não é estabelecido apenas quando a pessoa se torna vítima da violência sexual, mas precede o ato.

Pesquisa qualitativa feita com 15 estudantes na Índia verificou que todas as entrevistadas relataram alguma mudança em sua vida devido ao medo de sofrer violência sexual (NIEDER; MUCK; KÄRTNER, 2019). Nesse sentido, Butler (2016) afirma que a violência se torna especificamente uma questão de gênero a partir do momento em que nem todos os indivíduos são violentados pelo seu gênero, mas todos temem ser e, muitas vezes, cedem ao poder que perpassa o conceito de gênero para se defender. A autora defende que a ausência do Estado visando à equidade de gênero transforma-se, também, em violência institucional.

A respeito, a combinação das informações sintetizadas nas redes semânticas “violência sexual” e “estabelecimento do medo como forte elemento em relações sociais” pode justificar intervenções de caráter universal que visem a atingir a equidade de gênero, como, por exemplo, campanhas em ambientes estudantis sobre gênero.

No conjunto de violência doméstica, as relações identificadas entre quatro tipologias de violência – violência física, violência econômica, violência psicológica e

violência sexual – estão presentes em todas as redes semânticas que apresentaram o termo “ser ou viver como uma família”. Caracterizando as vítimas da violência doméstica, o termo “vítimas com ao menos 16 anos” é muito recorrente, diferentemente do que foi encontrado por Albuquerque *et al.* (2015), que direcionaram a violência doméstica para aquela cometida em ambiente doméstico contra crianças e adolescentes.

Foram encontradas relações entre a violência doméstica e questões de não aceitação da sexualidade por parte de familiares. O termo “baseado na sexualidade” foi relacionado a “baseado em gênero”, porém é errôneo pensar que a sexualidade organiza o gênero, e não o contrário, uma vez que a heterossexualidade é um conceito normativo que compõe o conceito de gênero de Scott (1995). Na sociedade heteronormativa em que se vive, é esperado que um homem goste de uma mulher e vice-versa; logo, a homossexualidade seria a quebra do padrão estabelecido para o gênero do sujeito, subvertendo seus padrões. Dessa forma, é importante ressaltar a necessidade de desatrelar os conceitos de sexualidade e de gênero como conceitos meramente classificatórios e, sim, utilizá-los como conceitos interpretativos de fenômenos humanos.

Por fim, foi identificada a relação do termo “influência social da ideologia do patriarcado” com termos como “violência psicológica”, “violência econômica”, “violência sexual”, “violência física”, “vítima com ao menos 16 anos”, “ser ou viver com uma família”, entre outros. A rigor, o patriarcalismo é uma teoria estruturalista que, apesar de localizar várias demandas feministas, direciona o gênero como a única fonte de desigualdade da sociedade, sendo criticado por estudiosas pós-estruturalistas por não acolher ou estudar outras desigualdades, como de raça e de classe (SCOTT, 1995). No entanto, conceitualmente é caracterizado por uma figura de autoridade masculina que impõe poder sobre sua esposa e filhos no ambiente familiar (CASTELLS, 1999; MARTINS, 2015). Nesse sentido, a relação estabelecida entre o patriarcado e a violência doméstica caracteriza essa violência como familiar e perpetrada por um homem detentor do poder.

7.2 FASE 2: IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS CRUCIAIS NA PERPETRAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Destaca-se que todas as redes semânticas oriundas do conjunto de dados do termo substituto “violência sexual” foram consideradas generificadas, explicitando violência sexual especificamente contra a mulher. Nos conjuntos de “violência psicológica” e “violência doméstica”, as redes semânticas não inclusas se tratavam de violência contra crianças e adolescentes; dessa forma, nos artigos inclusos na análise, o perpetrador da violência sempre se apresentou como o homem do modelo patriarcal (CASTELLS, 1999; MARTINS, 2015). Nesse contexto, observa-se a falta de diálogo entre gênero, raça/etnia e classe na literatura científica analisada. Esse diálogo pode ser interpretado como a ideia de primazia do gênero sobre as demais categorias analíticas; entretanto, é de extrema importância salientar que não há primazia entre sistemas opressores e a posição social de um sujeito não é definida por um único fator, mas pela soma deles (SCOTT, 1995; FONSECA, 1997).

O gênero como categoria analítica não opera como complementar às demais categorias – raça/etnia e classe –, remetendo aos estudos de gênero estruturalistas, os quais ignoram a pluralidade feminina. A fim de estudar a estrutura que essas três categorias analíticas geram, Crenshaw (1990) conceitua como feminismo interseccional a busca pelo entendimento de como raça e classes criam desigualdades entre os gêneros. Ribeiro (2016) frisa que não há possibilidade de sustentar uma discussão interseccional considerando um cenário em que gênero, raça e classe não são vistos como três fatores opressores indissociáveis.

Nesse sentido, aponta-se que as definições de violência de gênero incluídas no escopo desta pesquisa apresentaram a fragilidade de não dialogar com outros tipos de opressão, apesar de conversarem muito bem com outras tipologias de violência.

7.3 FASE 3: ESTRUTURAÇÃO DO MODELO EM REDE PARA REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Considerando que a violência baseada na sexualidade é descrita como produto da não aceitação da sexualidade (CALLAGHAN *et al.*, 2018; WOULFE; GOODMAN, 2018), utilizou-se o conceito de Scott (1995) de gênero, em que esse estranhamento é uma questão dos conceitos normativos que definem o que é esperado para cada

gênero. Para o termo geral “formas de agressão física”, foram incluídos os termos que representavam formas de agressão física que, se praticadas uma única vez, teriam menor risco de levar à hospitalização da vítima.

Observando o modelo em rede formulado, as arestas não direcionais destacadas em vermelho demonstram termos que são, simultaneamente, antecedentes e consequentes uns dos outros. A partir disso, notam-se três núcleos de retroalimentação de elementos da violência de gênero: (i) as tipologias de violência, localizadas no quadrante inferior direito e compostas pelos termos “violência psicológica”, “violência sexual”, “violência física”, “coerção sexual” e “estabelecimento do medo como forte elemento em relações sociais”; (ii) o núcleo relacionado com violência física, localizado no quadrante superior esquerdo e composto pelos termos “formas de agressão física”, “cortar”, “ameaçar ou atacar com uma arma”, “enforçar”, “violência contra mulher” e “violência de parceiros íntimos”; (iii) o núcleo de violência contra mulher, localizado na parte superior do centro da rede semântica e composto pelos termos “violência contra mulher”, “comportamento degradante ou ameaçador”, “comportamento controlador e coercitivo”, “vítima com ao menos 16 anos” e “baseado em gênero e sexualidade”.

O núcleo relacionado às tipologias de violência demonstra a maior possibilidade de uma tipologia de violência ocorrer quando outra já ocorre, destacando-se o uso do conceito de possibilidade, pois esta análise qualitativa não fornece estimativa de probabilidade. Além disso, o medo mostra-se um fator mediador da violência de gênero em suas diferentes facetas, corroborando a questão de gênero na violência levantada por Butler (2016), que afirma que os indivíduos sentem medo pois sabem que podem sofrer violência.

A retroalimentação de diferentes formas de violência física engloba desde agressões menos letais, como socos, chutes, tapas e puxões de cabelo, contempladas no termo “formas de agressão física”, até ataques envolvendo armas e enforcamentos. Essas formas de agressão, combinadas com os termos “violência contra mulher” e “violência de parceiros íntimos”, tecem a ideia de que a violência física contra a mulher é praticada, na maioria das vezes, por uma pessoa de sua convivência. O *Atlas da violência* (IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019) aponta que 28,5% dos homicídios contra mulheres no ano de 2017 aconteceram em residência e que, nos últimos dez anos, houve aumento de 29,8% no uso de armas de fogo em feminicídios em residência; logo, este núcleo da rede

semântica explicita o risco de morte que mulheres que sofrem agressões físicas correm.

O terceiro núcleo de retroalimentação também aponta para “violência contra mulher”, “baseado em gênero ou sexualidade” e “vítimas com ao menos 16 anos”, envolvendo comportamentos degradantes, ameaçadores, controladores e coercitivos. Este núcleo retrata a violência de gênero como estrutural, pois mostra a opressão sofrida pela mulher; todavia, destaca-se a ausência de termos que falam especificamente sobre gêneros não binários (MINAYO, 1994; BUTLER, 2018).

Apesar da reformulação do banco de termos, o modelo em rede do conceito de violência de gênero apresentou-se bastante extenso e poluído. A rigor, o modelo foi capaz de explicitar a retroalimentação entre os termos apresentados, demonstrando as relações consequenciais entre os elementos cruciais da violência de gênero. No entanto, sua aplicabilidade para subsidiar intervenções ou ações de prevenção da violência de gênero torna-se mais eficaz quando feita em núcleos. Logo, considerando que o modelo de rede semântica foi utilizado para representação do conhecimento e, segundo Felippo (2010), a representação do conhecimento atende ao paradigma de servir como um substituto de informações e conhecimentos, é necessário reavaliar o modelo de representação do conhecimento a ser utilizado.

Considera-se esta a limitação metodológica e tecnológica, pois um *software* que fosse capaz de percorrer a rede semântica proporcionaria ao gestor uma melhor visualização do fenômeno para tomada de decisão, uma vez que ações de intervenção e de prevenção da violência são planejadas em etapas (DAHLBERG; KRUG, 2006). Por outro lado, oportuniza-se o estudo dos focos em que esse método de análise conceitual pode ser replicado, para escolha da melhor representação do conhecimento de acordo com a questão norteadora e objetivo da análise conceitual.

Por fim, ressalta-se limitação amostral devido a estratégia de coleta de dados transversal, realizada no Portal de Periódicos CAPES. É possível que artigos de extrema relevância para o tema não tenham sido incluídos na pesquisa, no entanto, tal estratégia possibilitou a inclusão de artigos recentes de diferentes áreas do saber.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta à questão norteadora e ao objetivo geral da pesquisa, foi possível construir um modelo em rede do conceito de violência de gênero e explicitar a retroalimentação entre elementos construtores dessa tipologia de violência. Considerando a análise conceitual de um fenômeno complexo, o método proposto oportunizou o estudo das relações consequenciais e causais de um conceito em construção, sendo capaz de abarcar outras definições, as quais, no contexto, se referem ao conceito de termos substitutos para enriquecer o *corpus* de análise.

A construção do modelo em rede é considerada um método de análise de conceito, pois atende ao paradigma de identificação de atributos. Esse método é indicado para conceitos em desenvolvimento que representam fenômenos complexos, contribuindo metodologicamente para a manutenção do conhecimento nesse sentido.

Além das contribuições metodológicas para o estudo de conceito, esta pesquisa viabilizou a interpretação do fenômeno de violência de gênero e seus desdobramentos, destacando que essa tipologia de violência é composta por atos violentos de ordem física, sexual, econômica e psicológica, diretamente ligados entre si. A partir do modelo construído, pode-se observar que a violência de gênero está relacionada com a violência contra mulher e violência de parceiros íntimos, caracterizando-se como uma violência que vitimiza mulheres adultas e é perpetrada por homens dentro de uma relação íntima, indo ao encontro da cultura do patriarcado.

A carência da atribuição do valor analítico ao termo gênero faz com que o conceito de “violência de gênero” retrate a abjeção dos corpos que não seguem o padrão imposto pela sociedade, contribuindo para institucionalização dessa tipologia de violência. Considerando que o conceito em questão está em desenvolvimento, é necessário um olhar mais atento para vítimas de gênero não binário e para contextos de violência que não estão inseridos no ambiente doméstico.

8.1 ESTUDOS FUTUROS

Sugere-se o aprimoramento do método proposto, incluindo etapas que analisem possíveis focos de aplicação do modelo em rede e os melhores paradigmas de representação do conhecimento para os focos estudados, com a finalidade de

melhorar o recebimento da informação e, conseqüentemente, aumentar sua contribuição na intervenção e prevenção da violência de gênero.

Quanto ao modelo em rede desenvolvido nesta pesquisa, sugere-se que outros estudos realizem sua validação por meio de estudos de caso.

REFERÊNCIAS

- AGER, A. *et al.* Local constructions of gender-based violence amongst IDPs in northern Uganda: Analysis of archival data collected using a gender- and age-segmented participatory ranking methodology. **Conflict and Health**, v. 12, n. 1, p. 1–10, 2018.
- AGRAWAL, R. *et al.* **Fast discovery of association rules**. [S.l.: s.n.], 1994. v. 12.
- ALBUQUERQUE, L. M. *et al.* Nursing terminology defines domestic violence against children and adolescents. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 68, n. 3, p. 393-400, 2015.
- AMO, S. Técnicas de mineração de dados. **Jornada de Atualização em ...**, p. 43, 2004. DISCOVERY, K.; ONTOLOGIES, U. S. E.; DATA, I. N. USING ONTOLOGIES AND INFERENCE ENGINEs IN ASSOCIATION RULES OF DATA MINING : AN APPLICATION IN A MEDICAL LABORATORY DIAGNOSTIC COMPANY. p. 1–7, [s.d.]
- ALVES, K. Y. A.; SANTOS, V. E. P.; DANTAS, C. N. A análise do conceito segurança do paciente: A visão evolucionária de rodgers. **Aquichan**, Bogotá, v. 15, n. 4, p. 521-528, 2015.
- ARMSTRONG, E. A.; GLECKMAN-KRUT, M.; JOHNSON, L. Silence, power, and inequality: an intersectional approach to sexual violence. **Annual Review of Sociology**, [s.l.], v. 44, n. 1, p. 99-122, 2018.
- BAFFI, M. A. T. Modalidades de pesquisa: um estudo introdutório. *In*: BELLO, J. L. P. **Pedagogia em foco**. Petrópolis: [s.n.], 2010.
- BANNISTER, M.; MOYI, E. Domestic gender-based violence and the potential offered by empowerment initiatives: the case of Makhokho, Western Kenya. **Women's Studies International Forum**, [s.l.], v. 77, n. October, p. 102295, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BARRY, A. *et al.* The meaning of home for ageing women living alone: an evolutionary concept analysis. **Health and Social Care in the Community**, [s.l.], v. 26, p. e337-e344, 2018.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BEYDOUN, H. A.; BEYDOUN, M. A. Invited commentary: disclosure of gender-based violence in developing countries. **American Journal of Epidemiology**, [s.l.], v. 179, n. 5, p. 613-618, 2014.
- BEZERRIL, M. S. *et al.* Nursing education: a conceptual analysis of the evolutionary method of Rodgers. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1-6, 2018.

BOYLE, K. What's in a name? Theorising the Inter-relationships of gender and violence. **Feminist Theory**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 19-36, 2019.

BROWN, E.; FRANKLIN, A.; COAD, J. A concept analysis in relation to the cultural competency of the palliative care workforce in meeting the needs of young people from South Asian cultures. **Palliative and Supportive Care**, p. 1–18, 2018.

BUTLER, J. Corpos que importam. In: COLLING, L. (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 19-42.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALLAGHAN, J. E. M. *et al.* Beyond “witnessing”: children’s experiences of coercive control in domestic violence and abuse. **Journal of Interpersonal Violence**, [s.l.], v. 33, n. 10, p. 1551-1581, 2018.

CARVALHO, D. R. *et al.* Mineração de dados aplicada à fisioterapia. **Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, v. 25, n. 3, p. 595-605, 2012.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura – o poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.v. 2.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stan. L. Rev.**, v. 43, p. 1241, 1990.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS. **Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem – CIPE®**. Tradução de Telma Ribeiro Garcia, 2017.

COSTA, C. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, v. 19, n. 19, p. 59–90, 2002.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl., p. 1163-1178, 2006.

FAYYAD, U.; PIATETSKY-SHAPIRO, G.; SMYTH, P. From data mining to knowledge discovery in databases. **AI Magazine**, [s.l.], v. 17, n. 3, p. 37-54, 1996.

FELIPPO, A. As abordagens teóricas e os formalismos para o tratamento computacional do significado lexical. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 43–69, 2010.

FLYNN, C. *et al.* When structural violences create a context that facilitates sexual assault and intimate partner violence against street-involved young women. **Women’s Studies International Forum**, [s.l.], v. 68, n. January, p. 94-103, 2018.

FONSECA, R. Espaço e gênero na compreensão do processo saúde-doença da mulher brasileira. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 5, n. 1, p. 5–13, 1997.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Editora Graal. São Paulo, 2009.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

FURTADO, B. A.; SAKOWSKI, P. A. M.; TÓVOLLI, M. H. **Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2015.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2018.

GARCÍA-MORENO, C. *et al.* **Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence**. [S.l.]: WHO, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDSCHMIDT, R.; BEZERRA, E.; PASSOS, E. **Data mining: conceitos, técnicas, algoritmos, orientações e aplicações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

GUERRERO-MOLINA, M. *et al.* Attributing responsibility, sexist attitudes, perceived social support, and self-esteem in aggressors convicted for gender-based violence. **Journal of Interpersonal Violence**, [s.l.], 2017.

HAYECK, C. Refletindo sobre a violência. **Refletindo sobre a violência**, v. 1, p. 1–8, 2009.

HENDERSON, S. *et al.* Cultural competence in healthcare in the community: A concept analysis. **Health and Social Care in the Community**, p. 1–14, 2018.

HOPPEN, N.; VANZ, S. **Primeiras impressões da pesquisa autodenominada “estudos e de gênero” em uma base de dados internacional e multidisciplinar**. A ciência da informação e a era da Ciência de Dados. **Anais...**2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

IYANDA, A. E. *et al.* Determinants of gender-based violence and its physiological effects among women in 12 African countries. **Journal of Interpersonal Violence**, [s.l.], 2019.

JAKOBSEN, H. What's gendered about gender-based violence?: an empirically grounded theoretical exploration from Tanzania. **Gender and Society**, [s.l.], v. 28, n. 4, p. 537-561, 2014.

JONGE, A. Corporate social responsibility through a feminist lens: domestic violence and the workplace in the 21st century. **Journal of Business Ethics**, [s.l.], v. 148, n. 3, p. 471-487, 2018.

- KIM, H. J.; ATTERAYA, M. S.; YOO, H. Y. Women's agency freedom through empowerment against domestic violence: evidence from Nepal. **International Social Work**, [s.l.], v. 16, n. 5, p. 1-16, 2018.
- KOSTERINA, E.; HORNE, S. G.; LAMB, S. The role of gender-based violence, health worries, and ambivalent sexism in the development of women's gynecological symptoms. **Journal of Health Psychology**, [s.l.], 2019.
- KRUG, E. G. *et al.* **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.
- LAGARDE, M. Por los derechos humanos de las mujeres: la Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 49, n. 200, p. 143-165, 2013.
- LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.
- MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.
- MARTINS, A. P. A. O sujeito "nas ondas" do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Café com Sociologia**, Maceió, v. 4, n. 1, p. 231-245, 2015.
- MAQUIBAR, A. *et al.* Nursing students' discourses on gender-based violence and their training for a comprehensive healthcare response: A qualitative study. **Nurse Education Today**, v. 68, n. October 2017, p. 208-212, 2018.
- METZ, C.; CALMET, J.; THEVENOT, A. Women subjected to domestic violence: the impossibility of separation. **Psychoanalytic Psychology**, [s.l.], v. 36, n. 1, p. 36-43, 2019.
- MILANI, C. R. S.; CARVALHO, T. C. O. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 11-35, 2012.
- MILLER, E.; MCCAW, B. Intimate partner violence. **New England Journal of Medicine**, [s.l.], v. 380, n. 9, p. 850-857, 2019.
- MINAYO, M. C. S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-18, 1994.
- MONTAÑÉS MURO, P.; MOYANO PACHECO, M. Violencia de género sobre inmigrantes en España: un análisis psicosocial. **Pensamiento Psicológico**, [s.l.], v. 2, n. 6, p. 21-32, 2006.
- MONTEIRO, F. P. M. *et al.* Crescimento infantil: análise do conceito. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 1-9, 2016.

- MORSE, J. M. Exploring the theoretical basis of nursing using advanced techniques of concept analysis. **ANS Advances in Nursing Science**, [s.l.], v. 17, n. 3, p. 31-46, 1995.
- MUSEN, M. The protégé project: a look back and a look forward. **Al matters**, v. 1, n. 4, p. 4-12, 2015.
- NICHOLSON, A. L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- NIEDER, C.; MUCK, C.; KÄRTNER, J. Sexual violence against women in India: daily life and coping strategies of young women in Delhi. **Violence Against Women**, [s.l.], v. 25, n. 14, p. 1717-1738, 2019.
- OLIVEIRA, P. P. *et al.* Women victims of domestic violence: a phenomenological approach. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 196-203, 2015.
- OLIVEIRA, R. A. A. *et al.* Concept analysis of cancer survivorship and contributions to oncological nursing. **International Journal of Nursing Practice**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 1-8, 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração universal dos direitos humanos**. Paris, 1948.
- PEREIRA, H. B. B. *et al.* Density: a measure of the diversity of concepts addressed in semantic networks. **Physica A: Statistical Mechanics and its Applications**, [s.l.], v. 441, p. 81-84, 2016.
- PIAGET, J. **Psychology and epistemology**. Harmondsworth. Penguin, 1973.
- PIEROTTI, C. F.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; TERRA, M. F. A situação de violência doméstica de gênero na atenção primária à saúde **The violence against woman in primary health care**. v. 63, n. 1, p. 12–18, 2018.
- RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 13, p. 99-104, 2016.
- RISTUM, M.; BASTOS, A. C. S. Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 225-239, 2004.
- RODGERS, B. L. Concepts, analysis and the development of nursing knowledge: the evolutionary cycle. **Journal of Advanced Nursing**, [s.l.], v. 14, n. 4, p. 330-335, 1989.
- RODRÍGUEZ VIGNOLI, J. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables**: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago: Cepal, 2001.

ROVER, A. J. **Representação do conhecimento legal em sistemas especialistas: o uso da técnica de enquadramentos**. 1999. Tese (Doutorado) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. **Inteligência artificial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

SANTOS, C. **Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulher**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2008.

SCHAFER, A.; KOYIET, P. Exploring links between common mental health problems, alcohol/substance use and perpetration of intimate partner violence: A rapid ethnographic assessment with men in urban Kenya. **Global Mental Health**, v. 5, 2018.

SCOTT, J. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, J. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SERRO, B. **KDD NA SAÚDE ESCOLAR: NA PERSPECTIVA DO ESTUDO NUTRICIONAL E DO PADRÃO ALIMENTAR**, 2018. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

SOUSA, L. M. M. *et al.* Análise de conceito: conceitos, métodos e aplicações em enfermagem. **Revista Investigação em Enfermagem**, p. 9–18, 2018.

SPANISH GOVERNMENT. **LEY ORGÁNICA 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género**, 2004.

TSIRIGOTIS, K.; ŁUCZAK, J. Resilience in women who experience domestic violence. **Psychiatric Quarterly**, [s.l.], v. 89, n. 1, p. 201-211, 2018.

UNITED NATIONS, GENERAL ASSEMBLY. **Declaration on the elimination of violence against women**, 1993. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.html>. Acesso em: 12 mai 2020.

UNITED NATIONS. **Violence against women in the family**. New York, NY: United Nations, 1989. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=128377>. Acesso em: 12 mai 2020.

VICTOR, B. G. *et al.* Identification of domestic violence service needs among child welfare-involved parents with substance use disorders: a gender-stratified analysis. **Journal of Interpersonal Violence**, [s.l.], p. 1-23, 2018.

VOSGERAU, D. S. A. R.; POGRIFKA, D. H.; SIMONIAN, M. Associação entre a técnica de análise de conteúdo e os ciclos de codificação: possibilidades a partir do software ATLAS.ti. **Risti – Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, [s.l.], n. 19, p. 93-106, 2016.

WERWIE, T. R. *et al.* Gender-based violence in Senegal: its catalysts and connections from a community perspective. **Journal of Family Violence**, [s.l.], v. 34, n. 8, p. 769-780, 2019.

WILSON, J. **Thinking with concepts**. Cambridge, U.K., Cambridge University Press, 1969.

WIRTZ, A. L. *et al.* Gender-based violence against transgender people in the United States: a call for research and programming. **Trauma, Violence, and Abuse**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 227-241, 2020.

WOULFE, J. M.; GOODMAN, L. A. Identity abuse as a tactic of violence in LGBTQ communities: initial validation of the identity abuse measure. **Journal of Interpersonal Violence**, [s.l.], 2018.

APÊNDICE A – BANCO DE TERMOS PARA CATEGORIZAÇÃO – FASE 1

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
ABUSO DE PODER OU AUTORIDADE
ASSOCIADO COM MORTE, INJÚRIA, SOFRIMENTO EMOCIONAL E ADOECIMENTO PSQUIÁTRICO
ATO INTENCIONAL DE UM MEMBRO DA FAMÍLIA QUE LIMITE OS DIREITOS LEGAIS E DE LIBERDADE DE OUTRO MEMBRO DA FAMÍLIA
BASEADO EM GÊNERO
BASEADO NA SEXUALIDADE
COABITAÇÃO COM O AGRESSOR
COMPORTAMENTO CONTROLADOR E COERCITIVO
COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR
COMPORTAMENTO QUE CAUSE DANOS FÍSICOS OU PSICOLÓGICOS
CONSEQUÊNCIAS EM LONGO PRAZO
CONSEQUÊNCIAS PARA A RELAÇÃO DOS EMPREGADOS E EMPREGADORES
CRIME
CRIME QUE NECESSITA DE JULGAMENTO E PUNIÇÃO INDEPENDENTE
CULTURA DO PATRIARCADO
DANO SEXUAL
AFETA PESSOAS DE TODAS AS RAÇAS, GÊNEROS, IDADES, CLASSES SOCIOECONÔMICAS, NÍVEIS DE EDUCAÇÃO, RELIGIÕES, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO
ESTABELECIMENTO DE PODER E CONTROLE COMO FORTE ELEMENTO EM RELAÇÕES SOCIAIS
IMPACTO NA SAÚDE
INFLUÊNCIA SOCIAL DA IDEOLOGIA DO PATRIARCADO
MANIFESTAÇÃO DO MASCULINO E DO FEMININO
MEIOS PARA HOMENS DOMINAREM MULHERES
NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS DE OUTRO ABUSO
NORMALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA
OFENSA A UM PAR ROMÂNTICO
PADRÃO SISTEMÁTICO DE PODER E CONTROLE EM UM RELACIONAMENTO ÍNTIMO
POSIÇÃO MASCULINA DE DOMINADOR
PREJUÍZOS FÍSICOS OU PSICOLÓGICOS
PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA
PROBLEMA SOCIAL
QUALQUER COMPORTAMENTO QUE CAUSE DANO FÍSICO OU PSICOLÓGICO
QUEBRA DE DIREITOS HUMANOS
RELAÇÃO ADULTA ÍNTIMA
SER OU VIVER COMO UMA FAMÍLIA
SOCIALMENTE NORMALIZADO
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
VIOLÊNCIA DE PARCEIROS ÍNTIMOS
VIOLÊNCIA ECONÔMICA
VIOLÊNCIA FÍSICA
VIOLÊNCIA MASCULINA CONTRA MULHER
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

VIOLÊNCIA SEXUAL
VÍTIMA COM AO MENOS 16 ANOS
VIOLÊNCIA DE GÊNERO
ABUSO DE IDOSOS
COMUM
CULPA
CULTURA
CULTURA IMUTÁVEL
ESTIGMATIZAÇÃO
FENÔMENO COMPLEXO
LINGUAGEM
MASCULIDADE HEGEMÔNICA
PRÁTICA COMUM
PREJUDICIAL
PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA
QUEBRA DE DIREITOS HUMANOS
SER MULHER
SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
VIOLÊNCIA DE PARCEIROS ÍNTIMOS
VIOLÊNCIA INTERPESSOAL
VIOLÊNCIA MASCULINA CONTRA MULHER
VIOLÊNCIA SEXUAL
VIOLÊNCIA FÍSICA
AMEAÇAR OU ATACAR COM ARMA
ASSUSTAR
BATER
BATER CONTRA ALGO
CHUTAR
COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS
CORTAR
DIFICULDADE DE DESENVOLVIMENTO
EMPURRAR
ENFORCAR
ESGANAR
ESTAPEAR
FORMAS DE AGRESSÃO FÍSICA
INCAPACIDADE
INJÚRIA
INTENÇÃO DE MACHUCAR
LOCOMOVER EMPURRANDO
MORTE
PREJUÍZO
PREJUÍZO PSICOLÓGICO
PRIVAÇÃO
PUXAR CABELO
SOCAR

TENTAR ESTRANGULAR OU QUEIMAR
USAR FORÇA COMO MEIO DE AMEAÇAR, SUPRIMIR, INTIMIDAR OU PUNIR ALGUÉM
USO INTENCIONAL DE FORÇA FÍSICA OU PODER AMEAÇANDO A SI MESMO, OUTRA PESSOA, GRUPO OU COMUNIDADE
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
VIOLÊNCIA DE PARCEIROS ÍNTIMOS
VIOLÊNCIA MASCULINA CONTRA MULHER
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA
ABUSO
ABUSO DE PODER OU AUTORIDADE
ABUSO EMOCIONAL
ABUSO NA COMUNICAÇÃO
ABUSO VERBAL
AMEAÇAR
ASSUSTAR OU INTIMIDAR
ATACAR
COLOCAR EM PERIGO
COMPORTAMENTO CONTROLADOR OU COERCITIVO
COMPORTAMENTO QUE AFETE O BEM-ESTAR E A INTEGRIDADE DA CRIANÇA
CONFLITO
DENEGRIR
DESTRUIÇÃO DE PROPRIEDADE
DESVALORIZAÇÃO
DIFICULDADE DE CAPTURAR E PROVAR ESSE TIPO DE VIOLÊNCIA
ENVERGONHAR
ESTABELECIMENTO DE MEDO COMO FORTE ELEMENTO EM RELAÇÕES SOCIAIS
ESTRESSE
EXCLUSÃO DO GRUPO
FALTA DE RECONHECIMENTO
FAZER SE SENTIR INADEQUADO
FOFOCAR SOBRE
GRITAR
HUMILHAR
INSULTAR
MACHUCAR MULHERES OU QUEM ELAS AMAM
MAUS-TRATOS PSICOLÓGICOS
NEGLIGÊNCIA
OBSTÁCULOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI
PERDA DE LIBERDADE
PREJUÍZO FÍSICO, MENTAL, ESPIRITUAL, MORAL E SOCIAL
PREJUÍZO PSICOLÓGICO OU EMOCIONAL
PRIVAÇÃO DE CARINHO OU ATENÇÃO
QUALQUER FORMA DE VIOLÊNCIA EM UMA RELAÇÃO ROMÂNTICA
RESTRINGIR EMPREGO
RIDICULARIZAR
VERGONHA
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

VIOLÊNCIA DE PARCEIROS ÍNTIMOS
VIOLÊNCIA SEXUAL
XINGAR NOMES
ZOMBAR
VIOLÊNCIA SEXUAL
ABUSO SEXUAL
AÇÕES PARA VENDER QUALQUER TIPO DE SEXUALIDADE EM QUALQUER LUGAR
ASSOCIADO COM DEPRESSÃO E ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO
ASSUNTO PRIVADO
ATIVIDADE SEXUAL PARA AGRADECER OU AGRADAR A OUTRA PESSOA
COERÇÃO SEXUAL
COMPORTAMENTO DE TOQUE RELACIONADO A ASSÉDIO SEXUAL
COMPORTAMENTO SEXUAL NÃO DESEJADO
COMPORTAMENTOS SEXUAIS VERBAIS E NÃO VERBAIS QUE SÃO ATITUDES HOSTIS
CONFLITO
CONSEQUÊNCIAS SÉRIAS PARA A SAÚDE E DESEMPENHO ACADÊMICO
CONTATO SEXUAL INDESEJADO
ENVOLVER UMA CRIANÇA EM ATO SEXUAL QUE ELA NÃO É CAPAZ DE COMPREENDER OU DE CONSENTIR
ESTERILIZAÇÃO FORÇADA
ESTUPRAR E MOLESTAR
EXPOSIÇÃO A ATIVIDADES SEXUAIS NÃO DESEJADAS
GRAVIDEZ FORÇADA
GRAVIDEZ INDESEJADA, DOENÇA CARDIOVASCULAR, DIABETES E DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS
HUMILHAÇÃO SEXUAL
INCENTIVAR ATIVIDADE SEXUAL NÃO DESEJADA
INSINUAÇÃO SEXUAL NÃO DESEJADA
MEIOS DE CONSEGUIR CONTATO SEXUAL DE UM INDIVÍDUO DISTANTE
NORMAL EM NOSSA CULTURA
OBRIGAR UMA PESSOA A PERFORMAR ATOS SEXUAIS QUE ELA CONSIDERA HUMILHANTES
PENETRAÇÃO VAGINAL/ANAL NÃO CONSENTIDA
PREOCUPAÇÃO MUNDIAL
PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA
PROBLEMAS DE SAÚDE PSICOLÓGICOS E FÍSICOS, COMO ANSIEDADE, DEPRESSÃO E ABUSO DE ÁLCOOL
PROSTITUIÇÃO FORÇADA
QUEBRA DE DIREITOS HUMANOS
SEXISMO, RACISMO, HOMOFOBIA, XENOFobia, CLASSICISMO E ABLEÍSMO
TENTATIVA OU ATO SEXUAL COMETIDO SEM LIVRE CONSENTIMENTO DA VÍTIMA
TRAFICAR PESSOAS
TRAUMA PSICOLÓGICO
USO INDEVIDO DE PODER OU DROGAS PARA CONSEGUIR CONTATO SEXUAL
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
VIOLÊNCIA MASCULINA CONTRA MULHER
MEDO
DOMINAÇÃO POR GÊNERO, RAÇA E CLASSE

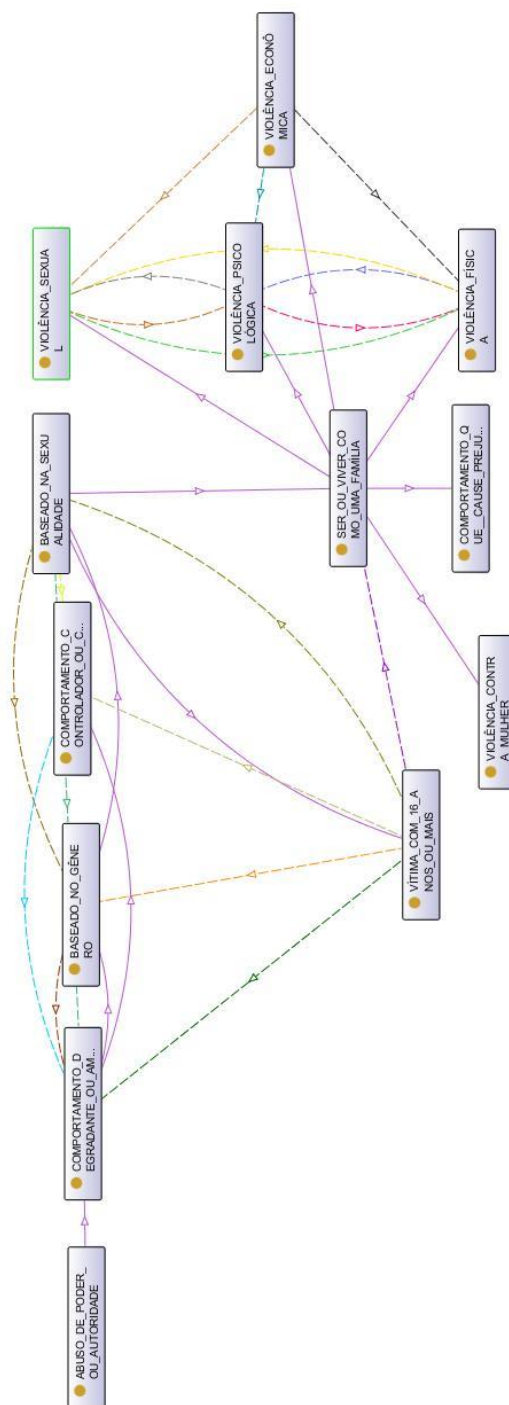
MEDO
PRESSONAR PARA CONSEGUIR ATIVIDADE SEXUAL
RISCO PARA INSTITUIÇÃO ONDE A VIOLÊNCIA OCORRE

APÊNDICE B – TERMOS ORIGINAIS E TERMOS PROTÉGÉ PARA “VIOLÊNCIA DE GÊNERO”

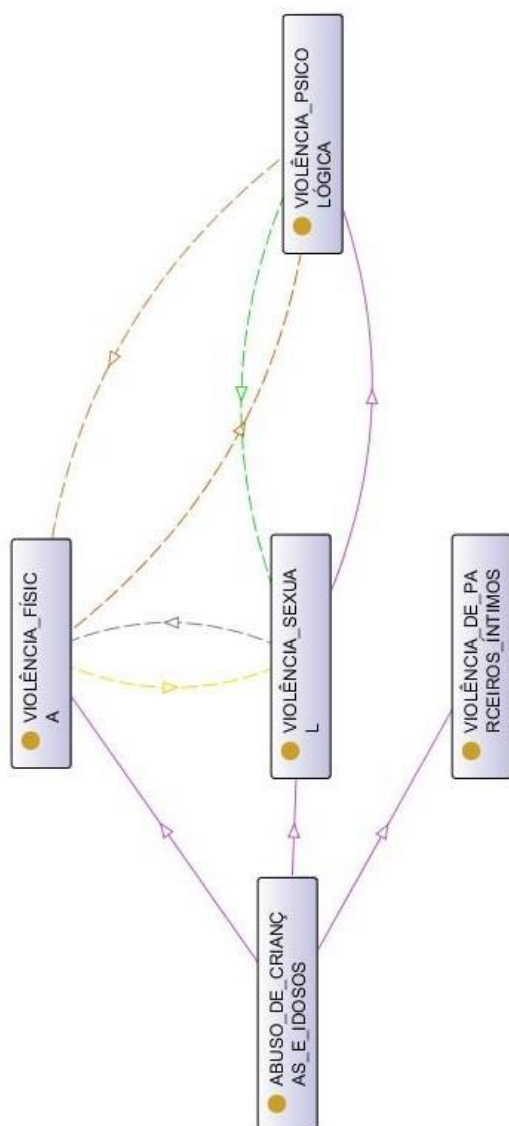
TERMOS ORIGINAIS	TERMOS REPRESENTADOS NO PROTÉGÉ
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
VIOLÊNCIA MASCULINA CONTRA MULHER	VIOLÊNCIA MASCULINA CONTRA MUL...
SER MULHER	SER MULHER
VIOLÊNCIA DE PARCEIROS ÍNTIMOS	VIOLÊNCIA DE PARCEIROS ÍNTIMOS
PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA	PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICO
QUEBRA DE DIREITOS HUMANOS	QUEBRA DE DIREITOS HUMANOS
FENÔMENO COMPLEXO	FENÔMENO COMPLEXO

APÊNDICE C – REDES SEMÂNTICAS DO CONJUNTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

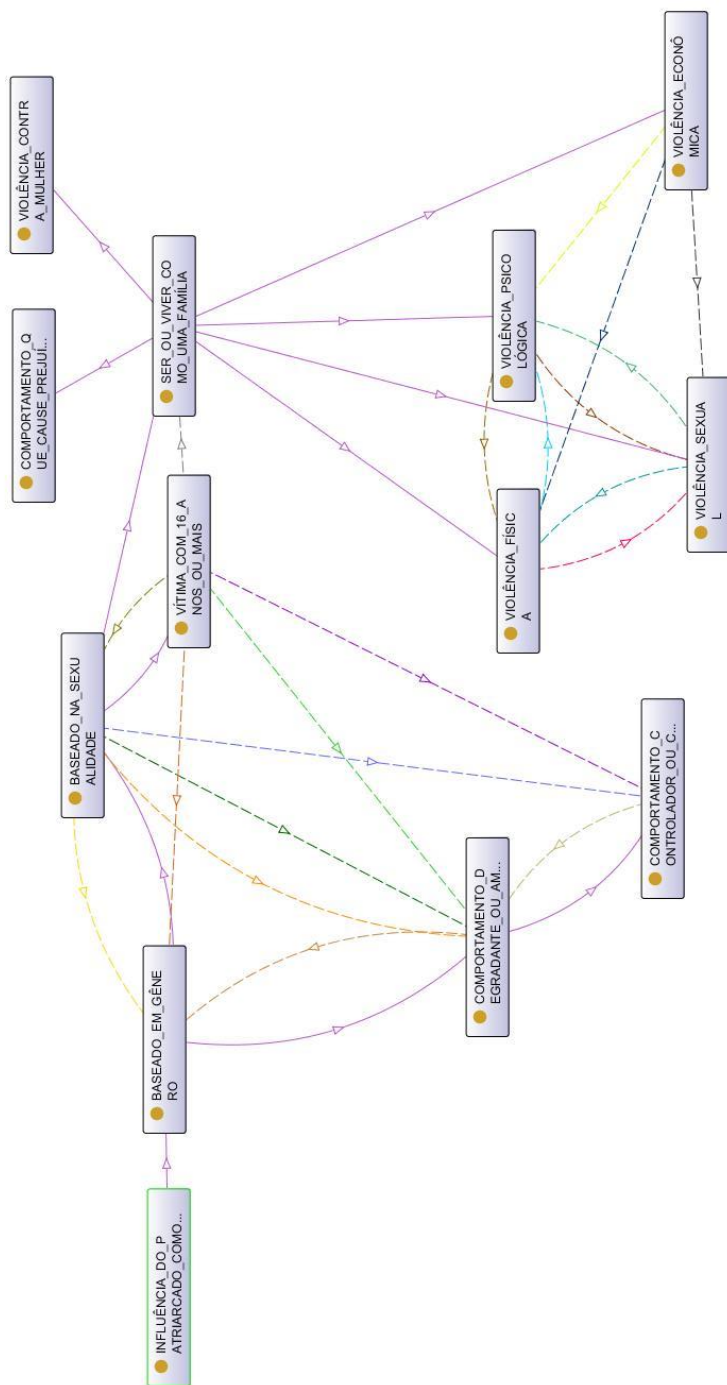
a) Vértice inicial: abuso de poder ou autoridade



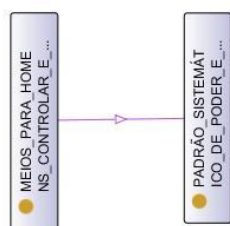
b) Vértice inicial: abuso de crianças ou idosos



c) Vértice inicial: influência social da ideologia do patriarcado



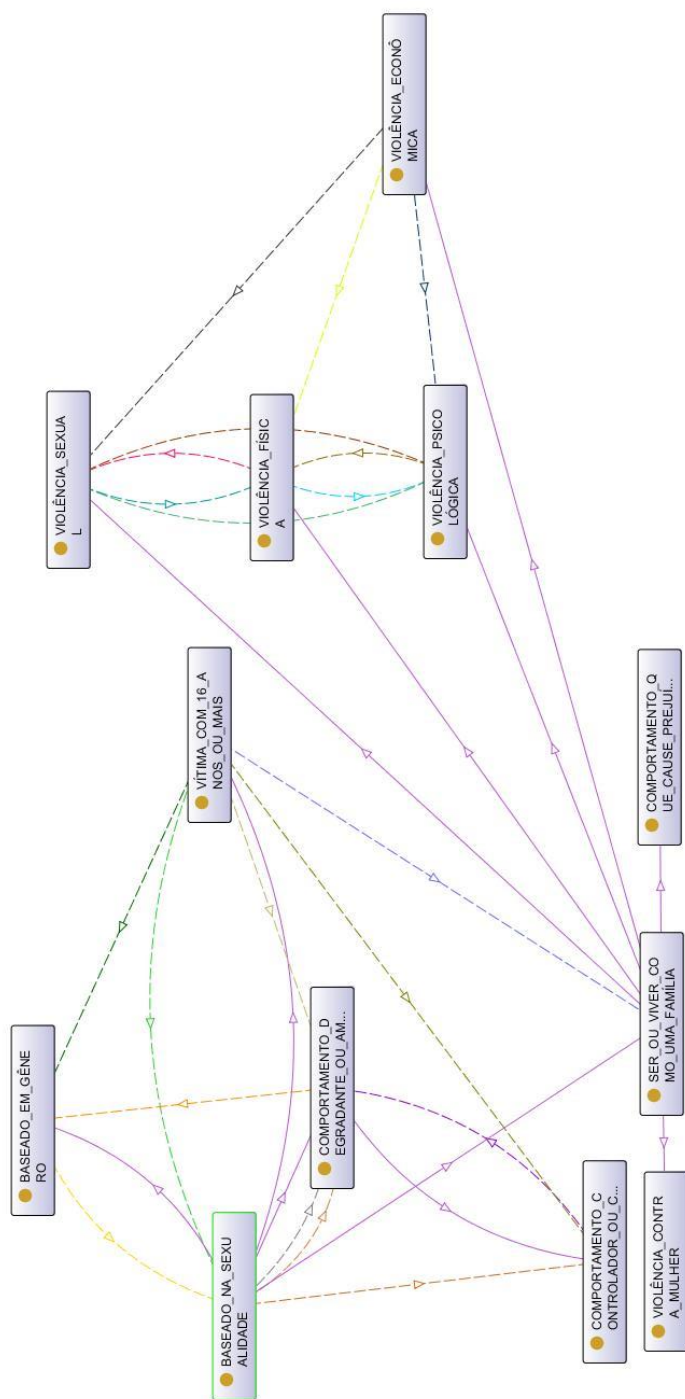
d) Vértice inicial: meios para homens controlarem mulheres



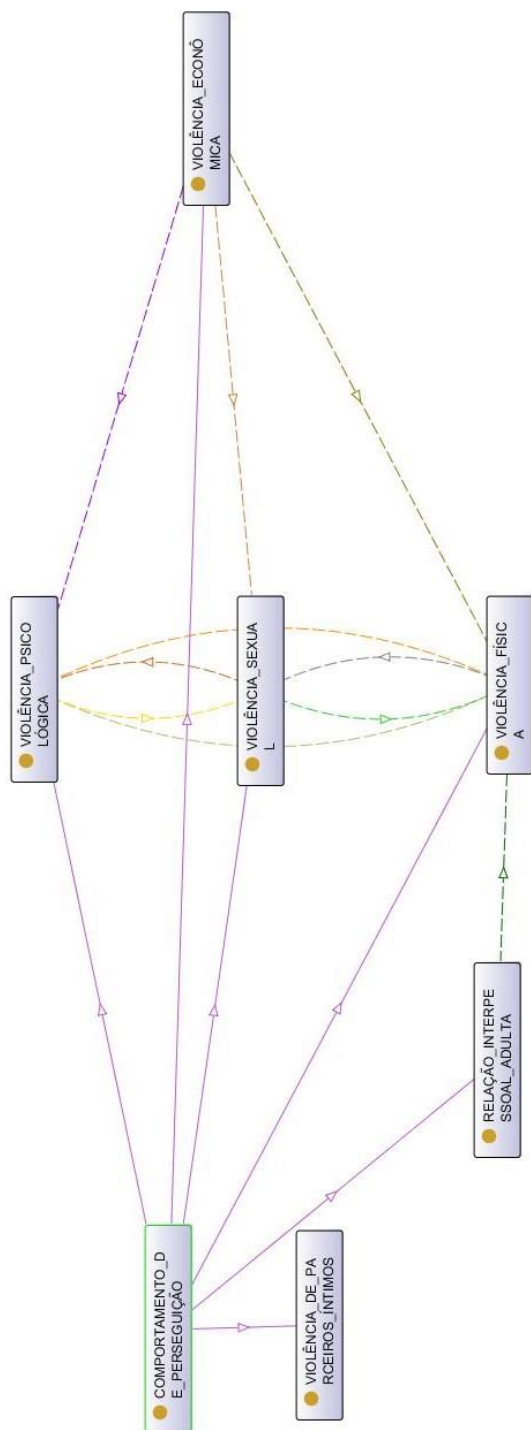
e) Vértice inicial: ofensa a par romântico



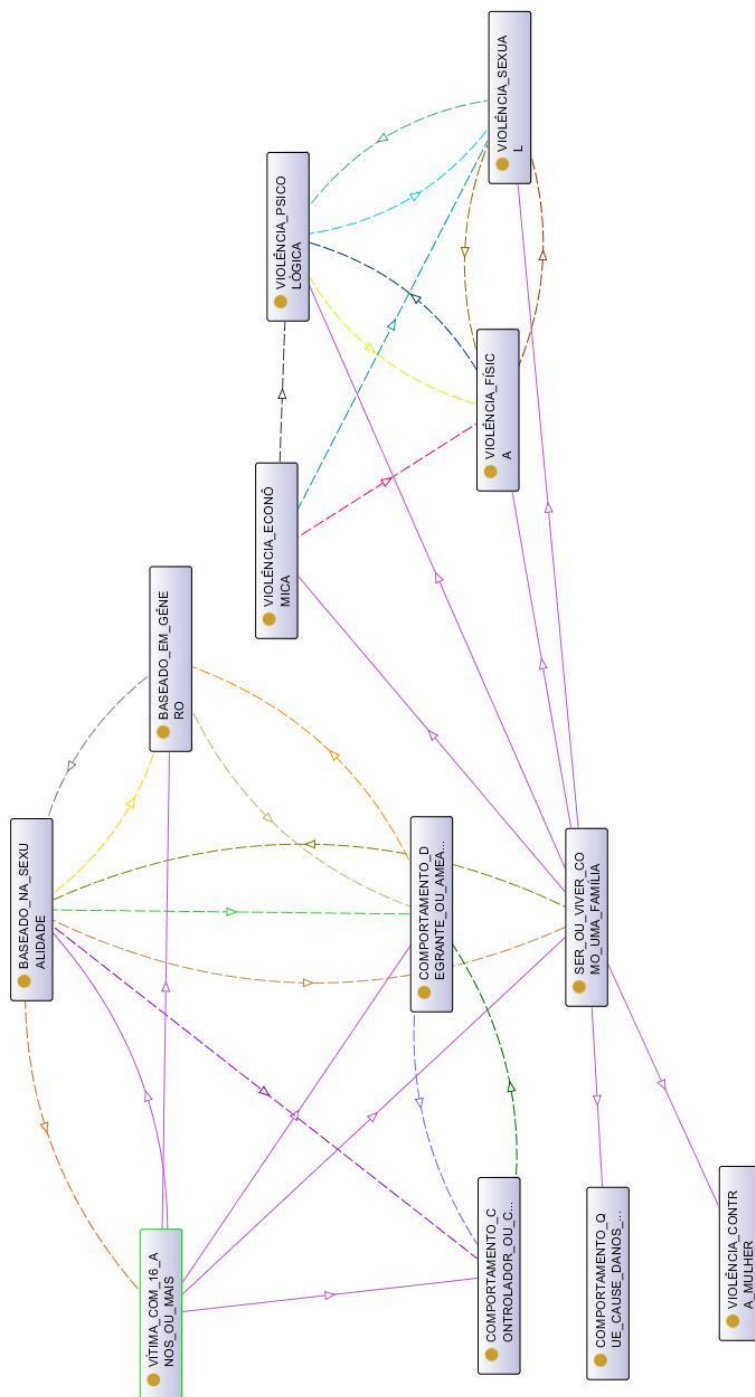
f) Vértice inicial: baseado na sexualidade



g) Vértice inicial: comportamento de perseguição



h) Vértice inicial: vítima com ao menos 16 anos

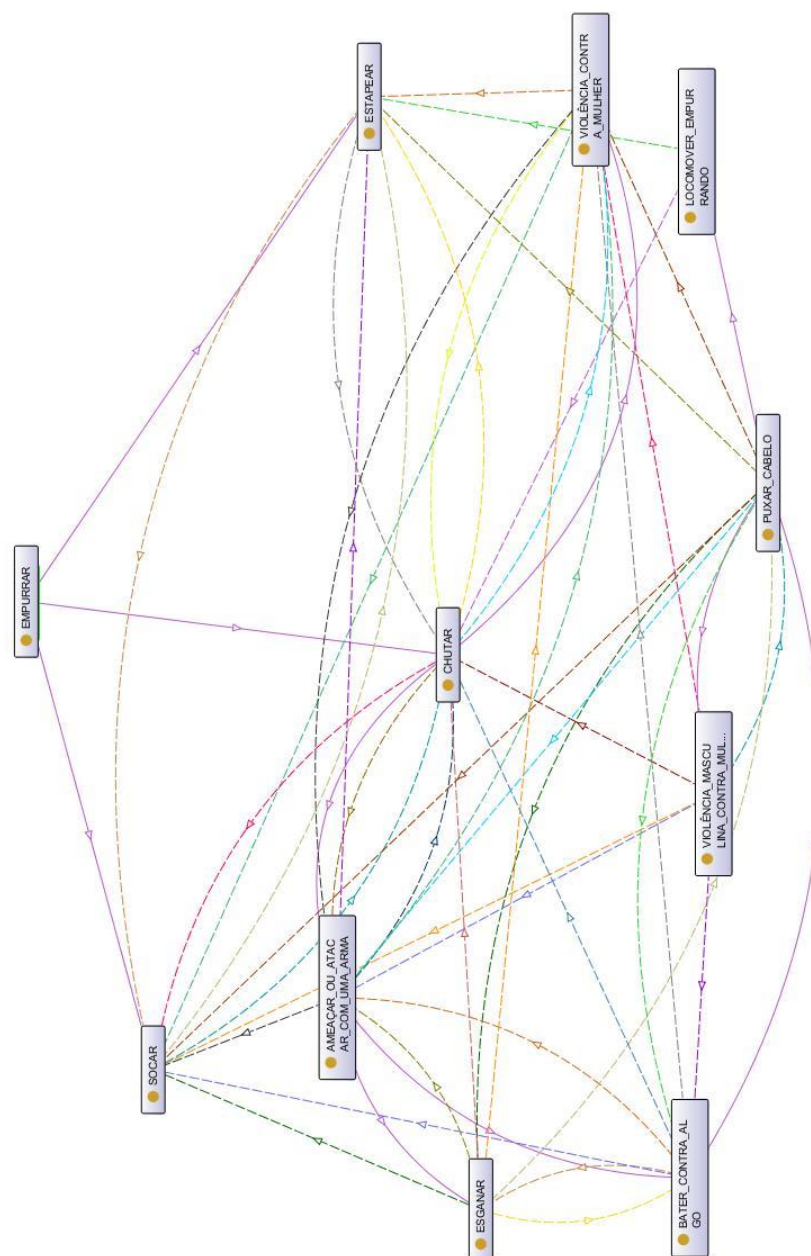


APÊNDICE D – TERMOS ORIGINAIS E TERMOS PROTÉGÉ PARA “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”

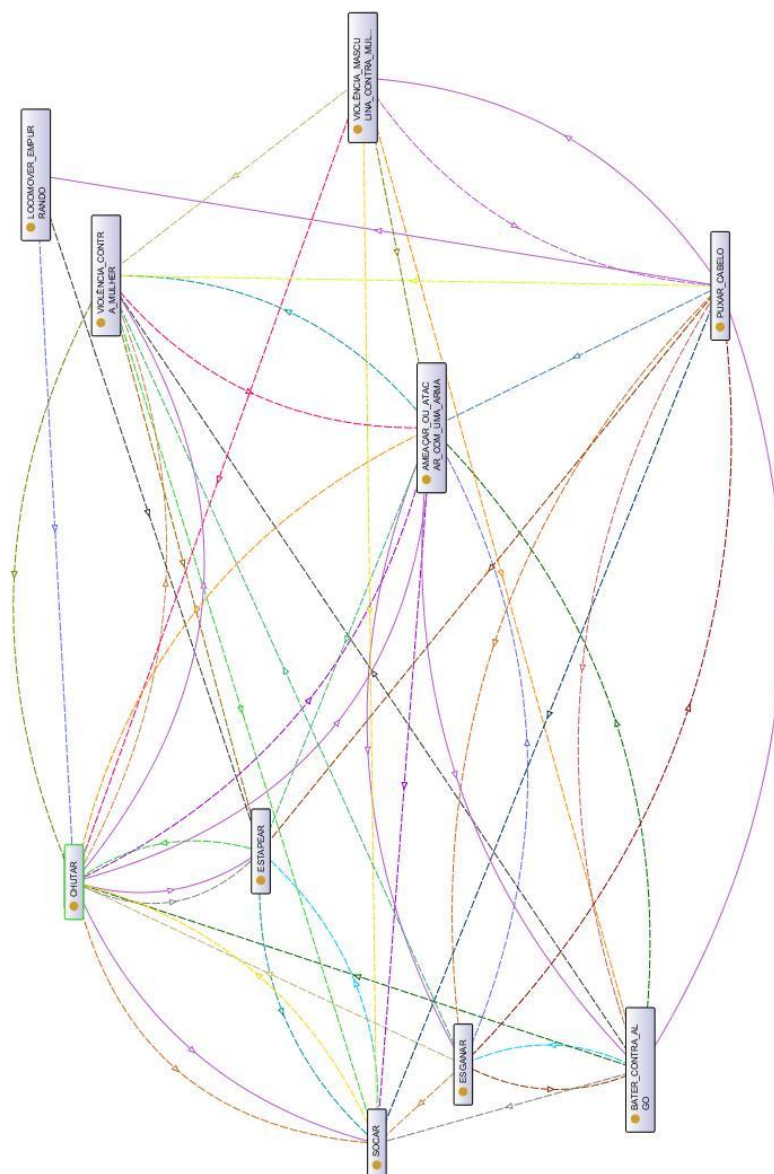
TERMOS ORIGINAIS	TERMOS REPRESENTADOS NO PROTÉGÉ
ABUSO DE CRIANÇAS E IDOSOS	ABUSO_DE_CRIANÇAS_E_IDOSOS
VIOLÊNCIA FÍSICA	VIOLÊNCIA_FÍSICA
VIOLÊNCIA SEXUAL	VIOLÊNCIA_SEXUAL
VIOLÊNCIA DE PARCEIROS ÍNTIMOS	VIOLÊNCIA_DE_PARCEIROS_ÍNTIMOS
MEIOS PARA HOMENS CONTROLAREM MULHERES	MEIOS_PARA_HOMENS_CONTROLAREM_E ...
PADRÃO SISTEMÁTICO DE PODER E CONTROLE EM UM RELACIONAMENTO ÍNTIMO	PADRÃO_SISTEMÁTICO DE PODER E ...
ABUSO DE PODER OU AUTORIDADE	ABUSO_DE PODER OU AUTORIDADE
COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR	COMPORTAMENTO_DEGRADANTE_OU_AM ...
BASEADO EM GÊNERO	BASEADO_NO_GÊNERO
COMPORTAMENTO CONTROLADOR OU COERCITIVO	COMPORTAMENTO_CONTROLADOR_OU_C
BASEADO NA SEXUALIDADE	BASEADO_NA_SEXUALIDADE
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	VIOLÊNCIA_PSICOLÓGICA
SER OU VIVER COMO UMA FAMÍLIA	SER_OU_VIVER_COMO_UMA_FAMÍLIA
COMPORTAMENTO QUE CAUSE PREJUÍZO FÍSICO OU PSICOLÓGICO	COMPORTAMENTO_QUE_CAUSE_PREJU...
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	VIOLÊNCIA_CONTRA_MULHER
VÍTIMA COM AO MENOS 16 ANOS	VÍTIMA_COM_16_ANOS_OU MAIS
INFLUÊNCIA SOCIAL DA IDEOLOGIA DO PATRIARCADO	INFLUÊNCIA_DO PATRIARCADO COMO..
VIOLÊNCIA ECONÔMICA	VIOLÊNCIA_ECONÔMICA
OFENSAS CONTRA UM PARCEIRO ROMÂNTICO	OFENSAS_CONTRA_PARCEIROS_ROM
COMPORTAMENTO DE PERSEGUIÇÃO	COMPORTAMENTO_DE PERSEGUIÇÃO
RELAÇÃO INTERPESSOAL ADULTA	RELAÇÃO_INTERPESSOAL_ADULTA
COMPORTAMENTO QUE CAUSE DANOS AO BEM-ESTAR DA CRIANÇA	COMPORTAMENTO_QUE_CAUSE_DANOS_ ...

APÊNDICE E – REDES SEMÂNTICAS DO CONJUNTO DE VIOLÊNCIA FÍSICA

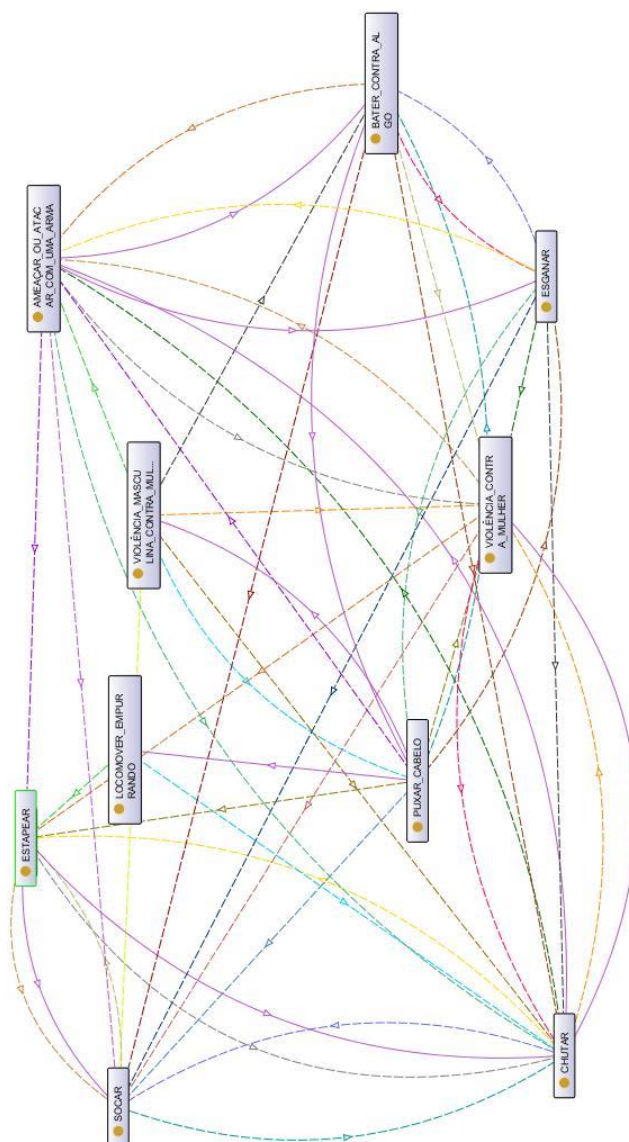
a) Vértice inicial: empurrar



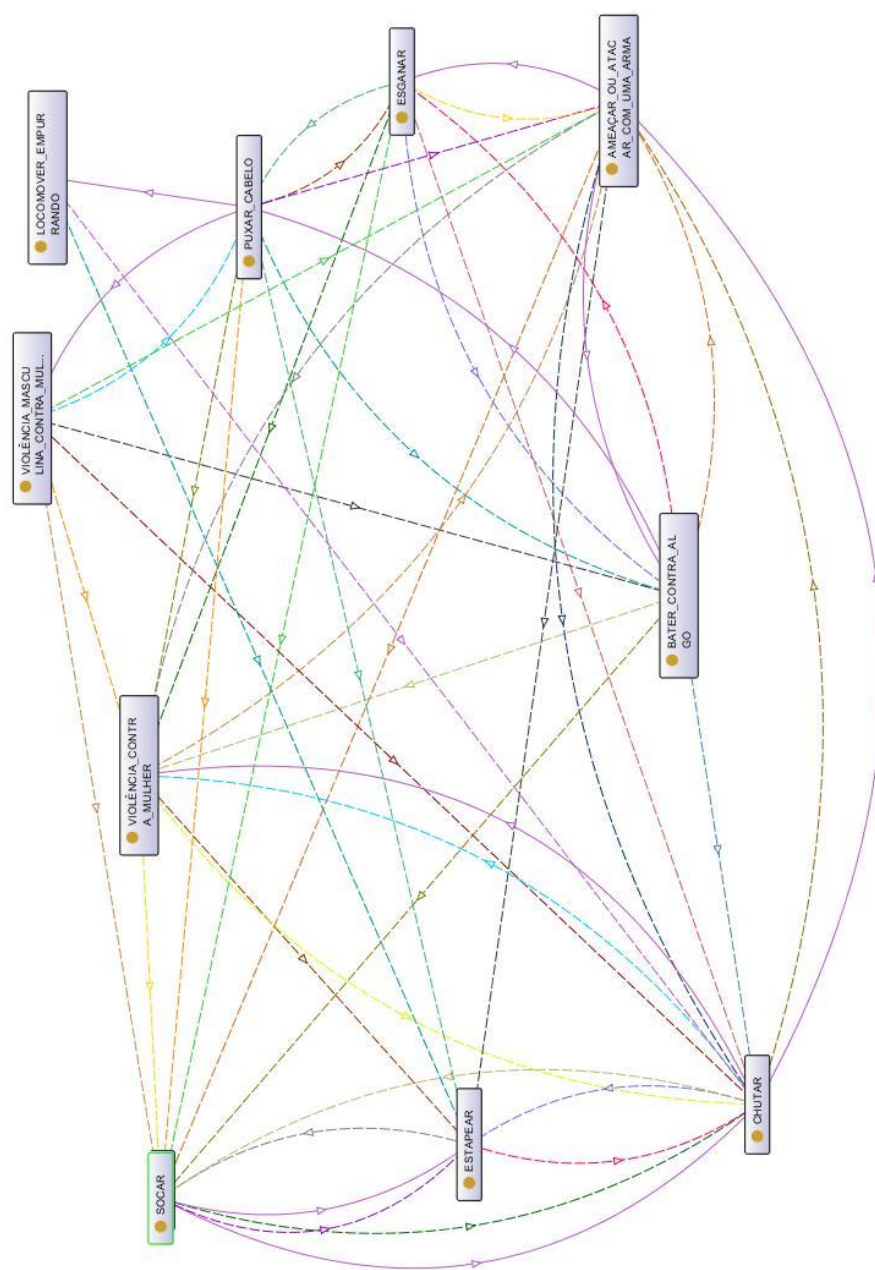
b) Vértice inicial: chutar



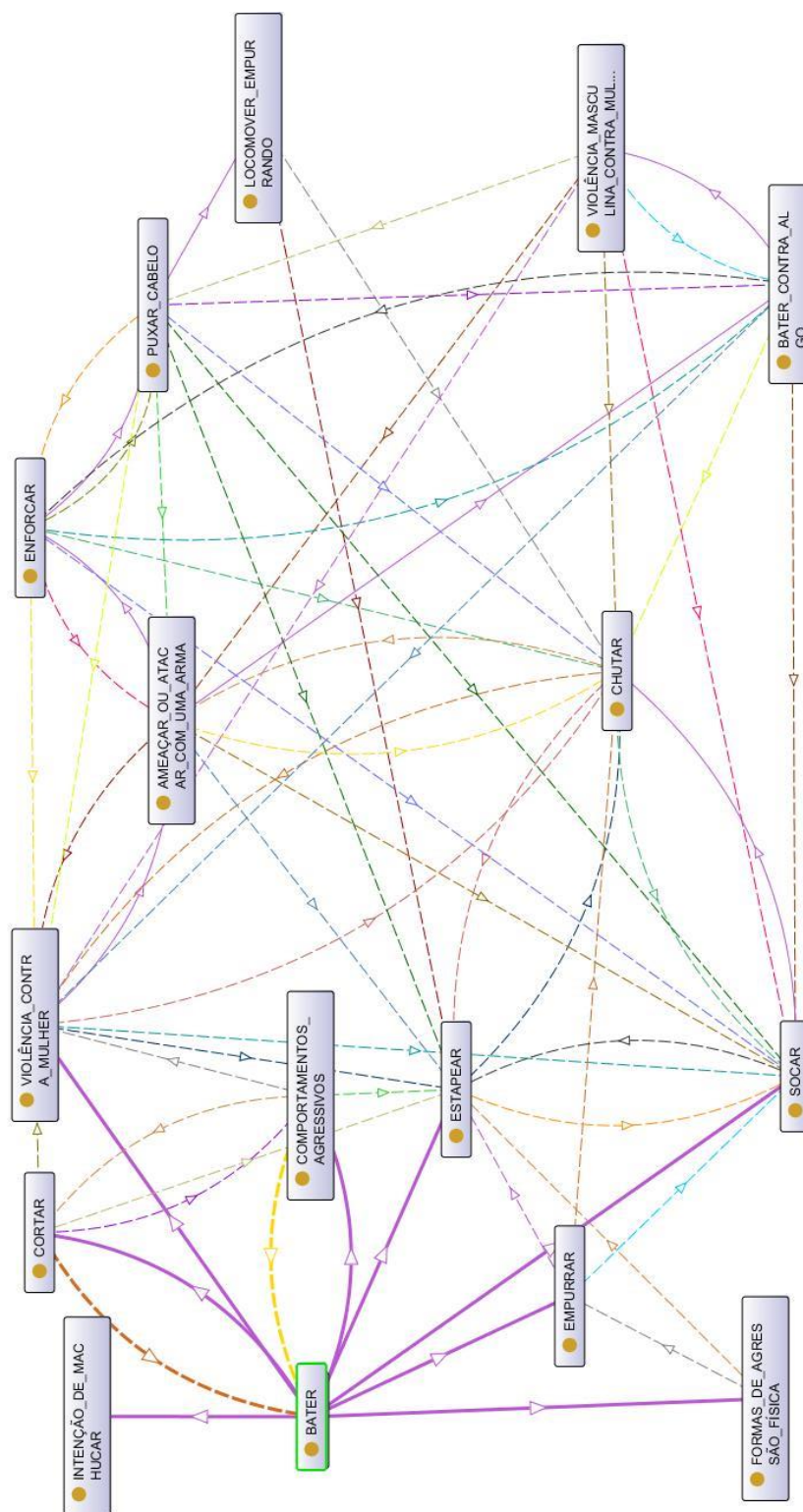
c) Vértice inicial: estapear



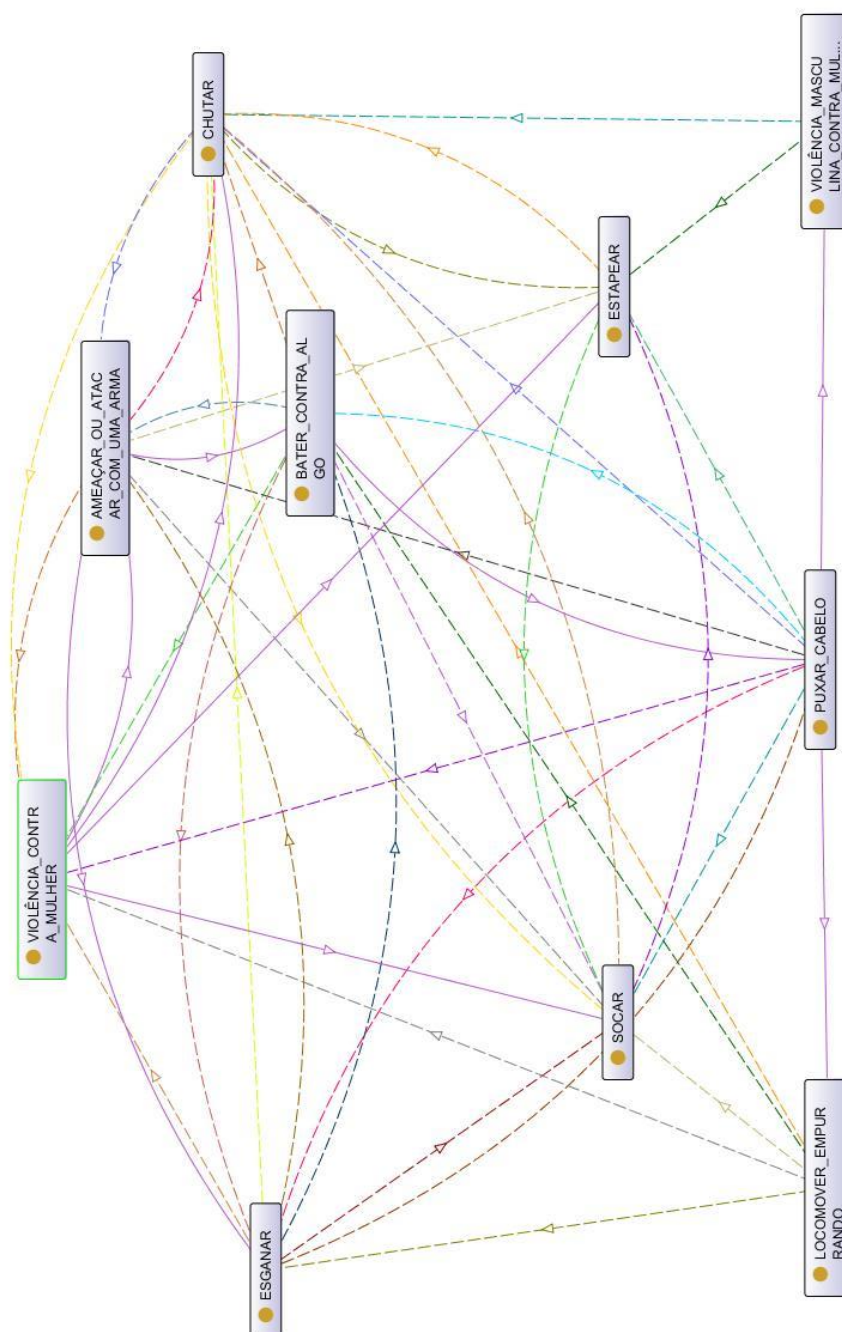
d) Vértice inicial: socar



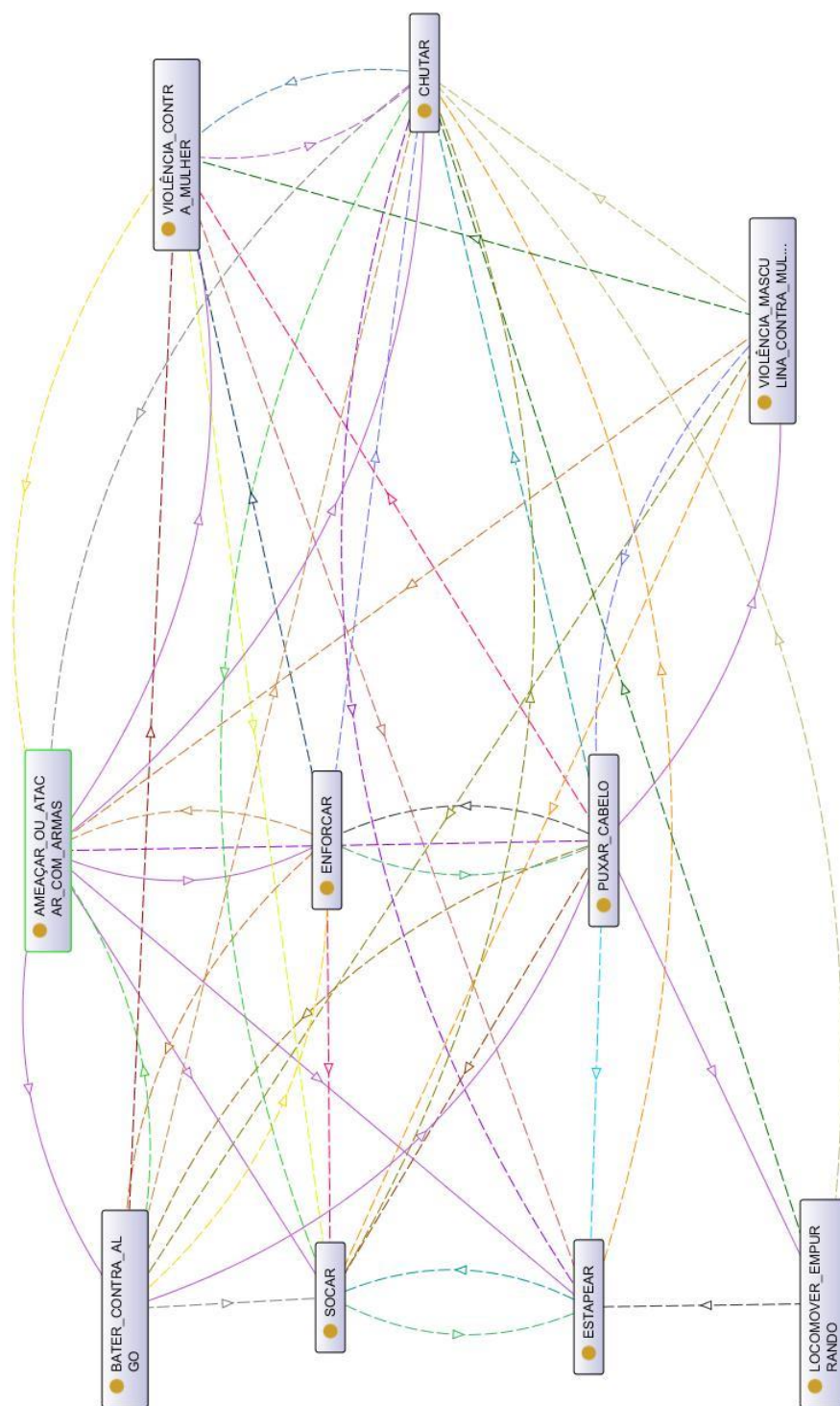
e) Vértice inicial: bater



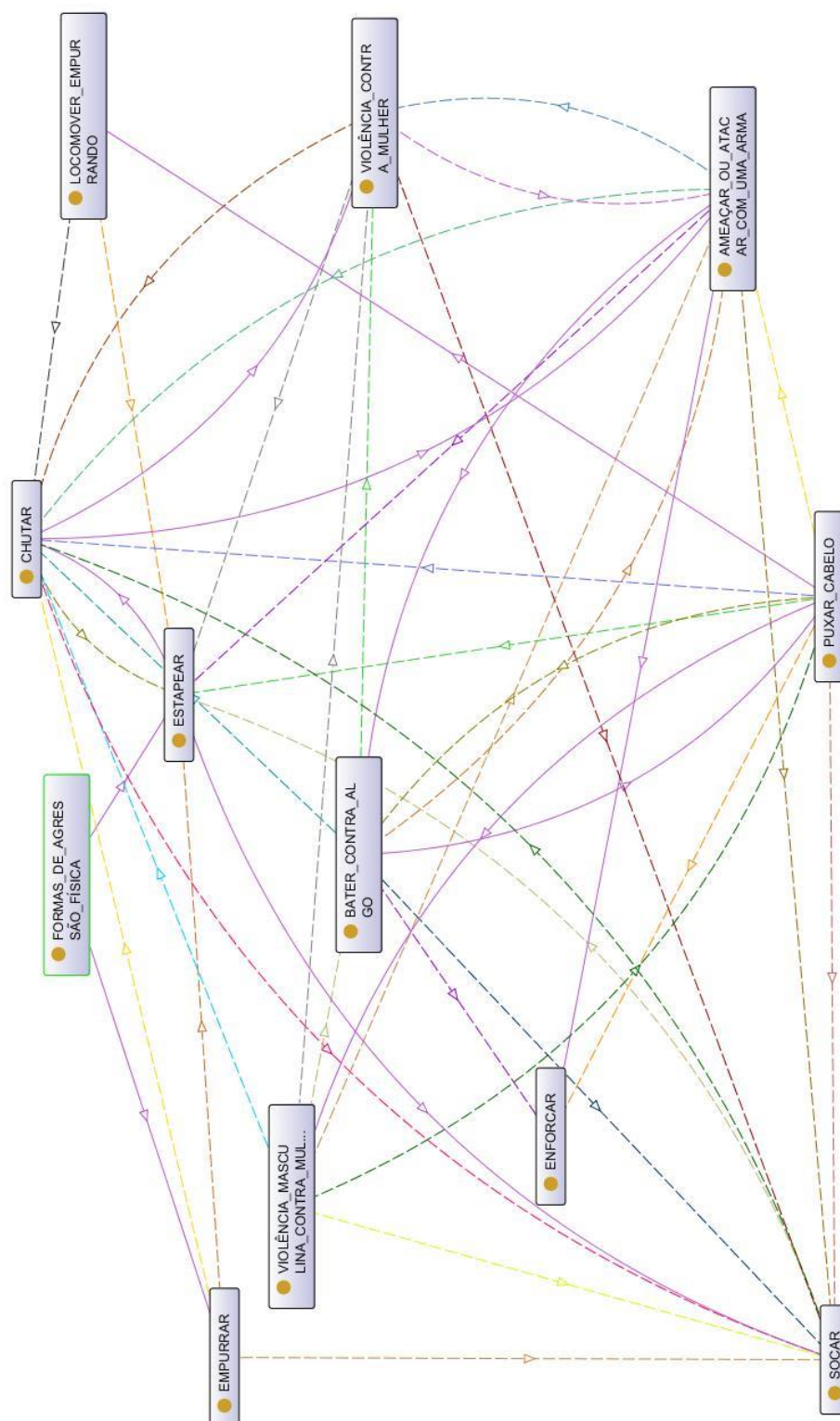
f) Vértice inicial: violência contra mulher



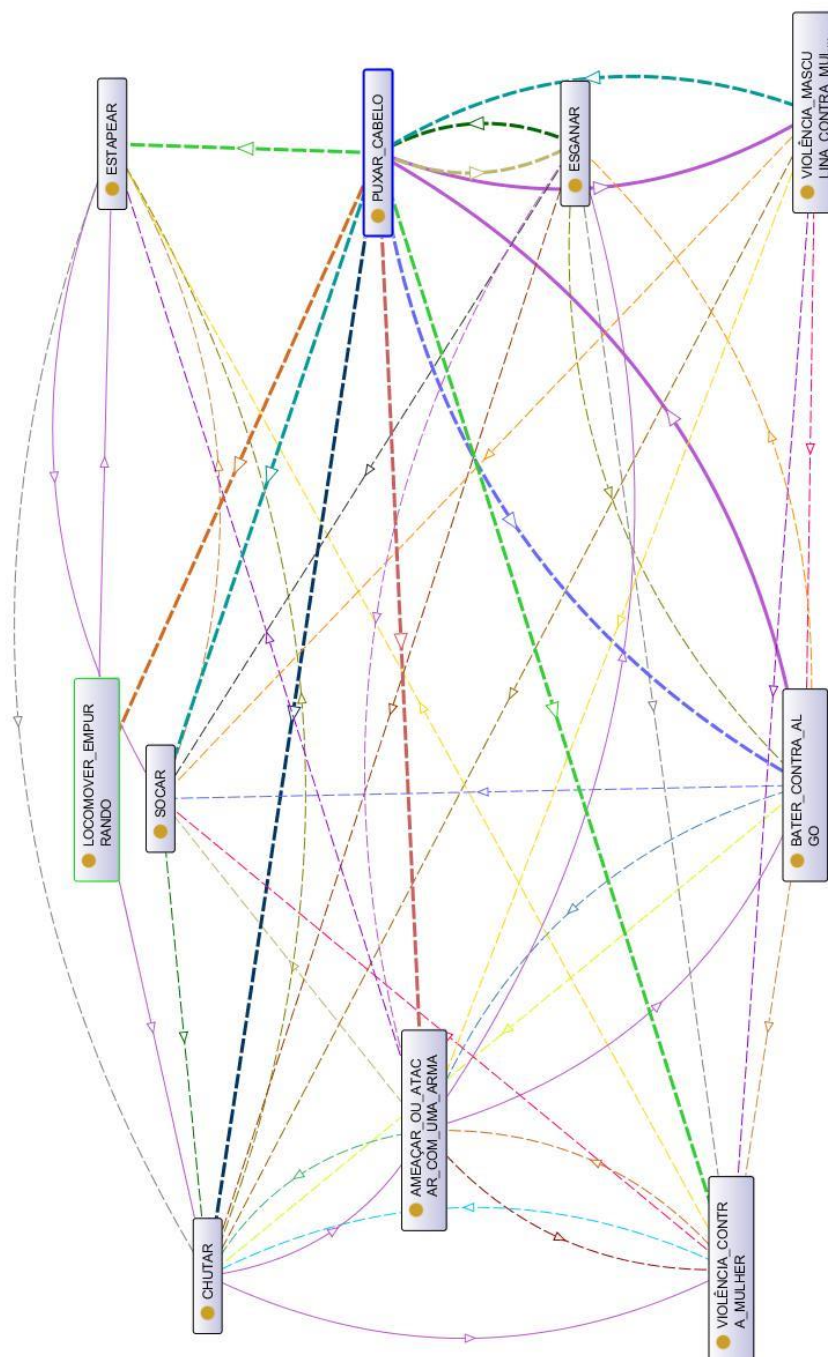
g) Vértice inicial: ameaçar ou atacar com uma arma



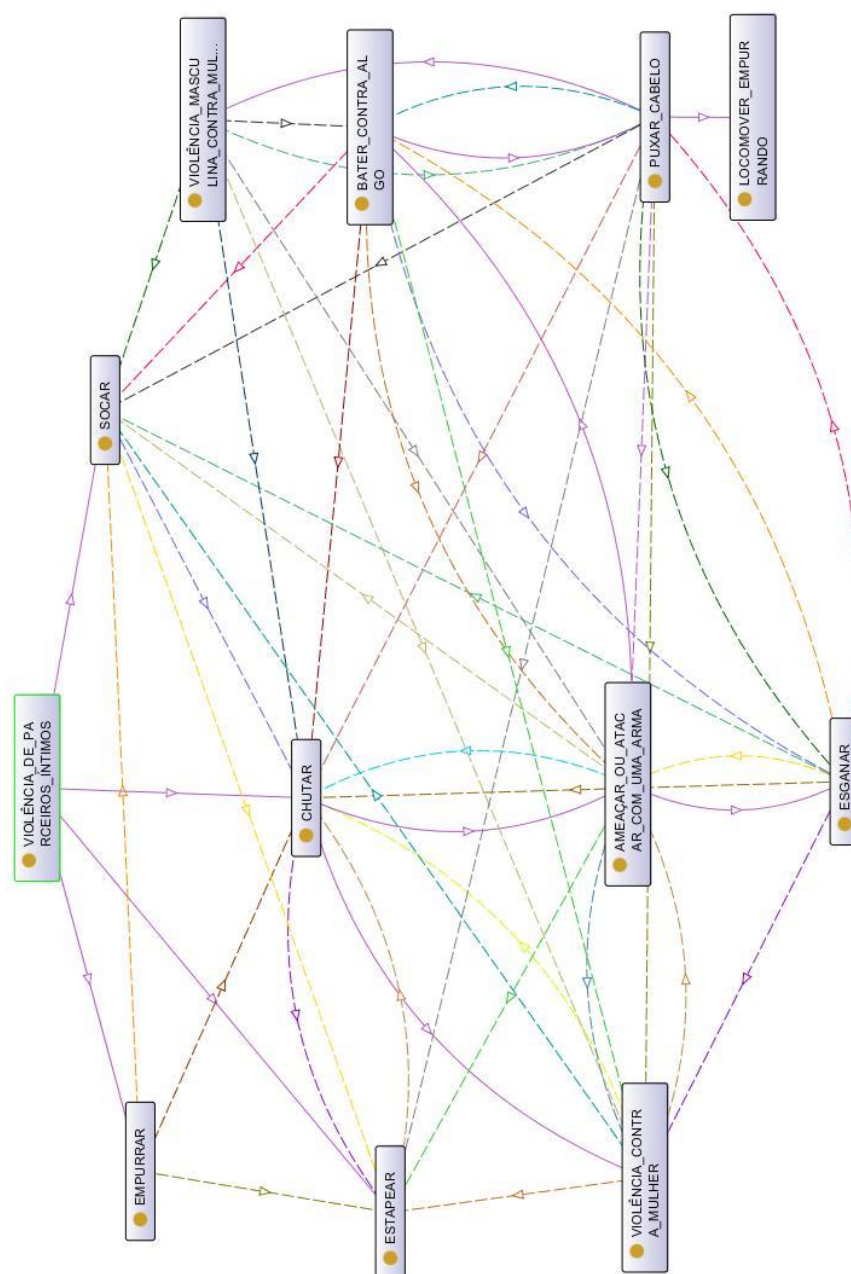
h) Vértice inicial: formas de agressão física



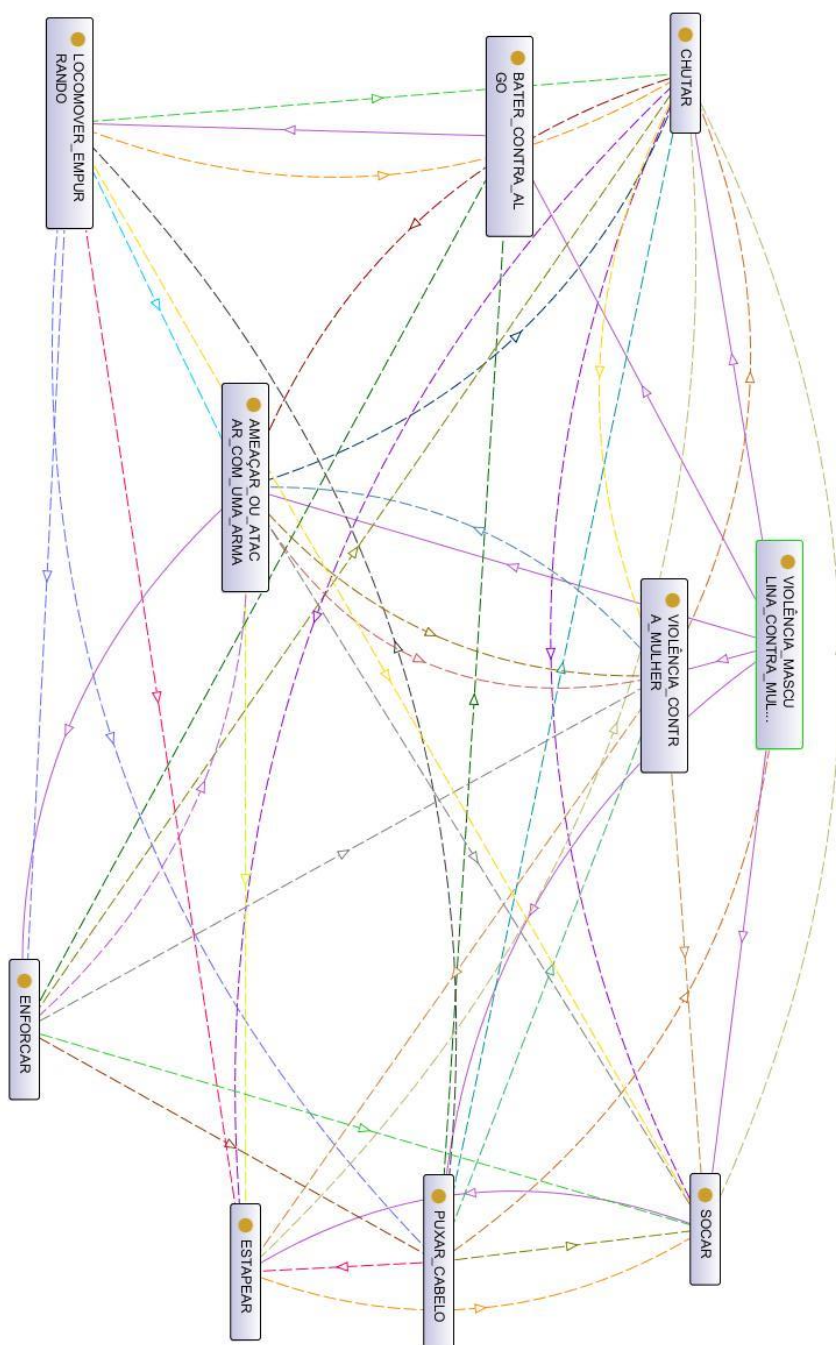
i) Vértice inicial: locomover empurrando



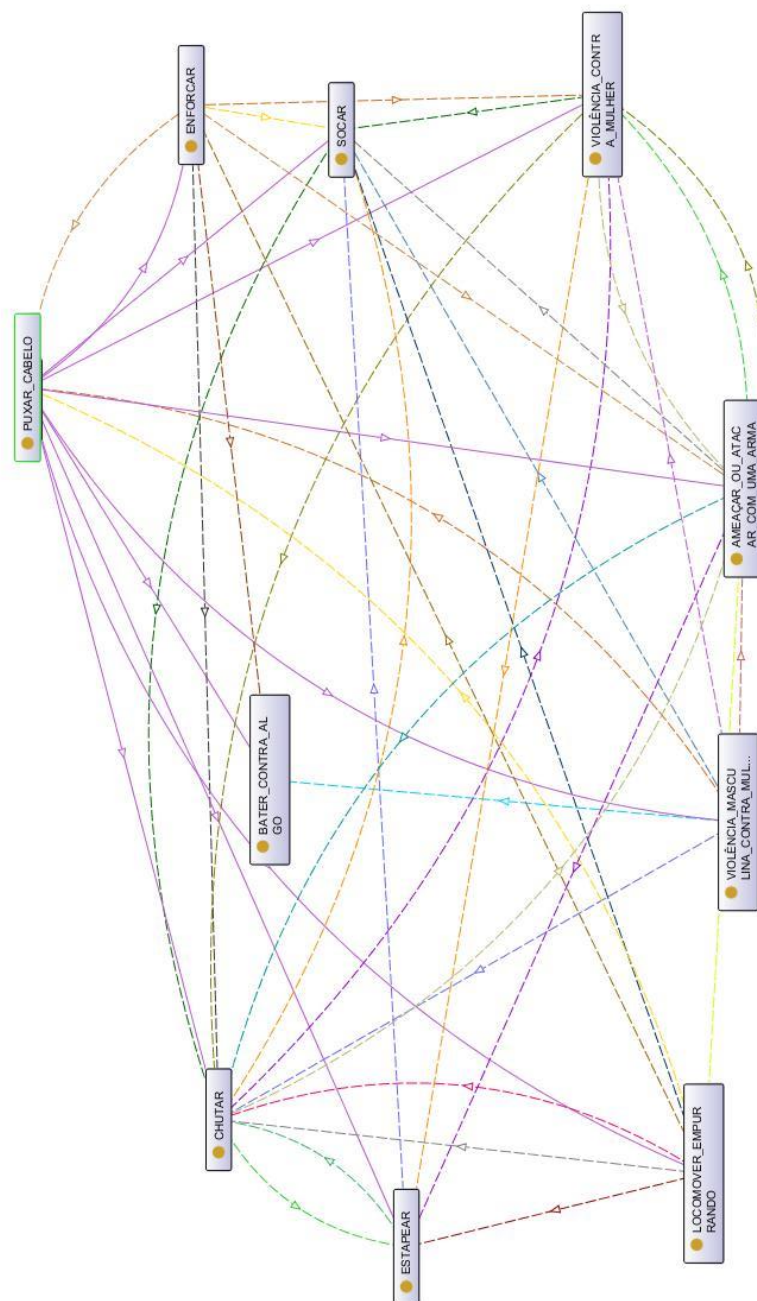
j) Vértice inicial: violência de parceiros íntimos



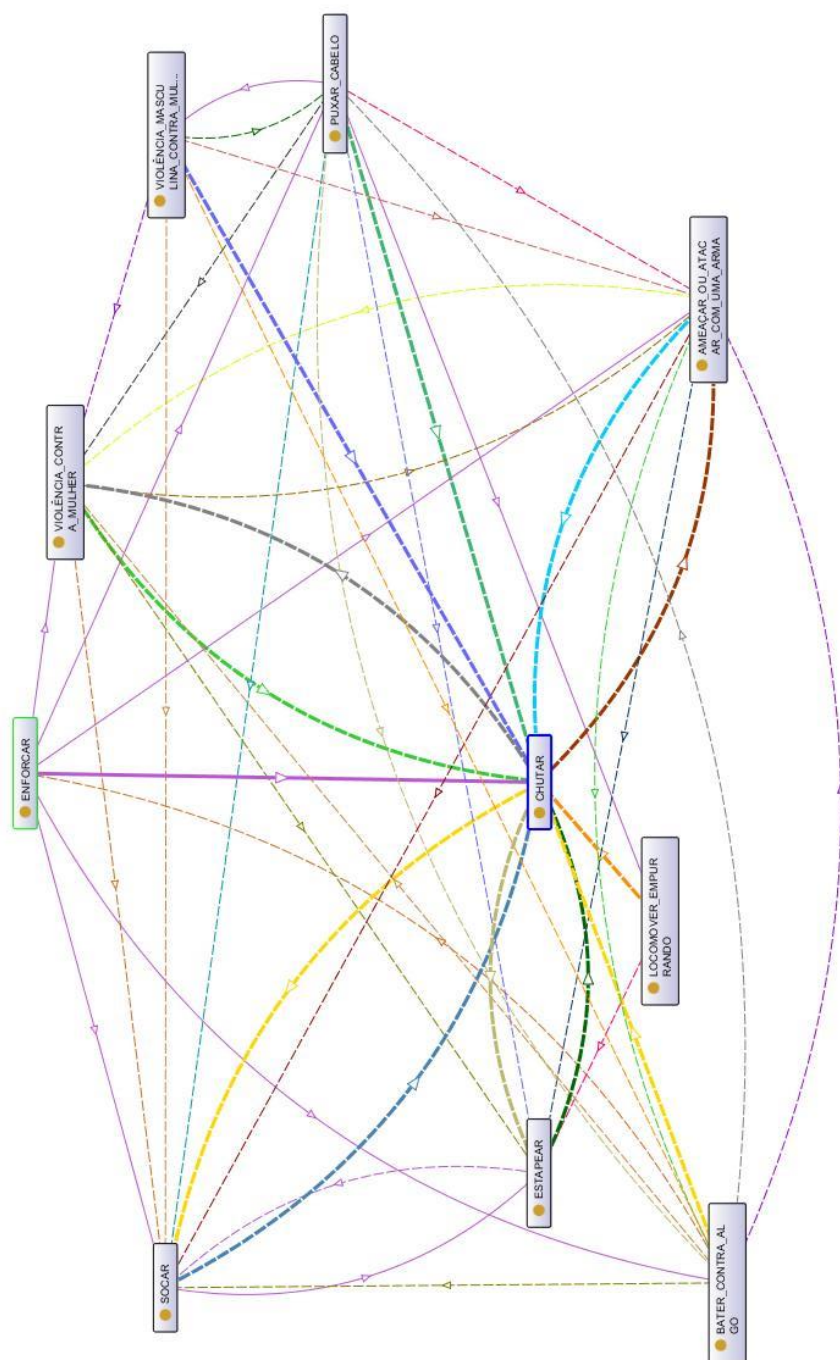
k) Vértice inicial: violência masculina contra mulher



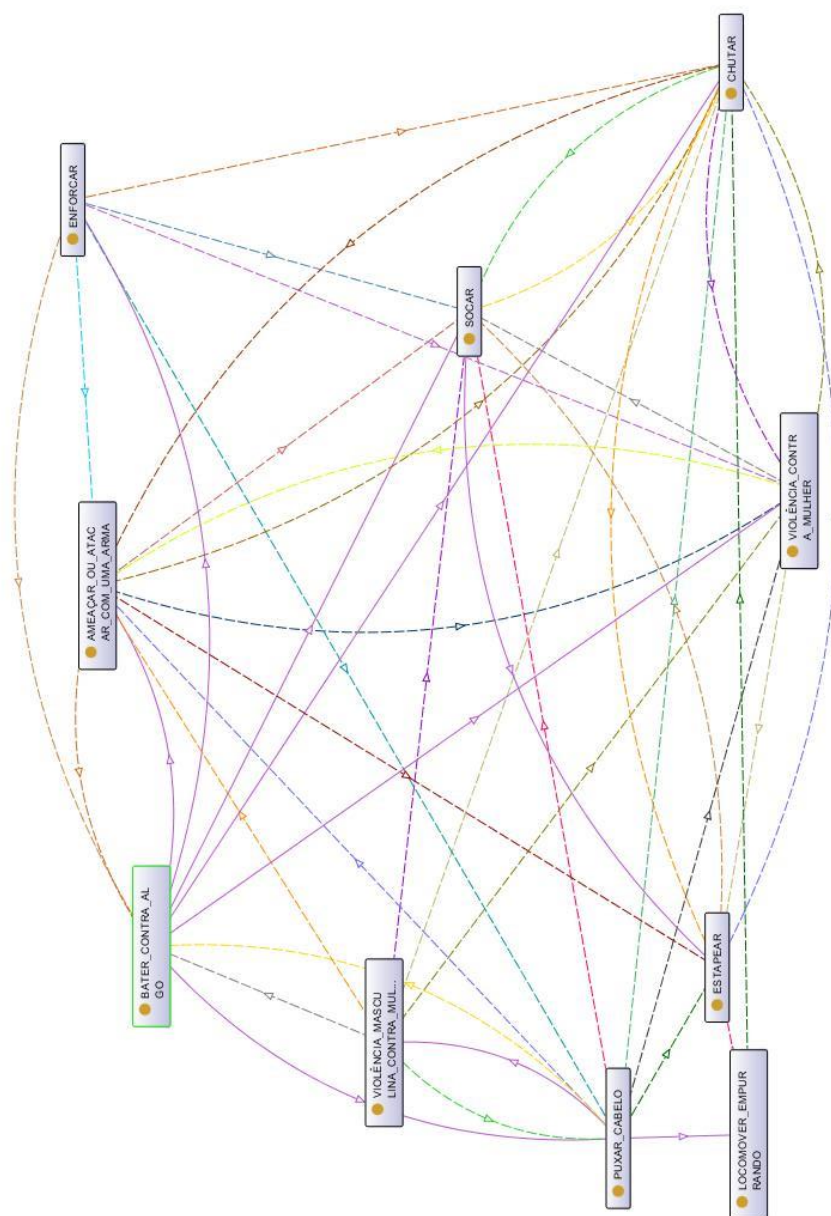
I) Vértice inicial: puxar cabelo



m) Vértice inicial: enforçar



n) Vértice inicial: bater contra algo

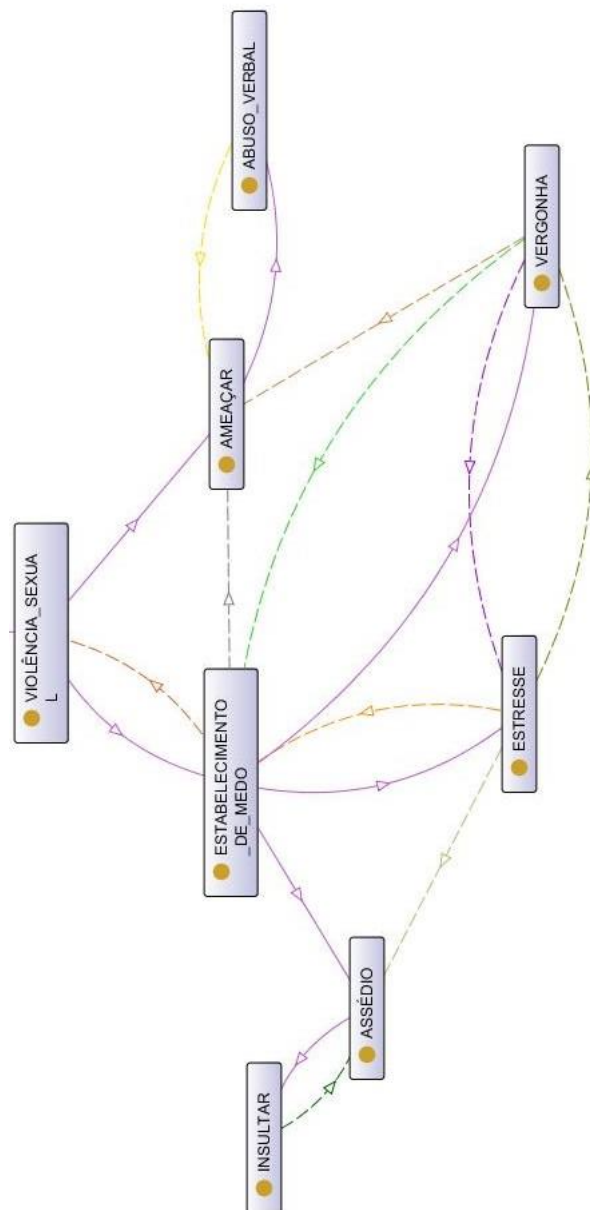


APÊNDICE F – TERMOS ORIGINAIS E TERMOS PROTÉGÉ PARA “VIOÊNCIA FÍSICA”

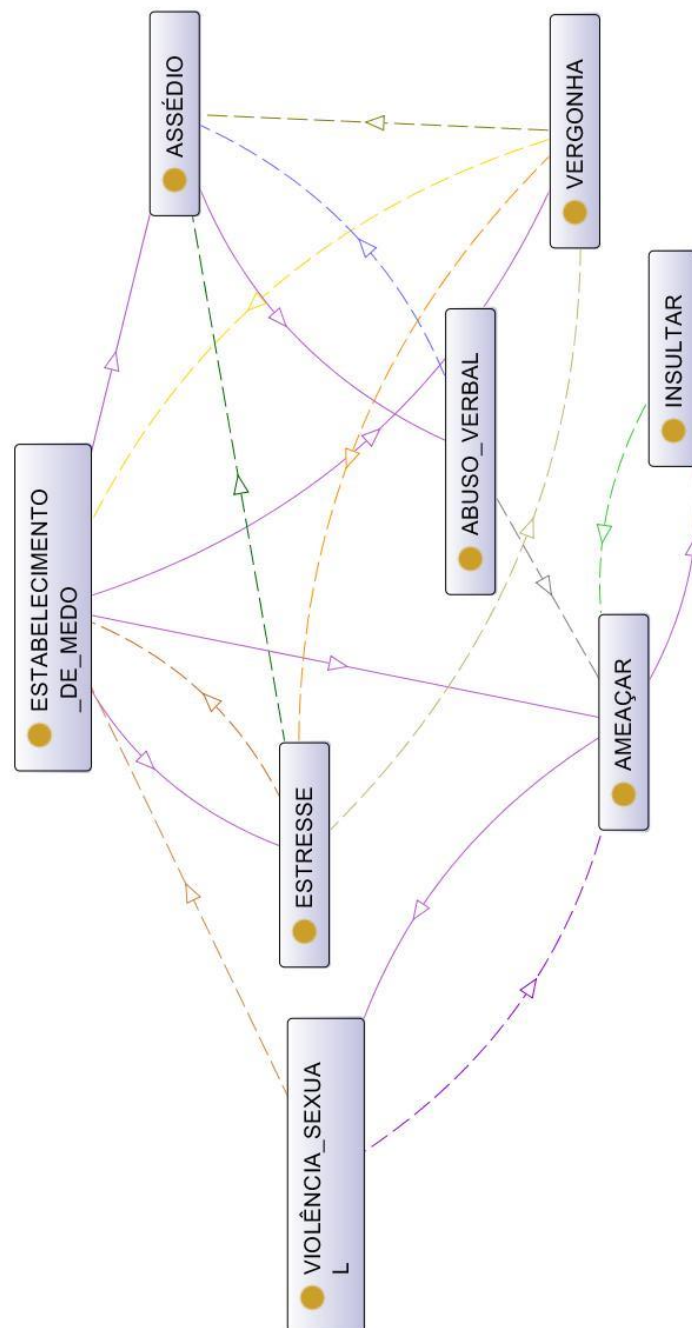
TERMO ORIGINAL	TERMO PROTÉGÉ
AMEAÇAR OU ATACAR COM UMA ARMA	AMEAÇAR OU ATACAR COM UMA ARMA
CHUTAR	CHUTAR
BATER CONTRA ALGO	BATER CONTRA ALGO
ESTAPEAR	ESTAPEAR
ESGANAR	ESGANAR
SOCAR	SOCAR
EMPURRAR	EMPURRAR
PUXAR CABELO	PUXAR CABELO
LOCOMOVER EMPURRANDO	LOCOMOVER EMPURRANDO
VIOÊNCIA MASCULINA CONTRA MULHER	VIOÊNCIA MASCULINA CONTRA MUL...
VIOÊNCIA CONTRA MULHER	VIOÊNCIA CONTRA MULHER
VIOÊNCIA DE PARCEIROS ÍNTIMOS	VIOÊNCIA DE PARCEIROS ÍNTIMOS
BATER	BATER
INTENÇÃO DE MACHUCAR	INTENÇÃO DE MACHUCAR
FORMAS DE AGRESSÃO FÍSICA	FORMAS DE AGRESSÃO FÍSICA
COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS	COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS

APÊNDICE G – REDES SEMÂNTICAS DO CONJUNTO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

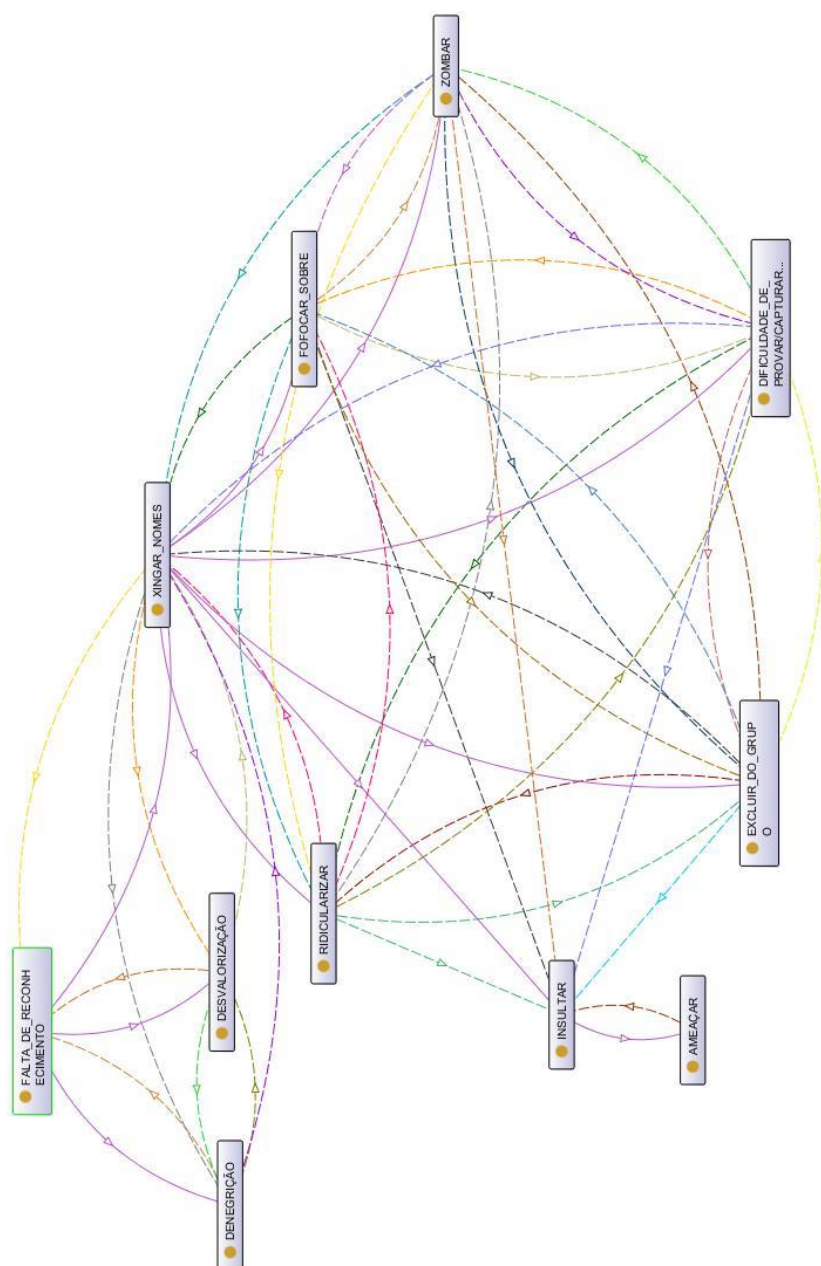
a) Vértice inicial: violência sexual



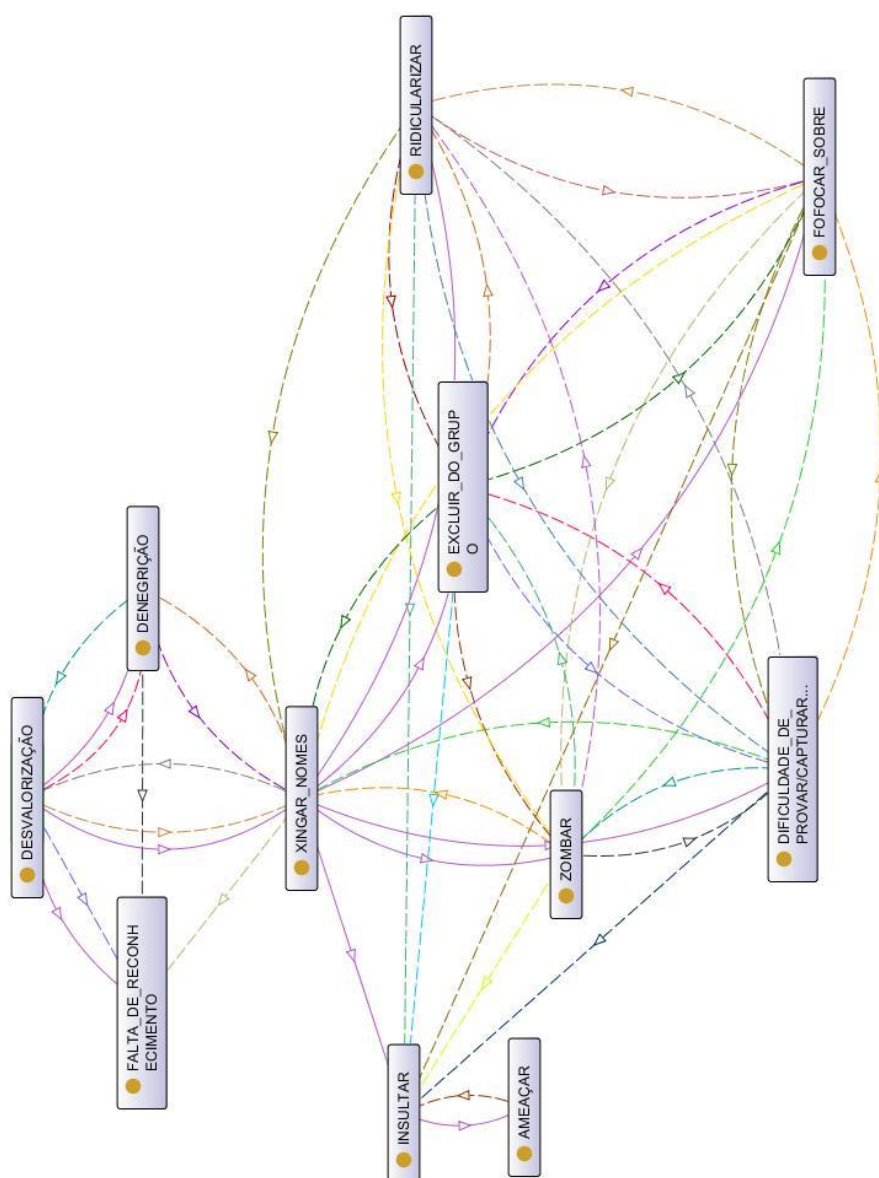
- b) Vértice inicial: estabelecimento de medo como forte elemento em relações sociais



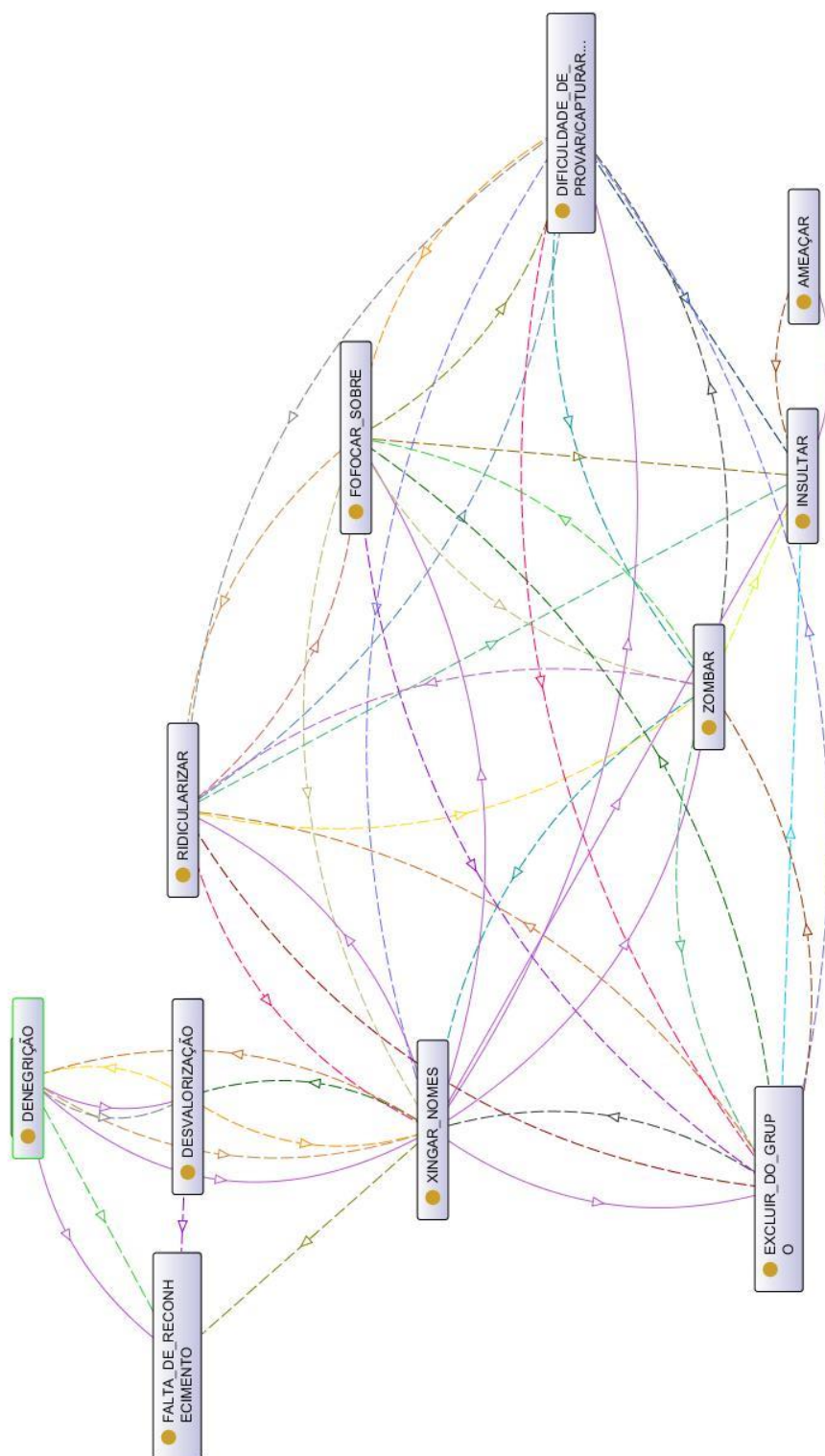
c) Vértice inicial: falta de reconhecimento



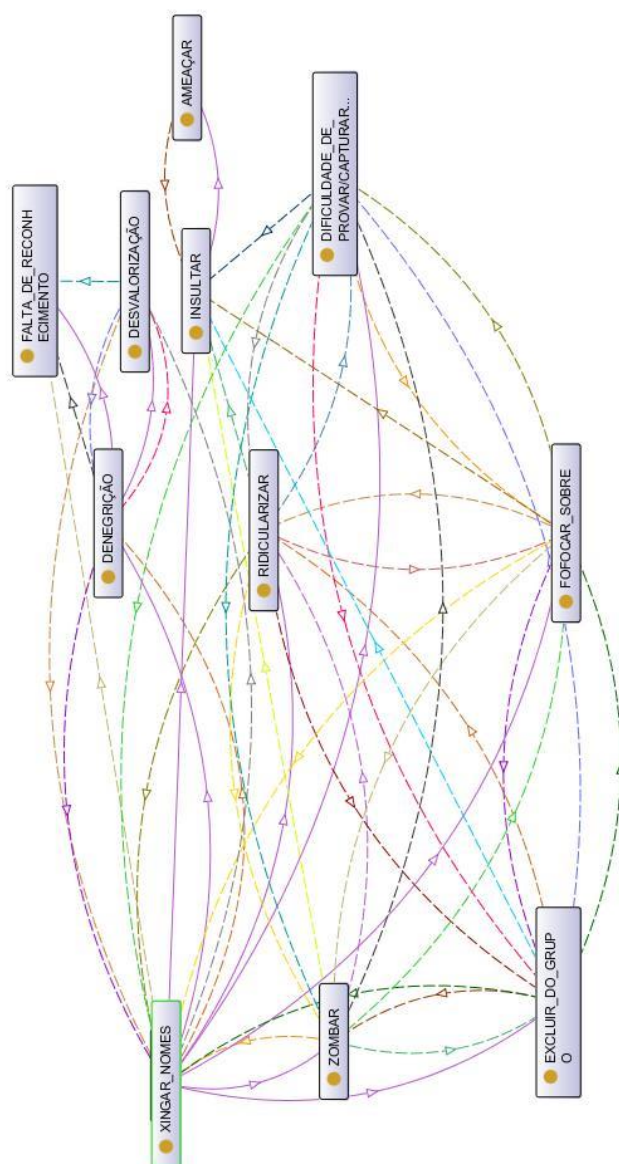
d) Vértice inicial: desvalorização



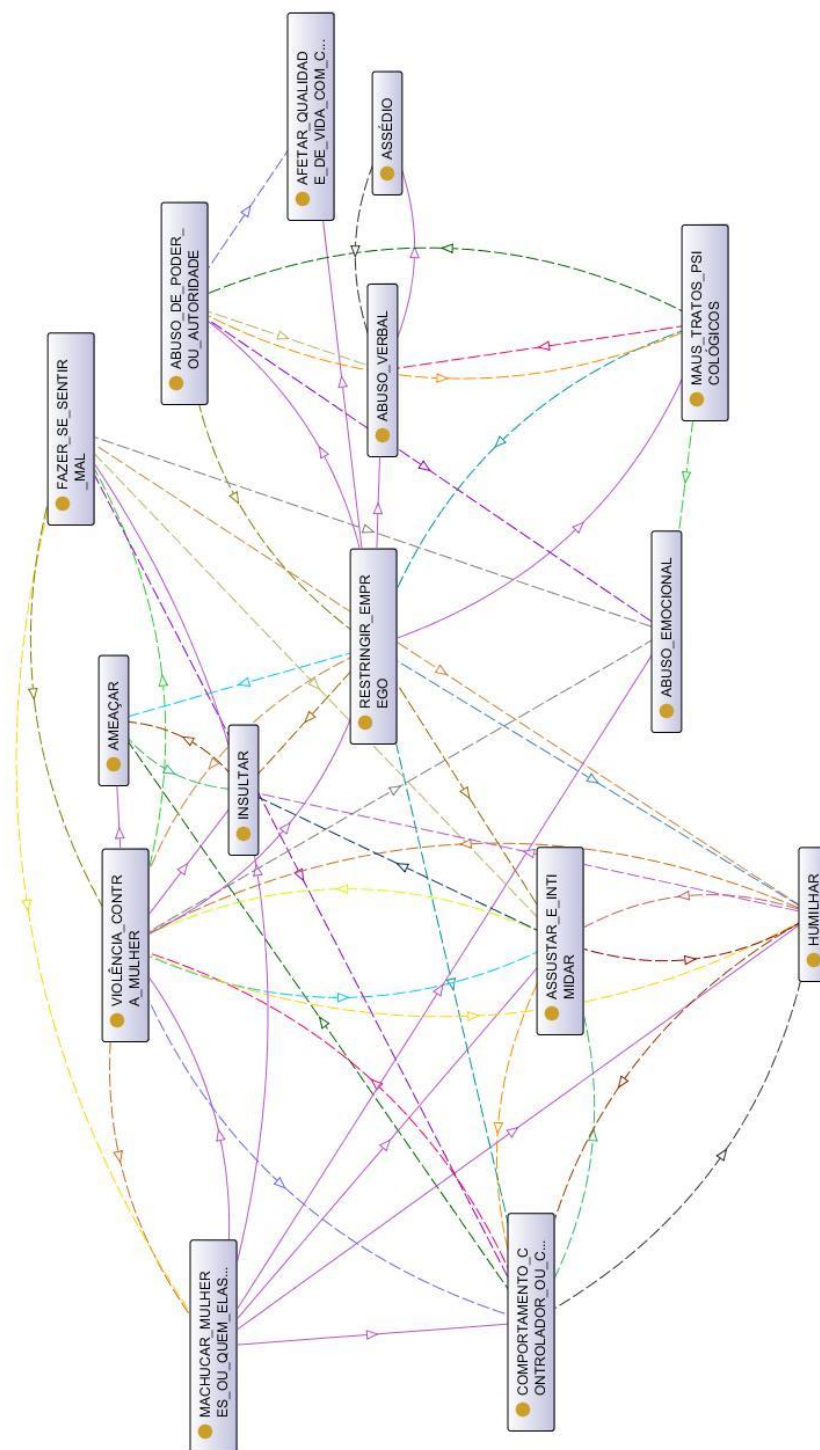
e) Vértice inicial: denegrir



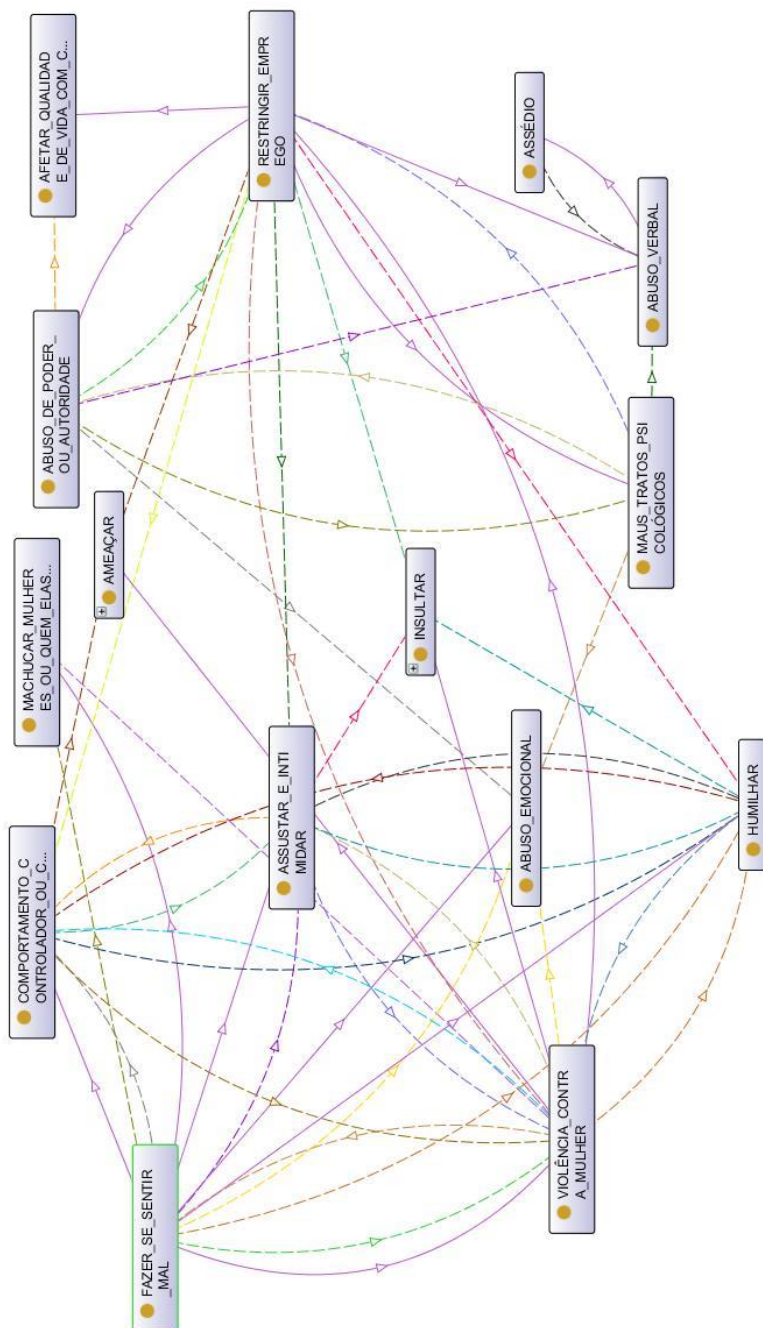
f) Vértice inicial: xingar nomes



g) Vértice inicial: machucar mulheres ou quem elas amam



h) Vértice inicial: envergonhar (fazer se sentir mal)

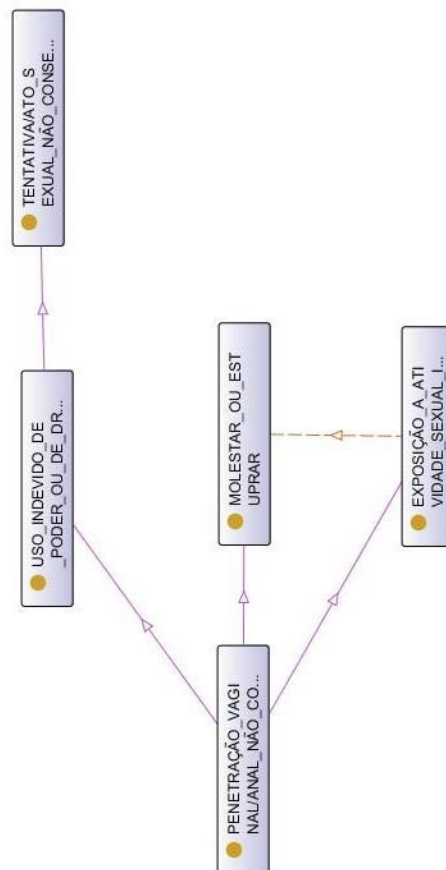


APÊNDICE H – TERMOS ORIGINAIS E TERMOS PROTÉGÉ PARA “VIOLÊNCIA FÍSICA”

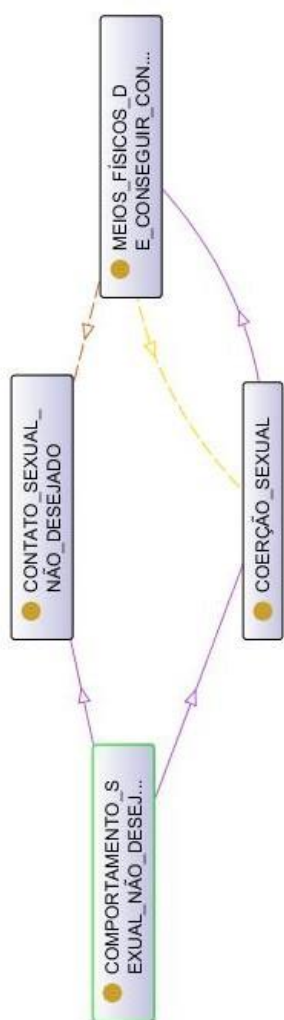
TERMO ORIGINAL	TERMO PROTÉGÉ
ENVERGONHAR (<i>MAKE TO FEEL BAD</i>)	FAZER_SE_SENTIR_MAL
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	VIOLÊNCIA_CONTRA_MULHER
COMPORTAMENTO CONTROLADOR OU COERCITIVO	COMPORTAMENTO_CONTROLADOR_OU_C...
MACHUCAR MULHERES OU QUEM ELAS AMAM	MACHUCAR_MULHERES_OU_QUEM_ELAS...
AMEAÇAR	AMEAÇAR
ABUSO DE PODER OU AUTORIDADE	ABUSO_DE_PODER_OU_AUTORIDADE
COMPORTAMENTOS QUE AFETEM QUALIDADE DE VIDA	AFETAR_QUALIDADE_DE_VIDA_COM_C...
RESTRINGIR EMPREGO	RESTRINGIR_EMPREGO
INSULTAR	INSULTAR
ASSÉDIO	ASSÉDIO
ASSUSTAR E INTIMIDAR	ASSUSTAR_E_INTIMIDAR
ABUSO EMOCIONAL	ABUSO_EMOCIONAL
HUMILHAR	HUMILHAR
ABUSO VERBAL	ABUSO_VERBAL
MAUS-TRATOS PSICOLÓGICOS	MAUS_TRATOS_PSICOLÓGICOS
FALTA DE RECONHECIMENTO	FALTA_DE_RECONHECIMENTO
RIDICULARIZAR	RIDICULARIZAR
DESVALORIZAÇÃO	DESVALORIZAÇÃO
DENEGRIR	DENEGRIÇÃO
EXCLUIR DO GRUPO	EXCLUIR_DO_GRUPO
FOFOCAR SOBRE	FOFOCAR SOBRE
DIFICULDADE DE CAPTURAR/PROVAR ESSE TIPO DE VIOLÊNCIA	DIFICULDADE_DE_PROVAR/CAPTURAR
ZOMBAR	ZOMBAR
XINGAR NOMES	XINGAR_NOMES
ESTEBELECIMENTO DO MEDO COMO FORTE ELEMENTO EM RELAÇÕES SOCIAIS	ESTABELECIMENTO_DO_MEDO
VIOLÊNCIA SEXUAL	VIOLÊNCIA_SEXUAL
VERGONHA	VERGONHA
ESTRESSE	ESTRESSE

APÊNDICE I – REDES SEMÂNTICAS RELACIONADAS AO CONJUNTO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

a) Vértice inicial: penetração vaginal/anal não consentida



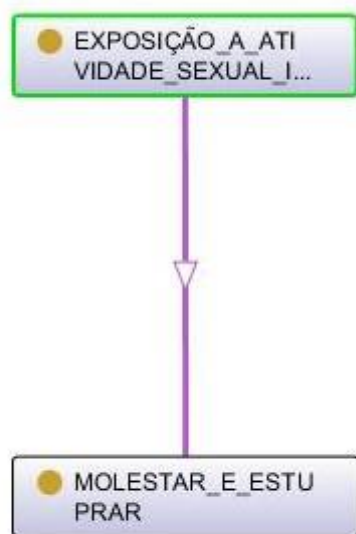
b) Vértice inicial: comportamento sexual não desejado



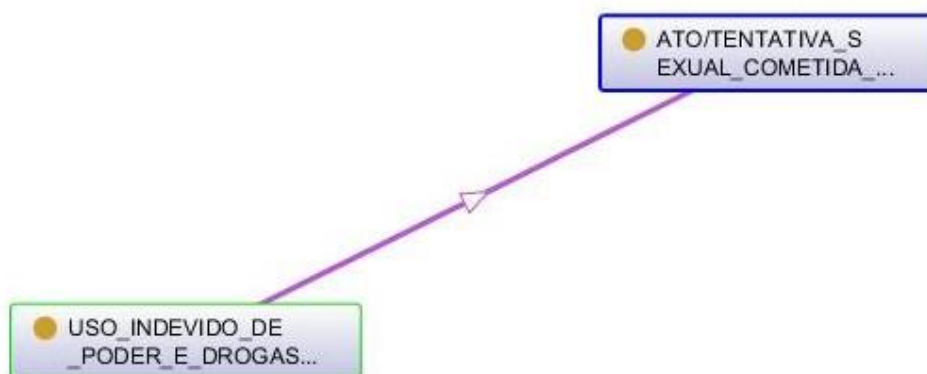
c) Vértice inicial: abuso sexual



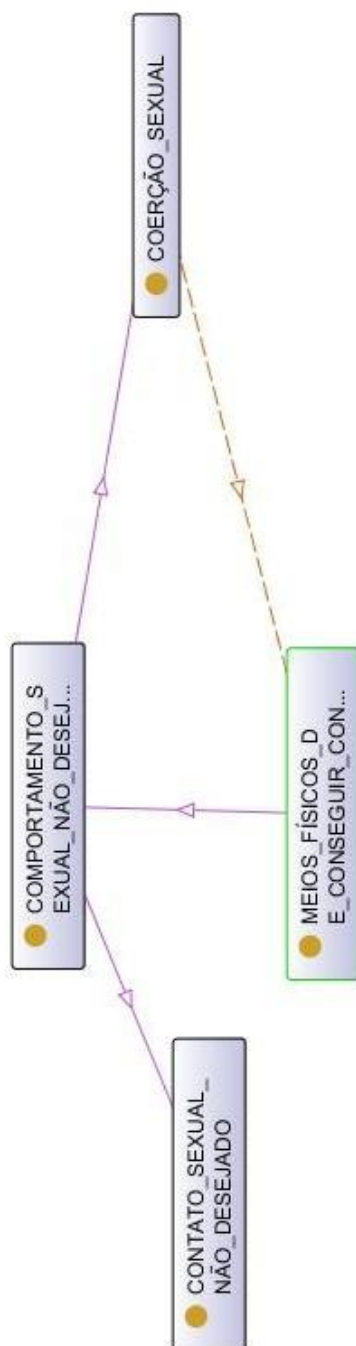
d) Vértice inicial: atividade sexual não desejada



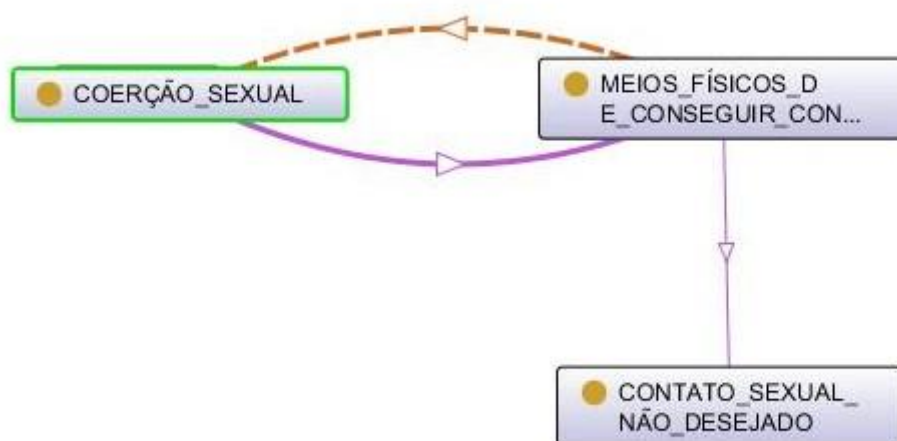
- e) Vértice inicial: uso indevido de poder e drogas para conseguir contato sexual



f) Vértice inicial: meios físicos de conseguir contato sexual não desejado



g) Vértice inicial: coerção sexual



APÊNDICE J – TERMOS ORIGINAIS E TERMOS PROTÉGÉ PARA “VIOLÊNCIA SEXUAL”

TERMO ORIGINAL	TERMO PROTÉGÉ
PENTRAÇÃO VAGINAL/ANAL NÃO CONSENTIDA	PENETRAÇÃO_VAGINAL/ANAL_NÃO_CO...
USO INDEVIDO DE PODER OU DE DROGAS PARA CONSEGUIR CONTATO SEXUAL	USO_INDEVIDO_DE_PODER_OU_DE_DR..
MOLESTAR OU ESTUPRAR	MOLESTAR_OU_ESTUPRAR
EXPOSIÇÃO A ATIVIDADES SEXUAIS NÃO DESEJADAS	EXPOSIÇÃO_A_ATIVIDADE_SEXUAL_I
TENTATIVA OU ATO SEXUAL NÃO CONSENTIDO	TENTATIVA/ATO_SEXUAL_NÃO_CONSE...
COMPORTAMENTO SEXUAL NÃO DESEJADO	COMPORTAMENTO_SEXUAL_NÃO_DESEJ...
COERÇÃO SEXUAL	COERÇÃO_SEXUAL
MEIOS FÍSICOS DE CONSEGUIR CONTATO SEXUAL	MEIOS_FÍSICOS_DE_CONSEGUIR_CON...
ABUSO SEXUAL	ABUSO_SEXUAL

**APÊNDICE K – RELAÇÃO DOS CONSEQUENTES DE TODOS OS TERMOS
ANTECEDENTES UTILIZADOS NO MODELO EM REDE DO CONCEITO DE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

VÉRTICE ANTECEDENTE	VÉRTICE CONSEQUENTE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO	PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA	QUEBRA DE DIREITOS HUMANOS FENÔMENO COMPLEXO
QUEBRA DE DIREITOS HUMANOS	PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA
FENÔMENO COMPLEXO	PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	VIOLÊNCIA DE PARCEIROS ÍNTIMOS SER MULHER MACHUCAR MULHERES OU QUEM ELAS AMAM COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR VIOLÊNCIA ECONÔMICA COMPORTAMENTO CONTROLADOR OU COERCITIVO ASSUSTAR E INTIMIDAR ASSÉDIO PSICOLÓGICO INSULTAR FORMAS DE AGRESSÃO FÍSICA AMEAÇAR OU ATACAR COM ARMA ENFORCAR
VIOLÊNCIA DE PARCEIROS ÍNTIMOS	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER FORMAS DE AGRESSÃO FÍSICA
SER MULHER	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
MACHUCAR MULHERES OU QUEM ELAS AMAM	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER COMPORTAMENTO CONTROLADOR OU COERCITIVO ASSUSTAR E INTIMIDAR ASSÉDIO PSICOLÓGICO COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR
	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR	COMPORTAMENTO CONTROLADOR OU COERCITIVO
	ASSUSTAR E INTIMIDAR
	INSULTAR
	MACHUCAR MULHERES OU QUEM ELAS AMAM
	ASSÉDIO PSICOLÓGICO
	BASEADO EM GÊNERO E SEXUALIDADE
	VÍTIMA COM AO MENOS 16 ANOS
	SER OU VIVER COMO FAMÍLIA
VIOLÊNCIA ECONÔMICA	VIOLÊNCIA FÍSICA
	VIOLÊNCIA SEXUAL
	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA
COMPORTAMENTO CONTROLADOR OU COERCITIVO	VIOLÊNCIA FÍSICA
	RELAÇÃO ÍNTIMA ENTRE ADULTOS
	VIOLÊNCIA ECONÔMICA
	VIOLÊNCIA SEXUAL
	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA
	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
	ASSUSTAR E INTIMIDAR
	COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR
	MEIOS PARA HOMENS CONTROLAREM MULHERES
ASSUSTAR E INTIMIDAR	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
	COMPORTAMENTO CONTROLADOR OU COERCITIVO
	COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR
	INSULTAR
ASSÉDIO PSICOLÓGICO	INSULTAR
	ABUSO DE AUTORIDADE
	VIOLÊNCIA ECONÔMICA
	COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR
INSULTAR	COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR
	ASSÉDIO PSICOLÓGICO
FORMAS DE AGRESSÃO FÍSICA	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
	AMEAÇAR OU ATACAR COM ARMAS
	ENFORCAR
	INTENÇÃO DE MACHUCAR
	CORTAR
	COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS
	TENTAR ESTRANGULAR OU QUEIMAR

AMEAÇAR OU ATACAR COM ARMAS	VIOÊNCIA CONTRA MULHER
	FORMAS DE AGRESSÃO FÍSICA
	ENFORCAR
ENFORCAR	FORMAS DE AGRESSÃO FÍSICA
	AMEAÇAR OU ATACAR COM ARMAS
	VIOÊNCIA CONTRA MULHER
ABUSO DE PODER OU AUTORIDADE	ASSÉDIO PSICOLÓGICO
	VIOÊNCIA ECONÔMICA
	COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR
VIOÊNCIA FÍSICA	VIOÊNCIA PSICOLÓGICA
	VIOÊNCIA SEXUAL
VIOÊNCIA SEXUAL	ESTABELECIMENTO DO MEDO COMO FORTE ELEMENTO EM RELAÇÕES SOCIAIS
	ASSÉDIO PSICOLÓGICO
	VIOÊNCIA FÍSICA
	VIOÊNCIA PSICOLÓGICA
	EXPOSIÇÃO A ATIVIDADES SEXUAIS NÃO DESEJADAS
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA	VIOÊNCIA FÍSICA
	VIOÊNCIA SEXUAL
RELAÇÃO ÍNTIMA ENTRE ADULTOS	VIOÊNCIA FÍSICA
INTENÇÃO DE MACHUCAR	FORMAS DE AGRESSÃO FÍSICA
CORTAR	COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS
	FORMAS DE AGRESSÃO FÍSICA
	VIOÊNCIA CONTRA MULHER
TENTAR ESTRANGULAR OU QUEIMAR	FORMAS DE AGRESSÃO FÍSICA
ESTABELECIMENTO DO MEDO COMO FORTE ELEMENTO EM RELAÇÕES SOCIAIS	VIOÊNCIA SEXUAL
	ESTRESSE
	VERGONHA
	ASSÉDIO PSICOLÓGICO
ESTRESSE	VERGONHA
	ESTABELECIMENTO DO MEDO COMO FORTE ELEMENTO EM RELAÇÕES SOCIAIS
VERGONHA	ESTRESSE

	ESTABELECIMENTO DO MEDO COMO FORTE ELEMENTO EM RELAÇÕES SOCIAIS
BASEADO EM GÊNERO OU SEXUALIDADE	COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR
	VÍTIMA COM AO MENOS 16 ANOS
	SER OU VIVER COMO UMA FAMÍLIA
	COMPORTAMENTO CONTROLADOR OU COERCITIVO
	INFLUÊNCIA SOCIAL DA IDEOLOGIA DO PATRIARCADO
VÍTIMA COM AO MENOS 16 ANOS	BASEADO EM GÊNERO OU SEXUALIDADE
	COMPORTAMENTO DEGRADANTE OU AMEAÇADOR
	SER OU VIVER COMO UMA FAMÍLIA
	COMPORTAMENTO CONTROLADOR OU COERCITIVO
SER OU VIVER COMO UMA FAMÍLIA	VIOLÊNCIA FÍSICA
	QUALQUER COMPORTAMENTO QUE CAUSE DANOS FÍSICOS OU PSICOLÓGICOS
	VIOLÊNCIA ECONÔMICA
	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
	VIOLÊNCIA SEXUAL
	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA
EXPOSIÇÃO A ATIVIDADES SEXUAIS NÃO DESEJADAS	COERÇÃO SEXUAL
	TENTATIVA OU ATO SEXUAL NÃO CONSENTIDO
COERÇÃO SEXUAL	EXPOSIÇÃO A ATIVIDADES SEXUAIS NÃO DESEJADAS
TENTATIVA OU ATO SEXUAL NÃO CONSENTIDO	EXPOSIÇÃO A ATIVIDADES SEXUAIS NÃO DESEJADAS
MEIOS PARA HOMENS CONTROLAREM MULHERES	PADRÃO SISTEMÁTICO DE PODER E CONTROLE EM UM RELACIONAMENTO ÍNTIMO

ANEXO A – RELATÓRIO TÉCNICO DA PESQUISA *ANÁLISE CONCEITUAL DE TERMOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA*



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
PIBIC - PIBITI

RELATÓRIO FINAL

ANÁLISE CONCEITUAL DE TERMOS RELACIONADOS À
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PROF. DRA. MARCIA REGINA CUBAS

CURITIBA
2019

VICTORIA GRASSI BONAMIGO

MARCIA REGINA CUBAS

PSICOLOGIA - ECV

MODALIDADE – ICV

**ANÁLISE CONCEITUAL DE TERMOS RELACIONADOS À
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Relatório Final apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sob orientação da Prof. Dra. Marcia Regina Cubas

RESUMO

Introdução: o fenômeno da violência é polissêmico e é objeto de estudo de diferentes áreas do saber, apresentando diferentes conceitos a partir dos marcos teóricos utilizados nas disciplinas que analisam o tema. A enfermagem adota linguagem controlada em sua prática, utilizando terminologias padronizadas como CIPE®. Esta terminologia mostra-se escassa ao que diz respeito a diagnósticos de enfermagem relacionados a violência. A violência doméstica, sexual, física, institucional, psicológica e de gênero não possuem representação nesta terminologia. **Objetivos:** a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os conceitos de violência doméstica, física, de gênero, institucional, psicológica e sexual, baseado na utilização dos mesmos nas áreas da saúde, ciências jurídicas, sociais e humanas, no modelo evolucionista de Rodgers. Os objetivos específicos são identificar os significados, atributos, antecedentes e consequentes dos conceitos de interesse e representa-los por meio de casos modelo. **Materiais e Método:** trata-se de um estudo de análise de conceito, no qual é utilizada a abordagem evolucionista de Rodgers. Foram selecionados seis conceitos de interesse: violência doméstica, violência sexual, violência de gênero, violência física, violência psicológica e violência institucional. Os dados foram coletados a partir do Portal de Periódicos CAPES, a busca foi realizada por meio de descritores estruturados. Foram inclusos artigos publicados no ano de 2018 que apresentaram definição de um dos conceitos de interesse. Os dados coletados foram organizados em tabelas e, posteriormente, os antecedentes, atributos e consequentes de cada conceito foram identificados. Os casos modelos foram montados apresentando todos os antecedentes, atributos e consequentes do conceito de interesse. **Resultados:** o conceito de interesse “violência institucional” foi excluído do escopo da pesquisa devido a baixo número de definições encontradas durante a coleta de dados. Termos relacionados a poder, dominação e gênero foram comuns em grande parte das análises conceituais, explicitando o vínculo que a violência possui com estas questões. Danos psicológicos foram apontados como consequente de todas as tipologias de violência que foram analisadas. **Considerações Finais:** apesar do objetivo desta pesquisa ser analisar individualmente cada termo de interesse, notou-se possíveis relações entre as diferentes tipologias de violência, as quais devem ser investigadas em pesquisas futuras.

Palavras-chave: violência, terminologia, terminologia padronizada em enfermagem, violência doméstica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: frequência, em porcentagem, da tipologia de meios de coleta utilizados pelos autores nos artigos selecionados

Figura 2: termos de refinamento utilizados para busca de descritores na plataforma CAPES

Figura 3: fluxograma de inclusão e exclusão de artigos por descritor

Figura 4: mapa mental da análise evolucionária de Rodgers para o conceito de interesse “violência doméstica”

Figura 5: gráfico de frequência a área de origem dos conceitos de “violência doméstica” utilizados neste estudo, em percentual

Figura 6: mapa mental da análise evolucionária de Rodgers para o conceito de interesse “violência sexual”

Figura 7: gráfico de frequência a área de origem dos conceitos de “violência sexual” utilizados neste estudo, em percentual

Figura 8: mapa mental da análise evolucionária de Rodgers para o conceito de interesse “violência psicológica”

Figura 9: gráfico de frequência a área de origem dos conceitos de “violência psicológica” utilizados neste estudo, em percentual

Figura 10: mapa mental da análise de conceito de Rodgers referente ao termo de interesse “violência física”

Figura 11: mapa mental da análise evolucionária de Rodgers para o conceito de interesse “violência de gênero”

Figura 12: gráfico de frequência a área de origem dos conceitos de “violência de gênero” utilizados neste estudo, em percentual

SUMÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO**
- 2 OBJETIVOS**
- 3 REVISÃO DE LITERATURA**
- 4 MATERIAIS E MÉTODO**
- 5 RESULTADOS**
- 6 DISCUSSÃO**
- 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 8 OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS**
- REFERÊNCIAS**

1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno complexo, sendo objeto de estudo diversas áreas do saber como ciências humanas, sociais, jurídicas e saúde. Quando um termo é utilizado em diferentes áreas, tende a ter significados levemente distintos para cada campo do conhecimento, uma vez que cada área do saber possui seus próprios referenciais teóricos. Desta forma, entender um conceito sob visão multidisciplinar é essencial para seu entendimento pleno.

Segundo Henry et al. (1995), a terminologia representa o universo de termos e suas definições, que é parte integrante e essencial do domínio teórico e prático da enfermagem. Em outras palavras, possuir conhecimentos conceituais é parte da profissão do enfermeiro, todavia, é necessário conciliar a terminologia técnica com a de fenômenos complexos, que não são de domínio exclusivo da área da saúde, como os termos relacionados a violência.

A partir desta ótica, a presente pesquisa visa apresentar uma solução ampla, dinâmica e estruturada nos diferentes campos no saber para esclarecer conceitos relacionados a violência doméstica, sendo esses: violência doméstica, violência sexual, violência de gênero, violência psicológica, violência institucional e violência física.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar os conceitos de violência doméstica, física, de gênero, institucional, psicológica e sexual, baseado na utilização dos mesmos nas áreas da saúde, ciências jurídicas, sociais e humanas, no modelo evolucionista de Rodgers.

2.1 ESPECÍFICOS:

- a) Identificar os significados dos conceitos de interesse, incluindo os termos substitutos.
- b) Identificar os atributos dos conceitos e suas bases contextuais, conforme variações sociocultural, interdisciplinar e temporal, bem como seus antecedentes e consequentes.
- c) Elaborar casos-modelos capazes de demonstrar os conceitos de violência analisados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Um conceito pode ser descrito como uma representação cognitiva abstrata, formada por uma palavra ou por um conjunto delas, que resume a essência de determinado fenômeno a partir de experiências diretas ou indiretas. A análise conceitual é realizada a fim de melhor compreensão de um conceito já estabelecido dentro de uma ou mais disciplinas, fazendo com que o melhor entendimento do mesmo melhore sua funcionalidade descritiva dentro de uma disciplina específica (SOUSA et al., 2018).

O método de análise evolucionista de Rodgers considera o estudo conceitual como um processo dinâmico e amplo, considerando a importância contextual em seu uso (MONTEIRO et al., 2017). Por meio da análise conceitual rodgeriana, é possível identificar o consenso atual de um conceito, abrangendo, inclusive, a base para seu futuro desenvolvimento (HENDERSON et al., 2018). O processo metodológico desse modelo de análise apresenta caráter indutivo, não sequencial e descritivo, ocorrendo a partir da identificação de seus antecedentes, atributos e consequentes, além do reconhecimento de termos substitutos e conceitos relacionados (COSTA et al., 2016).

No que tange a nomenclatura teórica utilizada no método evolucionista de Rodgers, pode-se considerar que os antecedentes de um conceito correspondem às situações ou fenômenos que antecessores ao conceito de interesse, enquanto os consequentes são fenômenos resultantes do uso da terminologia estudada (BARRY, et al. 2018).

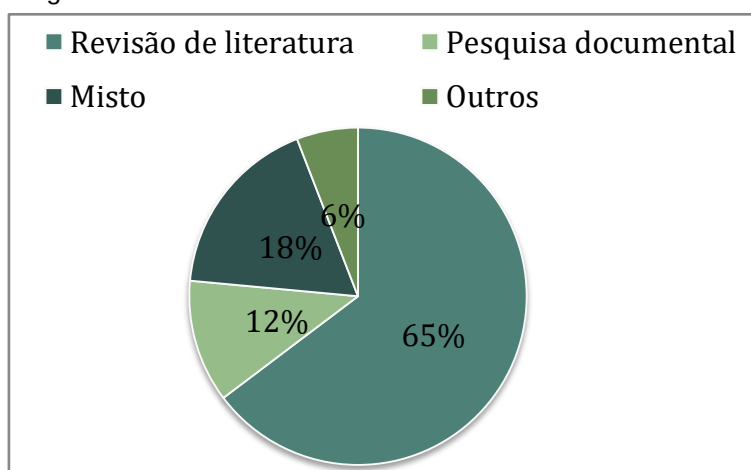
Os atributos de um conceito são características que definem o termo de maneira real, por meio de expressões ou palavras utilizadas para a representação do fenômeno representado pelo conceito de interesse (ALVES et al., 2015). Os atributos estão diretamente ligados aos seus antecedentes, a partir de uma evolução cíclica, por meio da qual pode-se deduzir de seus consequentes (HENDERSON et al, 2018). Os termos substitutos são palavras ou combinação de palavras utilizadas na literatura/discurso, a respeito do conceito de interesse, com a finalidade de que o texto não fique repetitivo (Alves et al., 2015).

Para realizar uma análise conceitual utilizando o método evolucionista de Rodgers é imprescindível que o pesquisador defina o contexto em que deseja estudar o conceito de interesse. A contextualização do conceito de interesse é feita através da definição do meio de coleta de dados a partir da qual será realizada a análise. No

meio definido pelo pesquisador deve ser possível, a partir dos dados coletados, identificar os antecedentes, atributos e consequentes.

A fim de estudar o uso da análise conceitual evolucionária de Rodgers e a escolha de seus meios, durante a etapa de revisão de literatura, foram selecionados dezessete artigos que utilizam essa metodologia. Os artigos foram selecionados na plataforma *Google Scholar*, utilizando o descritor “análise conceitual de Rodgers”. Os artigos selecionados para análise, foram publicados entre os anos de 2009 e 2018, nos idiomas português e inglês. Os meios de coleta de dados dos artigos estudados foram classificados como: revisão de literatura, pesquisa documental, mista e outros (anexo 1). No recorte dos artigos selecionados, o meio de estudo de maior frequência foi a revisão de literatura, conforme exposto na figura 1.

Figura 1: frequência, em porcentagem, da tipologia de meios de coleta utilizados pelos autores nos artigos selecionados.



Fonte: A autora, 2018.

Na apresentação de seu método, Barry et al (2018) discorreu que sobre a necessidade do alinhamento entre o contexto do conceito a que será objeto de estudo com o meio de coleta a ser utilizado, explicando a necessidade de inclusão de material cinza em seu meio. Mackin et al (2018), que fez a coleta de dados também em meio misto, explicou sua escolha referindo a evitação da possibilidade de perda de dados importantes para construção do conceito, o que pode ocorrer caso a escolha do banco de dados ou a própria coleta seja escasso.

Os artigos de meio de coleta mistos citaram dificuldades em relação a seleção do banco de dados, tal qual critérios de inclusão e exclusão. Pode-se formular a hipótese de que há uma maior dificuldade em alinhar diferentes meios de coletas de

dados para formar uma base de dados consistente e capaz de abranger todos os itens da análise conceitual rodgeriana de forma íntegra e global devido a diferentes tipologias de exposição de informações.

Quando a análise de conceito evolucionário de Rodgers será tendo a revolução de literatura como meio, único ou não, também é necessário atentar-se para a escolha do banco de dados, que deve contextualizar o conceito de interesse de acordo com o recorte da pesquisa, abrangendo, caso necessário, o uso conceitual em diferentes campos do saber e localidades (BROWN et al., 2018; HENDERSON et al., 2018; OLIVEIRA et al., 2018.)

4 MATERIAIS E MÉTODO

Para análise conceitual dos termos propostos, a abordagem escolhida foi a rodgeriana. Segundo Oliveira et al. (2018), essa metodologia de análise é composta por seis etapas, a saber:

- a) Identificação do conceito de interesse;
- b) Identificação e seleção de um domínio adequado para coleta de dados;
- c) Coleta dados que sejam relevantes para identificação de atributos, antecedentes, consequentes, termos substitutos e conceitos relacionados;
- d) Análise de dados reavaliando e correlacionando os componentes identificados anteriormente;
- e) Identificação de um exemplo de conceito;
- f) Identificação das implicações para o desenvolvimento futuro de conceito.

4.1 COLETA DE DADOS

Os termos de interesse das análises conceituais são: violência doméstica, violência sexual, violência institucional, violência de gênero, violência psicológica e violência física.

A coleta de dados foi realizada utilizando apenas artigos científicos, excluindo o uso de literatura cinza ou literatura clássica. Os dados foram coletados no Portal de Periódicos CAPES, a fim de encontrar material de diferentes áreas do saber. Para cada análise conceitual prevista no projeto foi utilizado um descritor, logo seis descritores foram utilizados individualmente, sendo estes: “gender violence”, “domestic violence”, “institutional violence”, “sexual violence”, “physical violence” e “psychological violence”.

As ferramentas de refinamento de busca disponibilizada pelo Portal de Periódicos CAPES foram utilizadas para que a busca incluísse apenas material revisados por pares, publicados no ano de 2018, sendo estes artigos, artigos de revista ou entradas de referência. Na busca de quatro descritores houve refinamento por tema sugerido pela plataforma, como pode ser observado na figura 2:

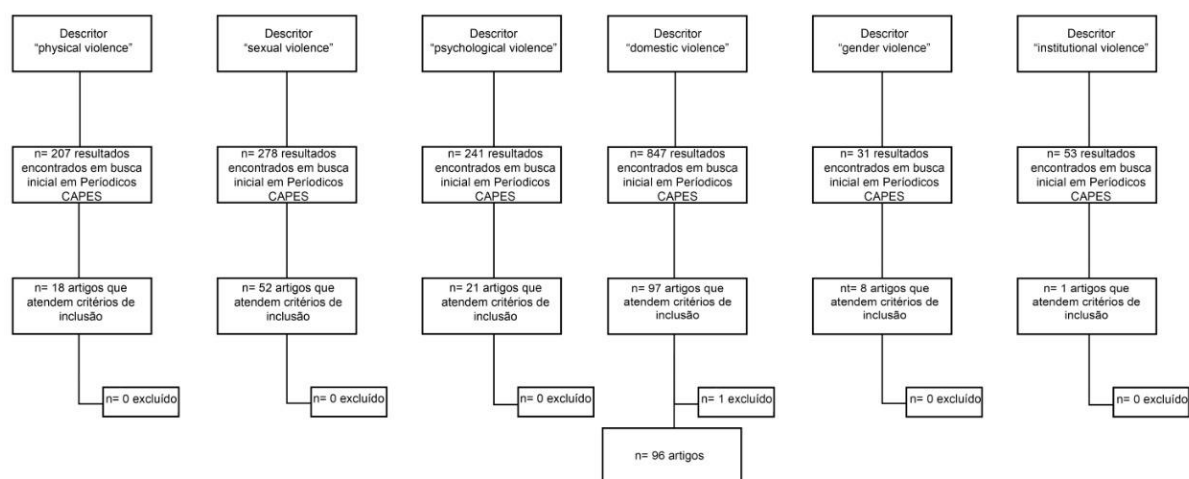
Figura 2: termos de refinamento utilizados para busca de descritores na plataforma CAPES

Descritor	Temas de refinamento
“Domestic violence”	“domestic violence”; “family violence”; “intimate partner violence”.
“Gender violence”	“gender based violence”; “violence against woman”.
“Physical violence”	“agression”; “victimization”.
“Sexual violence”	“sexual violence”; “sexual abuse”.
“Institucional violence”	Ferramenta não utilizada.
“Psychological violence”	Ferramenta não utilizada.

Fonte: A autora, 2018.

Como critério de inclusão foi definido que o material deveria apresentar explicitamente uma definição para o descritor ao qual se referia seu descritor e estar nos idiomas português, inglês, espanhol ou francês. Os artigos que definiam seu descritor associado a outro fenômeno foram excluídos. O fluxo de artigos incluídos na pesquisa está relatado na figura 3.

Figura 3: fluxograma de inclusão e exclusão de artigos por descritor.



Fonte: A autora, 2019. Curitiba.

4.2 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta de dados, as definições encontradas de cada termo foram tabuladas em planilha no *software* Excel, na qual cada linha representa uma definição

do conceito de interesse. Nas colunas estão representadas um indexador numérico, título e nome dos autores do artigo na qual o conceito foi encontrado, a definição e suas referências, página e link de acesso ao artigo (anexo 2).

Cada definição encontrada foi posteriormente classificada de acordo com sua área de conhecimento, podendo ser classificadas como: saúde, ciências humanas e sociais e conceito elaborado. O conteúdo foi disposto em forma de tabela (anexo 3).

4.3 ANÁLISE DE DADOS

Utilizando esse referencial teórico, cada conceito foi analisado de forma indutiva, como prevê a análise conceitual de Rodgers. A partir da tabulação de dados, as definições contidas em cada tabela foram analisadas a fim de identificadas seus antecedentes, atributos e consequentes, os quais foram dispostos em um mapa conceitual para melhor visualização. Os mapas conceituais foram elaborados no software Adobe® Photoshop CC, em layout em inglês, tal qual seu conteúdo. O mapa mental referente a violência doméstica foi confeccionado em português devido ao excesso de texto contido no mesmo.

A partir dos mapas conceituais confeccionados, foi elaborado um caso modelo para ilustrar cada conceito de interesse. A elaboração dos casos modelos consistiu na criação de uma pequena história fictícia que contivesse todos os antecedentes, atributos e consequentes identificados durante o processo.

Por fim, foi realizado análise quantitativa da frequência de cada área do saber nos diferentes conceitos de interesse, que foram categorizados a partir da *expertise* de seus autores. As categorias foram ciências humanas, ciências exatas, saúde e conceito elaborado, que se refere ao conceito que apresenta mais de uma área. A análise estatística de frequência foi realizada por meio do software IBM SPSS, versão 25 e os gráficos foram gerados automaticamente pelo programa.

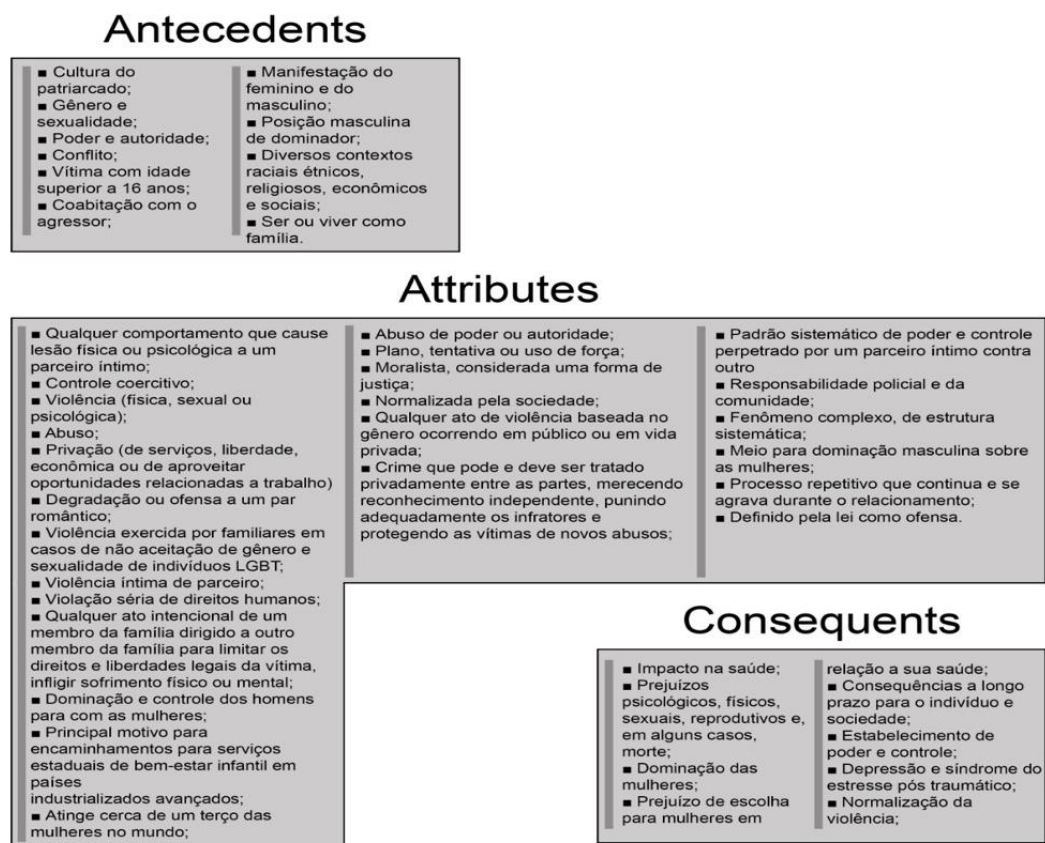
5 RESULTADOS

5.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

5.1.1 Atributos, antecedentes e consequentes

Foram identificados 24 atributos para o termo “violência doméstica”, dez antecedentes e oito expostos no mapa mental do conceito (Figura 4).

Figura 4: mapa mental da análise evolucionária de Rodgers para o conceito de interesse “violência doméstica”



Fonte: A autora, 2019.

5.1.2 Caso modelo

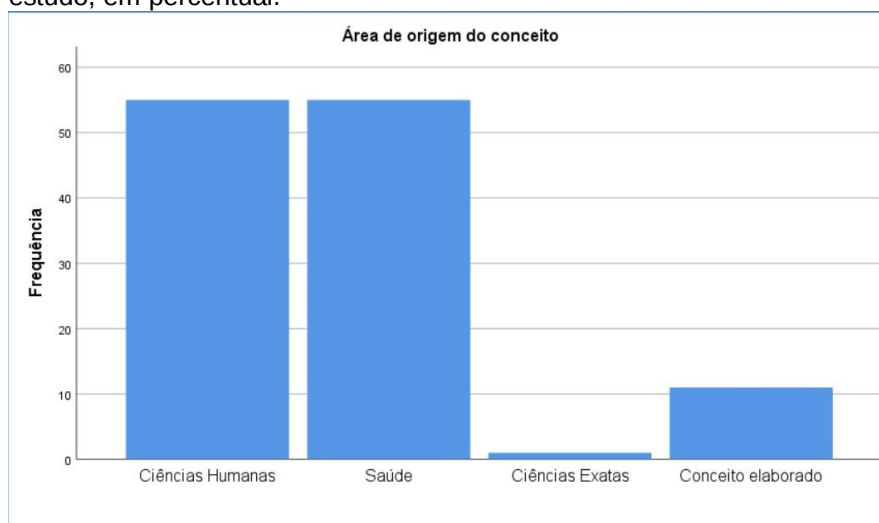
Maria, 45 anos, é casada com João, 51 anos, e o casal tem duas filhas adolescentes que seguem regras rígidas determinadas por João. João trabalha como auxiliar administrativo em uma empresa, enquanto Maria fica encarregada dos cuidados com a casa e complementa a renda vendendo roupas que costura. João

acredita que mulheres devem usar saia comprida e saírem sempre acompanhadas de seus maridos, que por sua vez, devem zelar pela família. "Em nome do zelo" (sic), João faz com que Maria sempre o avise anteriormente quando irá fazer atividades fora de casa, como ir a casa de sua mãe, ir a igreja e ao mercado. Aos domingos, a família frequenta a missa pela manhã, todavia, em um domingo, Alícia, filha do casal, decidiu não acompanhar a família, pois se sentindo indisposta. Maria concordou em a garota ficar, porém João ordenou que Alícia levantasse e fosse à missa, Maria discordou e os dois começaram a discutir. João afirmou que ele era o "homem da casa", então todos estariam sujeitos a suas ordens e que não queria que Alícia se desviasse dos caminhos dos bons costumes, Maria argumentou que ela estava doente e ele lhe deu um tapa, ordenando que ficasse quieta. Maria obedeceu e Alícia foi ao evento com a família. Maria trata em CAPS sua depressão, causadas pelos episódios de violência do marido, todavia, refere que sabe que é culpada por esses eventos e que o marido tem razão.

5.1.3 Áreas de origem dos conceitos estudados

Foram selecionados para compor o *corpus* desta análise conceitual conceitos de todas as áreas do saber, entretanto, as definições eram majoritariamente da área de ciências humanas e saúde, assim como mostra a figura 5:

Figura 5: gráfico de frequência a área de origem dos conceitos de “violência doméstica” utilizados neste estudo, em percentual.



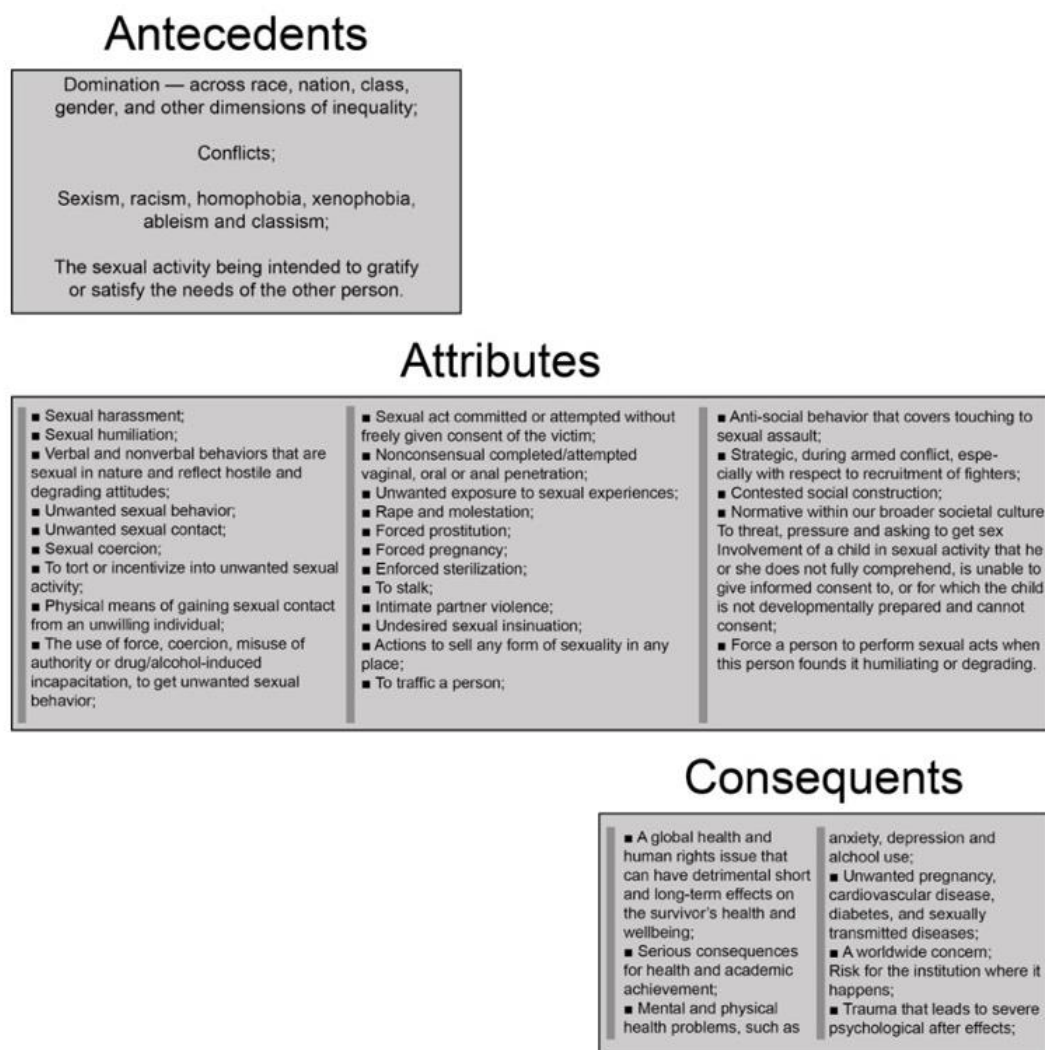
Fonte: A autora, 2019.

5.2 VIOLÊNCIA SEXUAL

5.2.1 Atributos, antecedentes e consequentes

Foram identificados 34 atributos para o termo “sexual violence”, quatro antecedentes e seis consequentes, a saber no mapa mental formulado a partir da identificação de atributos, antecedentes e consequentes (Figura 6).

Figura 6: mapa mental da análise evolucionária de Rodgers para o conceito de interesse “violência sexual”



Fonte: A autora, 2019. Curitiba.

5.2.2 Caso modelo

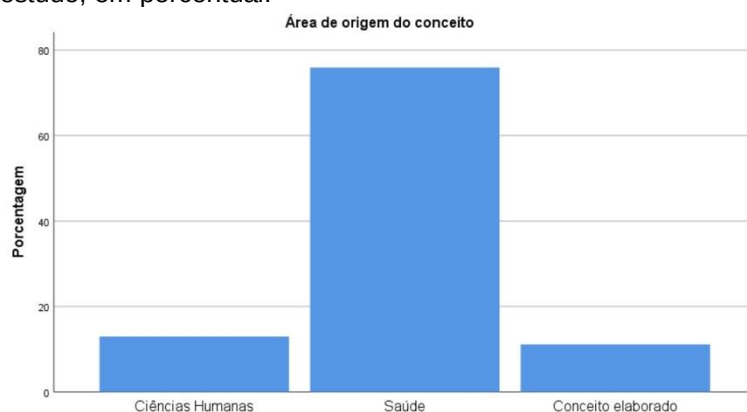
Em uma casa noturna, Luis abordou Alexia, jovem mineira que estava cursando Medicina em Curitiba, durante evento, entretanto, a jovem não quis contato físico com ele. O rapaz voltou para seu círculo de amigos, afirmando que "teria relações sexuais com uma mineira" (sic). Novamente, Luis se aproximou de Alexia e a ofereceu uma bebida, na qual havia misturado ácido gama-hidroxibutírico, popularmente conhecido como “Boa noite, Cinderela”, a mineira, com um pouco de medo, aceitou, ficando inconsciente minutos depois. Luis disse falas de conteúdo sexual, sexista, classicista e xenofóbico a respeito da moça. O homem a levou para seu carro e forçou relação

sexual com Alexia desacordada e a manteve em seu carro. Luis confessou que voltou para festa, despediu-se de todos seus amigos e foi ao seu carro, onde realizou filmagens dizendo para Alexia que “ela seria seu brinquedo naquela noite”. Em seu carro, violentou-a novamente e ameaçou trazer mais homens para realizar atividade sexual com ela caso ela se negasse a fazer o que ele mandava, então, Alexia seguiu suas ordens até que Luis a deixou no estacionamento e suas amigas a encontraram. Dois meses depois, Alexia foi atendida em hospital com queixa de febre, foi diagnosticada com gonorreia problemas cardiovasculares, diabetes e descobriu gravidez indesejada. Iniciou acompanhamento psicológico, precisando pausar a faculdade por um semestre para tratar do quadro de ansiedade, depressão e abuso de substâncias. Após o evento, a qualidade de vida, saúde e desempenho acadêmico da vítima diminuíram, entretanto, como se trata de uma preocupação global, Alexia encontrou grupos de apoio para vítimas de abuso sexual.

5.2.3 Áreas de origem dos conceitos estudados

O *corpus* desta análise conceitual foi composta por conceitos da área das ciências humanas, conceitos compostos e, principalmente, da área da saúde, a saber na figura 7.

Figura 7: gráfico de frequência a área de origem dos conceitos de “violência sexual” utilizados neste estudo, em percentual.



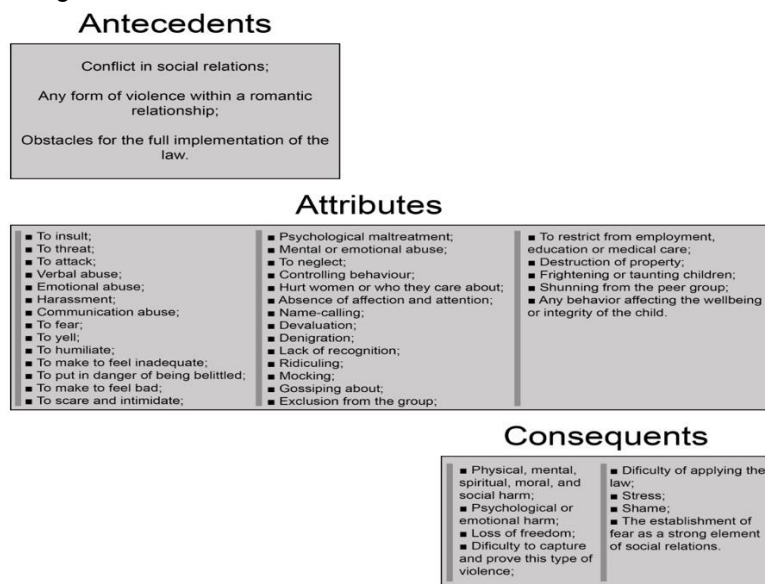
Fonte: A autora, 2019.

5.3 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

5.3.1 Atributos, antecedentes e consequentes

Foram identificados 33 atributos, três antecedentes e oito consequentes para o conceito de interesse “violência psicológica”, assim representado na figura 8:

Figura 8: mapa mental da análise evolucionária de Rodgers para o conceito de interesse “violência psicológica”



Fonte: A autora, 2019.

5.3.2 Caso modelo

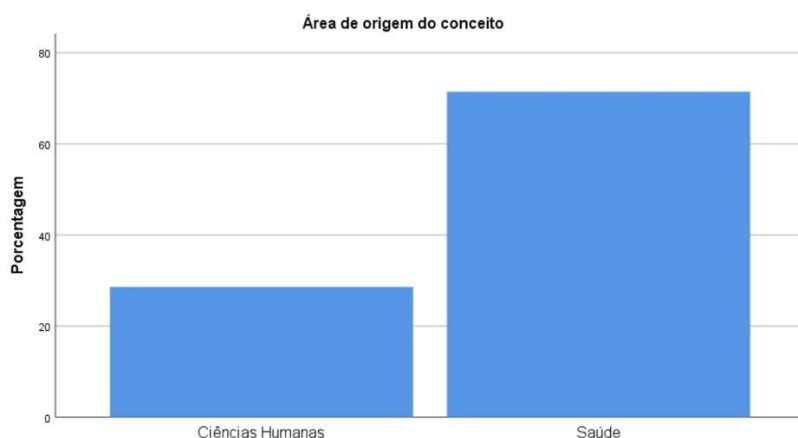
Marta, 45 anos, é do lar e casada há 23 anos. Ela relata que seu relacionamento com seu marido, chamado Josué, é estressante, uma vez que segundo a mesma “Josué tem gênio forte” (sic). Marta afirma ser responsável por todas as tarefas de casa e por fazer o jantar, pontualmente servido às 19h30, horário em que Josué chega do serviço. Quando o marido chega e o jantar não está pronto, ele a insulta, chamando-a de preguiçosa, desleixada, questionando os lugares que Marta frequentou e a fazendo se justificar pelo atraso da refeição. Revolta-se também com seus filhos, já adultos, afirmando que “a família que ele tem é uma vergonha e que não deveria ficar trabalhando para pagar plano de saúde para encostados” (sic). Josué afirma que, como é ele quem paga as contas da casa, ela tem por obrigação cuidar do lar e se não cuidar Josué precisará tomar “providências” (sic). Marta não especifica quais são as providências, mas diz tem medo de quais sejam. Nessas ocasiões, costuma jogar objetos contra a parede e ficar sem se comunicar com a família por pelo menos um dia. Marta afirma que para evitar todo esse estresse, faz sempre o

jantar no horário, mesmo quando está cansada ou doente, não podendo marcar compromissos para o final da tarde, em razão do medo que sente do que Josué possa fazer. Sente-se envergonhada pela possibilidade dos filhos a acharem negligente com a família, sente-se psicologicamente abalada e desenvolveu quadro de depressão leve. Relata que a filha já disse que Marta pode registrar um boletim de ocorrência contra o pai, mas Marta diz que não tem como provar o que acontece.

5.3.3 Áreas de origem dos conceitos estudados

Os conceitos que compuseram a *corpus* da análise conceitual do conceito de interesse “violência psicológica” são provenientes de duas áreas: ciências humanas e saúde, com a frequência demonstrada na figura abaixo (figura 9).

Figura 9: gráfico de frequência a área de origem dos conceitos de “violência psicológica” utilizados neste estudo, em percentual.



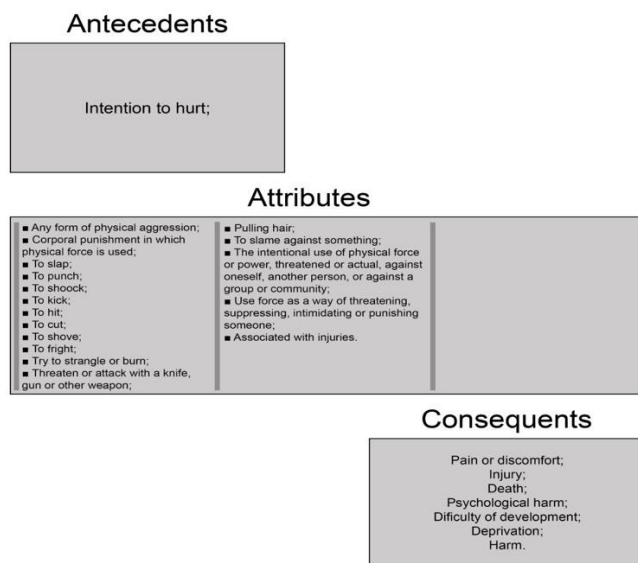
Fonte: A autora, 2019.

5.4 VIOLÊNCIA FÍSICA

5.4.1 Atributos, antecedentes e consequentes

Foram identificados 25 atributos, um antecedente e seis consequente para o conceito de interesse “violência física”, a saber (figura 10):

Figura 10: mapa mental da análise de conceito de Rodgers referente ao termo de interesse “violência física”



Fonte: A autora, 2019.

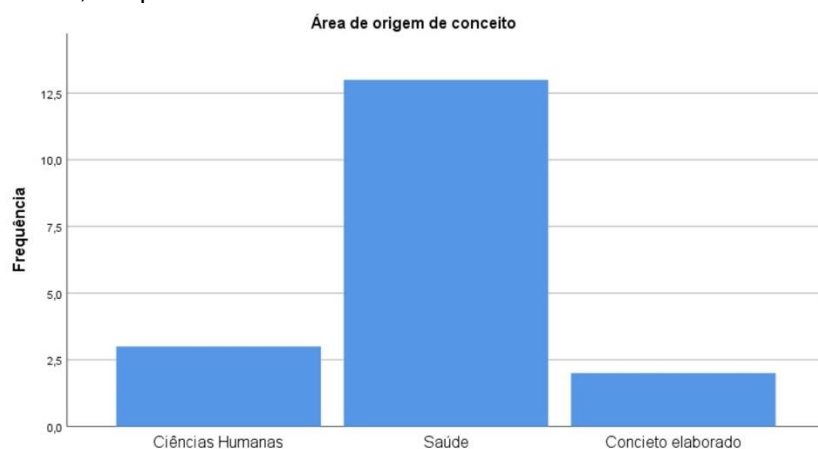
5.4.2 Caso modelo

Fabrício, 56 anos, em situação de rua há cerca de oito meses devido a desemprego, estava dormindo em frente a uma loja, quando o dono do estabelecimento chegou e o mandou sair da frente do local, assustando-o e ameaçando machucá-lo. Fabrício se recusou a sair de onde estava e o lojista usou de violência, estapeando-o, socando-o, chutando-o e empurrando-o, Fabrício tentou se defender das agressões, então o lojista tentou o estrangular, golpe de qual Fabrício desviou, então, o dono do estabelecimento sacou uma faca de dentro de sua mochila e, enquanto xingava o morador de rua, acertou-o no peito com a faca. Policiais que estavam na região foram acionados pelos vizinhos, que apartaram a situação. Fabrício foi encaminhado a hospital público ainda consciente, relatando dor física e abalo psicológico. Durante seu atendimento, foi constatado que houve perfuração do pulmão. Fabrício passou por cirurgia, porém não resistiu ao procedimento e faleceu em centro cirúrgico doze horas após a agressão.

5.4.3 Áreas de origem dos conceitos estudados

Os conceitos utilizados neste estudo são provenientes de ciências humanas, conceito elaborado e, principalmente na área da saúde, frequência a saber na figura 10:

Figura 10: gráfico de frequência a área de origem dos conceitos de “violência física” utilizados neste estudo, em percentual.



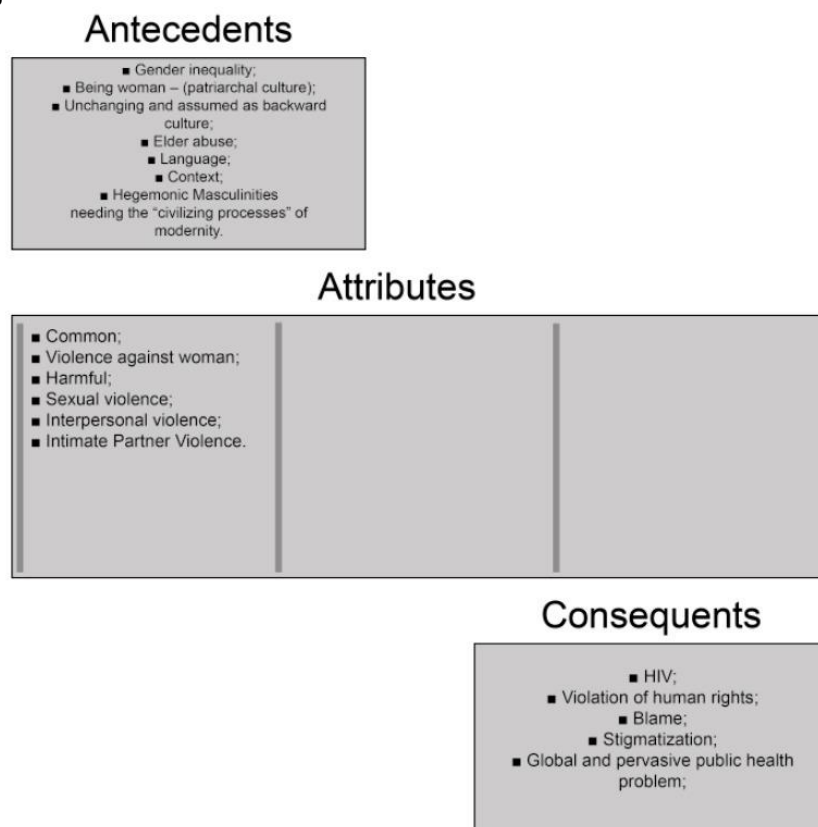
Fonte: A autora, 2019.

5.5 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

5.5.1 Análise evolucionária de Rodgers

Foi identificado seis atributos, sete antecedentes e quatro consequentes, a saber na figura 11.

Figura 11: mapa mental da análise evolucionária de Rodgers para o conceito de interesse “violência de gênero”



Fonte: A autora, 2019.

5.5.2 Caso modelo

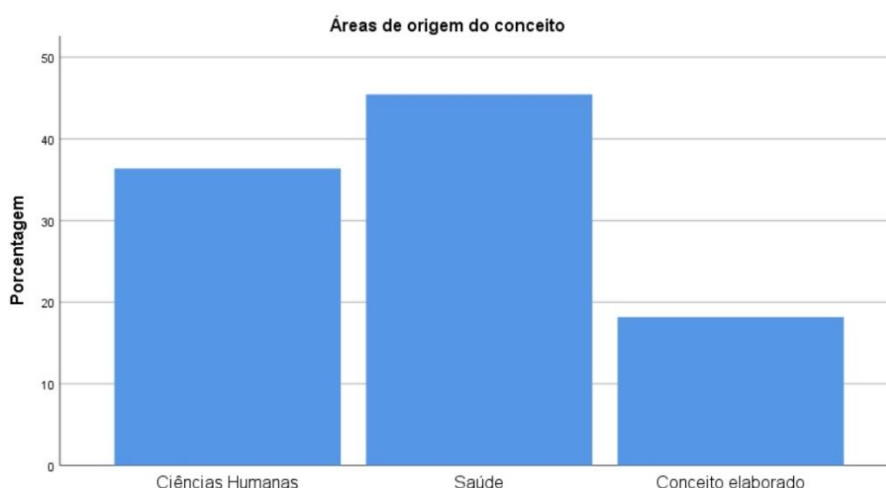
Joana, 24 anos, atua como publicitária, estava noiva de Felipe e terminou seu relacionamento de dois anos devido a determinados comportamentos de Felipe, pontuados pela mesma como “machistas” (sic), exemplificando que seu ex-noivo mexia em seus pertences sem sua permissão e agia de forma violenta quando ela saía de casa sem avisá-lo, mesmo que fosse para ir ao mercado, acusando-a de ter um amante. Após o término do relacionamento, seu ex-parceiro passou a segui-la no caminho do trabalho para casa e ameaçar espalhar fotos em que Joana estava nua a fim de estragar sua carreira no ramo da comunicação. Joana ficou com medo das atitudes de seu ex-parceiro e na noite de 12.03.2018, aceitou conversar com o rapaz no apartamento em que mora com os pais, todavia, seu ex-companheiro lhe ofendeu verbalmente e, então, disse que ele era sua propriedade e que “se não ficasse com ele, não ficaria com mais ninguém” (sic). Durante a briga, Joana foi agredida física e sexualmente pelo homem, ficando machucada. Nessa noite, foi levada ao hospital, no qual foram realizados os procedimentos de rotina pós violência sexual, constando

exames de sangue, que acusaram a contração do vírus HIV. Joana disse ao médico que sabia que esse tipo de violência era comum e que se tornara um problema de saúde global e de difícil controle, porém que nunca imaginara que aconteceria com ela. Relatou ainda estar com vergonha e se sentindo culpada pelo que ocorrera e que, apesar de saber que teve seus direitos humanos violados, estava com vergonha de ir na delegacia registrar um boletim de ocorrência.

5.5.3 Áreas de origem dos conceitos estudados

O *corpus* desta análise de conceito foi composto por conceitos majoritariamente da área de saúde e das ciências humanas, como mostra a figura 12.

Figura 12: gráfico de frequência a área de origem dos conceitos de “violência de gênero” utilizados neste estudo, em percentual.



Fonte: A autora, 2019.

5.6 VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Devido a falta de conceitos dessa modalidade de violência que se encaixasse na literatura (n= 1), a análise conceitual de Rodgers desse conceito de interesse foi excluído do escopo do estudo.

6 DISCUSSÃO

6.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Neste conceito de interesse, a identificação de antecedentes relacionados a posição de masculino e feminino, a questões de gênero, sexualidade relacionados ao poder, autoridade e dominação masculina, explicita o contexto de vulnerabilidade social em que a mulher se encontra. A estudiosa de gênero estruturalista Saffioti (2001) refere que o poder masculino não precisa ser justificado e é constantemente retificado simbolicamente pela sociedade por meio da divisão social do trabalho e da divisão restrita de tarefas.

Considerando o modo de retificação simbólica explicitado por Saffioti, torna-se coerente o termo “poder”, “dominação” e “gênero” se repetirem na análise conceitual de “violência doméstica”, considerando que se trata do ambiente doméstico, no qual a responsabilidade pautada no gênero do indivíduo ainda é bastante vigente. Pode-se exemplificar tal diferença com pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), semanalmente, em média, a mulher se ocupa 21,3 horas com afazeres domésticos e cuidados com pessoas, enquanto o homem ocupa apenas 10,9 horas.

O termo “dominação” também é recorrente nos atributos da violência doméstica, segundo Saffioti (2001) a dominação por si só é uma maneira de violência.

6.2 VIOLÊNCIA SEXUAL

Na estrutura da análise conceitual feita acerca do conceito “violência sexual”, pode-se observar em seus antecedentes, questões como preconceito, dominação e poder, retomando a ligação entre sexo e poder trazida por Michel Foucault (2001) em “A história da sexualidade I: a vontade de saber”. Explicitando as questões sociais que permeiam este fenômeno, os pontos levantados de antecedentes contribuem para desconstrução do paradigma de que o sexo está exclusivamente ligado ao prazer biológico e de que violência sexual está relacionada ao prazer do sujeito perpetrador da violência.

Na identificação dos atributos, nota-se a multiplicidade de ocasiões em que a violência pode ser classificada como sexual, transcendendo o constructo de que

violência sexual é sinônimo de estupro ou de relação sexual com penetração. É possível inferir que a violência sexual trata-se de infração da liberdade sexual.

Os consequentes identificados na análise conceitual de Rodgers são majoritariamente ligados a saúde física e mental, o que pode ser explicado devido a predominância de artigos da área da saúde no *corpus* do estudo.

6.3 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Na estrutura da análise conceitual do conceito de interesse “violência psicológica”, destaca-se o teor social de seus antecedentes, incluindo conflito em relações sociais, qualquer forma de violência em uma relação romântica e a dificuldade de implementação da lei que regule esse delito. No Brasil, a Lei nº 11.340, intitulada Lei Maria da Penha art 7, inciso II criminaliza qualquer conduta que cause dano emocional a uma mulher, configurando violência doméstica ou familiar caso essa se enquadre no contexto doméstico (BRASIL, 2006). Caso contrário, há a dificuldade de penalização desse tipo de violência, uma vez que não é incluída no Código Penal.

O conjunto de atributos da violência psicológica que foram identificados no estudo correspondem a exemplos de atos violentos psicologicamente, o que pode exemplificar a fragilidade do conceito.

No que tange aos consequentes desse conceito de interesse, pode-se ressaltar o sofrimento psicológico, físico e espiritual, a dificuldade de comprovar este tipo de violência e o estabelecimento do medo como elemento importante das relações sociais.

6.4 VIOLÊNCIA FÍSICA

Durante o processo de análise conceitual do conceito de interesse “violência física” apenas um antecedente foi identificado: a intenção de machucar. Em sua maioria, os atributos do conceito dizem respeito a exemplos do ato violento, como socar ou chutar, todavia há a ideia de que a violência pode ser perpetuada contra o outro ou contra si mesmo. Os consequentes da violência física estão relacionados a machucados, dor e possível desfecho de morte, além de abalo psicológico por parte do agredido.

A partir dessa estrutura, é possível inferir que o conceito da violência física é o próprio ato violento em si, caracterizando-se como uma forma de violência (RISTUM e BASTOS, 2004).

6.5 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A partir da análise de conceito evolucionista de Rodgers para violência de gênero, pode-se inferir que este conceito é tido como sinônimo de violência contra mulher, tratando, em seus antecedentes, de uma desigualdade de gênero de ordem binária, ou seja homem/mulher. Considerando uma análise na qual a violência de gênero é relacionada apenas com gêneros binários e é excluído tudo que não atende a esse padrão, caracteriza-se a abjeção de corpos dentro da própria literatura. Para Misckoli (2012) um corpo abjeto é recusado por não ser normatizado.

No que tange os atributos identificados na violência de gênero, quatro de seis antecedentes são outros tipos de violência: violência interpessoal, violência sexual, violência interpessoal e violência de parceiros íntimos. Os outros dois atributos são “comum” e “doloroso”, apontando para uma lacuna na construção da conceituação da violência de gênero como um fenômeno em si.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorando as cinco análises conceituais realizadas no decorrer deste estudo, tornou-se claro a intersecção dos conceitos de interesse estudados. Em todas as análises, os termos relacionados com danos psicológicos foram identificados como consequentes, assim como, com exceção da violência física, todos os conceitos de interesse apresentaram em sua análise questões relacionadas a gênero. Ao mesmo tempo, a conceituação de violência de gênero é dotada de poucos atributos e antecedentes, apontando

A intersecção de tipologias de violência revelada por esta pesquisa de iniciação científica é uma lacuna na literatura e um nicho de pesquisa a ser explorado, o qual, por questões de viabilidade e encaminhamento metodológico não foi possível explorar no curso deste projeto. A exploração dessa intersecção, utilizando outro modelo de representação do conhecimento, está sendo feita em meu projeto de PIBIC Master (vigência maio de 2019/maio de 2020), intitulado “Retroalimentação da violência de gênero: estrutura de modelo para visão em rede”, dentro do Programa de pós-graduação em Tecnologia em Saúde (PPGTS), sob orientação da Prof. Dra. Marcia Cubas e coorientação da Prof. Dra. Deborah Carvalho.

8 OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS

- a) Disciplinas isoladas PPGTS: Metodologia Científica, Metodologia de Sistemas de Informação e Informática em Saúde.
- b) Aprovação no edital/2019 do PIBIC Master.
- c) Participação no estande da Iniciação Científica Planeta PUC 2019.

REFERÊNCIAS

ALVES, Kisna Yasmin Andrade; SANTOS, Viviane Euzébia Pereira; DANTAS, Cilene Nunes. A análise do conceito segurança do paciente: a visão evolucionária de Rodgers. **Aquichan**, v. 15, n. 4, p. 521-528, 2015.

BARRY, Arro et al. The meaning of home for ageing women living alone: an evolutionary concept analysis. **Health & Social care in the community**, v. 26, n. 3, p. e337-e344, 2018.

BRASIL, IBGE., 2019. **Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRASIL, Lei n. 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 18 jun. 2019.

COSTA Carbogim, Fábio; DE OLIVEIRA, Larissa Bertacchini; DE ARAÚJO PÜSCHEL, Vilanice Alves. Pensamento crítico: análise do conceito sob a ótica evolucionista de Rodgers. *Revista latino-americana de Enfermagem*, v. 24, p. 1-12, 2016.

FOUCOULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.

HENDERSON, Saras et al. Cultural competence in healthcare in the community: a concept analysis. **Health & Social care in the community**, 2018.

HENRY, SB et al. A comparasion of nursing intervention classification in hiv disease. In: GRESNES, R. A.; PETERSON, H.; PROTI, D.(Ed). **Proceedings of medinfo 95. Amsterdam**: north-holland, 1995.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Autêntica, 2012.

OLIVEIRA, Rafaela Azevedo Abrantes et al. Concept analysis of cancer survivorship and contributions to oncological nursing. **International journal of nursing practice**, v. 24, n. 1, p. E12608, 2018.

RISTUM, Marilena; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, p. 225-239, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SOUSA, Luís MM et al. **Análise de conceito:** conceitos, métodos e aplicações em enfermagem. 2018.